



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGHIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

LAURA SANTOS BOTELHO

AS RECEPÇÕES PELO ESTADO BRASILEIRO DOS DISCURSOS
ESTADUNIDENSES DE COMBATE ÀS DROGAS NO JORNAL *O ESTADO DO*
***MARANHÃO* (1984-1993)**

SÃO LUÍS – MA
2023

LAURA SANTOS BOTELHO

**AS RECEPÇÕES PELO ESTADO BRASILEIRO DOS DISCURSOS
ESTADUNIDENSES DE COMBATE ÀS DROGAS NO JORNAL *O ESTADO DO
MARANHÃO* (1984-1993)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História-PPGHIS/CCH da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Atlântica e Conexões: culturas e poderes

Linha de Pesquisa: Poderes, políticas e sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho

**SÃO LUÍS – MA
2023**

LAURA SANTOS BOTELHO

**AS RECEPÇÕES PELO ESTADO BRASILEIRO DOS DISCURSOS
ESTADUNIDENSES DE COMBATE ÀS DROGAS NO JORNAL *O ESTADO DO
MARANHÃO* (1984-1993)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História-PPGHIS/CCH da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Atlântica e Conexões: culturas e poderes

Linha de Pesquisa: Poderes, políticas e sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho

Aprovada em ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho

Orientador

Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Carine Dalmás

Examinadora externa

Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira

Examinadora interna

Universidade Federal do Maranhão

Botelho, Laura Santos.

As recepções pelo Estado brasileiro dos discursos estadunidenses de combate às drogas no jornal O Estado do Maranhão (1984-1993) / Laura Santos Botelho. — São Luís, 2023.

160 f.: il.

Orientador (a): Victor de Oliveira Pinto Coelho.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História-PPGHIS, Universidade Federal do Maranhão, 2023.

1. Discursos estadunidenses – Combate às drogas. 2. O Estado do Maranhão – Drogas - Análise. 3. Narcotráfico – Combate - Américas. 4. Representações sociais. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos mais sinceros a Deus pelo cuidado e zelo por minha vida psicológica no desenrolar dessa caminhada, não permitindo que nos momentos de angústia e ansiedade eu desistisse.

Ao meu orientador, Victor de Oliveira Pinto Coelho, pelo incentivo à pesquisa, acompanhamento e orientação.

Agradeço profundamente à FAPEMA pelo fomento da pesquisa que, desde a iniciação científica até o mestrado, concedeu-me uma Bolsa tornando possível este trabalho.

“Aquí yace la guerra. No la despiertes”

Santiago Mutis Durán

(Bogotá, 1951)

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar como o jornal *O Estado do Maranhão* abordou a recepção dos discursos estadunidenses e de autoridades estatais em geral disseminado no periódico contra as drogas. Neste sentido, pretende-se apresentar o significado político e econômico da “guerra às drogas” nas Américas destacando o papel dos Estados envolvidos (especialmente Colômbia, Brasil e Estados Unidos) e da imprensa na legitimação desse conflito. Para isso, utilizamos o jornal *O Estado do Maranhão* como documento privilegiado para estruturar uma abordagem que estabeleça as conexões entre os sujeitos, instituições e países envolvidos. Dessa forma, o estudo busca identificar as representações sociais sobre sujeitos históricos envolvidos nessa disputa pelo poder. As disputas e conflitos que permeiam os discursos veiculados no periódico em questão nos leva a questionar os lugares ocupados pelos sujeitos relacionados ao narcotráfico. Assim, pretendemos contribuir para o estudo da temática a partir de uma perspectiva crítica dos discursos hegemônicos e oficiais do período apresentando o significado político e econômico da “guerra às drogas” na Colômbia, a maneira como o jornal maranhense utilizou o tema para legitimar representações e um imaginário social sobre a Colômbia e seus desdobramentos continentais associados aos interesses da política externa estadunidense. Teórica e metodologicamente, entende-se que este estudo dialoga com História Global e com as chamadas Histórias Conectadas utilizando-se de um *corpus* documental impresso produzido pela imprensa da época. Também fizemos uma síntese histórica, respaldada por uma bibliografia especializada, sobre o desenvolvimento do narcotráfico nas Américas e sua relação com a manutenção do poder político e econômico dos países envolvidos.

Palavras-chave: imaginários sociais; narcotráfico; O Estado do Maranhão; representação.

ABSTRACT

The present work has as main objective to analyze how the newspaper O Estado do Maranhão approached the reception of the American speeches and of state authorities in general disseminated in the periodical against drugs. In this sense, it is intended to present the political and economic meaning of the “war on drugs” in the Americas, highlighting the role of the States involved (especially Colombia, Brazil and the United States) and the press in legitimizing this conflict. For this, we used the newspaper O Estado do Maranhão as a privileged document to structure an approach that establishes the connections between the subjects, institutions and countries involved. Thus, the study seeks to identify the social representations of historical subjects involved in this dispute for power. The disputes and conflicts that permeate the discourses published in the newspaper in question lead us to question the places occupied by subjects related to drug trafficking. Thus, we intend to contribute to the study of the theme from a critical perspective of the hegemonic and official discourses of the period, presenting the political and economic meaning of the “war on drugs” in Colombia, the way in which the Maranhão newspaper used the theme to legitimize representations and a social imaginary about Colombia and its continental developments associated with the interests of US foreign policy. Theoretically and methodologically, it is understood that this study dialogues with Global History and the so-called Connected Stories, using a printed documentary corpus produced by the press of the time. We also made a historical synthesis, supported by a specialized bibliography, on the development of drug trafficking in the Americas and its relationship with the maintenance of political and economic power in the countries involved.

Keywords: social imaginaries; narcotic; Maranhão Press; representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brasil e Equador assinam declaração.....	73
Figura 2 – Brasil e Equador condenam narcotráfico.....	74
Figura 3 – Escobar morre com tiro na cabeça.....	76
Figura 4 – Logo da AP.....	78
Figura 5 – Ministro colombiano diz que violência é grande obstáculo.....	79
Figura 6 – Terroristas promovem explosão na Colômbia.....	86
Figura 7 – Colômbia destaca força de elite contra crime.....	91
Figura 8 – Barco: ‘Com crime não há diálogo’.....	96
Figura 9 – Presidentes examinam plano para erradicar narcotráfico.....	97
Figura 10 – Colombianos estão sob clima terrorista.....	101
Figura 11 – Jornal pede guerra total na Colômbia.....	109
Figura 12 – Escobar: EUA pedem pena severa.....	116
Figura 13 – Pablo Escobar Foge da Cadeia na Colômbia.....	118
Figura 14 – Fuga de Escobar leva crise à Colômbia.....	119
Figura 15 – Recompensa por Escobar causa debate.....	119
Figura 16 – Fuga de Escobar provoca demissões.....	120
Figura 17 – Recompensa por Escobar causa debate.....	122
Figura 18 - Operação de guerra caça Pablo Escobar.....	123
Figura 19 – Pablo Escobar Gaviria Morre em tiroteio.....	124
Figura 20 – Túmulo de traficante permanece sob rigorosa vigilância militar.....	124
Figura 21 – Congresso dos EUA denuncia: Brasil é capital da droga.....	127
Figura 22 – Brasil ajudará luta contra narcotráfico.....	129
Figura 23 – Colômbia espera que EUA revogue sanções.....	131
Figura 24 – Mapa: redes e fluxos do narcotráfico na Amazônia.....	137
Figura 25 – Cocaína.....	140
Figura 26 – PF prende traficantes e 7 kg de coca.....	142
Figura 27 – Narcotraficantes presos em São Luís.....	143
Figura 28 – São Luís entra na rota da cocaína.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – número de notícias no jornal OEM entre 1984-1993	94
---	----

LISTA DE SIGLAS

AP – Associated Press
CIA – Central de Inteligência Americana
CNFE – Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes
COFEN – Conselho Federal de Entorpecentes
DEA – Drug Enforcement Administration
FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FBI – Federal Bureau of Investigation
FBN – Federal Bureau of Narcotics
FDA – Food and Drug Administration
EUA – Estados Unidos da América
INCB – International Narcotics Control Board
LTDA – Sociedade Limitada
M-19 - Movimento 19 de Abril
MAS – Muerte a Secuestadores
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
OEM – O Estado do Maranhão
OI – O Imparcial
ONU – Organização das Nações Unidas
PDS –Partido Democrático Social
PFL –Partido da Frente Liberal
UDN – União Democrática Nacional
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
SNI– Sistema Nacional de Informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A DINÂMICA DAS DROGAS E DO COMBATE AO TRÁFICO EM PERSPECTIVA TRANSNACIONAL	24
1.1 INTRODUÇÃO AO TEMA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA GLOBAL E CONECTADA	24
1.2 A CONSOLIDAÇÃO DO NARCOTRÁFICO COMO UM PROBLEMA SOCIOECONÔMICO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DO PROBLEMA.....	30
1.3 MARCOS HISTÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO BRASIL	39
1.4 AS GUERRILHAS POLÍTICAS E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM O NARCOTRÁFICO NA DÉCADA DE 1980	51
1.5 DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS E SEUS REFLEXOS NA COLÔMBIA E NO BRASIL.....	55
2 O PAPEL DA IMPRENSA MARANHENSE NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL	62
2.1 A IMPRENSA DA AMÉRICA LATINA E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA DEFESA E REPRODUÇÃO DOS INTERESSES PRIVADOS E ESTATAIS.....	62
2.2 MARGENS HISTORIOGRÁFICAS PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO JORNAL <i>O ESTADO DO MARANHÃO</i>	67
2.3 O JORNAL <i>O ESTADO DO MARANHÃO</i> NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL	74
2.4 A <i>ASSOCIATED PRESS</i> (AP) COMO ORIGEM DA MAIORIA DAS NOTÍCIAS	77
2.5 A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE AS DROGAS NO JORNAL <i>O ESTADO DO MARANHÃO</i> NA CIDADE DE SÃO LUÍS	87
3 A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE AS DROGAS NA IMPRENSA: O LUGAR DO MARANHÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COMBATE AO NARCOTRÁFICO	93
3.1 DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS NA IMPRENSA MARANHENSE: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO LÍDER DO NARCOTRÁFICO	93
3.1.1 O enfraquecimento das guerrilhas e a ascensão do narcotráfico	95

3.2 COMBATE AO NARCOTRÁFICO E AO TERRORISMO: OS USOS POLÍTICOS DO PROBLEMA DO TRÁFICO DE DROGAS NA COLÔMBIA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL.....	98
3.3 A EXTRADIÇÃO PARA OS ESTADOS UNIDOS: APROFUNDAMENTO DO CONFLITO ENTRE A COLÔMBIA E OS NARCOTRAFICANTES.....	104
3.4 O SIGNIFICADO DO “GUERRA ÀS DROGAS” NO JORNAL MARANHENSE	126
3.5 DROGAS, REPRESENTAÇÃO E IMAGINAÇÃO SOCIAL: “MOMENTO ALTO DE AFIRMAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POPULAR” NO MARANHÃO	133
CONCLUSÃO	150
REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de um trabalho acadêmico - de certa maneira - ainda pioneiro no estado do Maranhão que tem como objetivo investigar o interesse na grande divulgação de manchetes sobre o narcotráfico colombiano no jornal *O Estado do Maranhão*. No entanto, a pesquisa e o interesse pelo tema se deram ainda durante a graduação em História (2016-2020) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) quando tive meu plano de trabalho aprovado para desenvolver por dois anos consecutivos a pesquisa intitulada *O Cartel de Medellín e Pablo Escobar na Imprensa Maranhense*¹.

A pesquisa supracitada foi financiada, respectivamente, pelos programas de iniciação científica PIBIC/UEMA e PIBIC/FAPEMA e foi orientada pela professora Dra. Carine Dalmás. A referida iniciação científica teve como resultado o Trabalho de Conclusão de Curso o qual recebeu o mesmo título. Essa pesquisa inicial, então, tinha como foco investigar como a imprensa maranhense contribuiu para um imaginário social sobre a Colômbia como um local da América Latina dominado pelo narcotráfico entre 1984 e 1992.

Logo, durante o trabalho de catalogação das fontes nos deparamos com um grande número de matérias acerca do narcotráfico. Daí delimitamos muitas dessas reportagens, pois não seriam analisadas naquele primeiro momento. Dessa maneira, o jornal *O Estado do Maranhão* - o qual possui maior quantitativo de notícias - iria ser analisado e estudado em momento oportuno numa eventual pesquisa de mestrado a ser desenvolvida posteriormente. Partindo dessa premissa, estas linhas aqui escritas fazem parte da continuação desse trabalho na iniciação científica, posto que além da grande quantidade de reportagens, outras problemáticas surgiram.

Em termos estruturais, este trabalho de cunho científico foi desenvolvido em três capítulos, pois buscamos por meio dessa pesquisa acadêmica relacionando História da América Latina, área ainda pouco desenvolvida na Universidade Federal do Maranhão, e fazer um levantamento dos textos do jornal *O Estado do Maranhão* realizado durante esta pesquisa. Há cerca de 315 notícias somente neste jornal, sendo esta uma das razões em estudar particularmente esse periódico nordestino.

¹ O Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado ao Curso de Licenciatura História da Universidade Estadual do Maranhão - Campus São Luís. Botelho, Laura Santos. Pablo Escobar e Cartel de Medellín na Imprensa maranhense (1984-1993). São Luís: Curso de Licenciatura em História/UEMA, 2019.

Assim, o estudo preliminar sobre o narcotráfico na imprensa maranhense apontou para a necessidade de um estudo mais detalhado sobre três aspectos em aberto: 1) o porquê de tantas reportagens a respeito desse tema em jornais maranhenses; 2) a compreensão da relação do Brasil com os postulados estadunidenses no combate ao narcotráfico e, por fim; 3) a possibilidade de tornar o tema um caminho profícuo para a abordagem da questão das drogas no estado do Maranhão na década de 1980.

Destacamos aqui um espaço para a discussão e entendimento do uso dos jornais como fonte da pesquisa em História. Por outro lado, procuramos uma compressão da história do narcotráfico por intermédio das fontes impressas oriundas do jornal de maior circulação do Maranhão na década de 1980. Trataremos de um trabalho minucioso que exige do jovem historiador um olhar criterioso das entrelinhas do periódico. Por isso, munir-se de conhecimentos e métodos científicos é uma estratégia que nos ajudará a traçar caminhos que possam nos conduzir aos resultados mais seguros sobre esse tema da história do tempo presente.

Nesse sentido, Tania Regina de Luca (2006), discutindo num contexto com resquícios das teorias positivistas que dominava as ciências durante o século XIX e início do século XX, criticava essa corrente filosófica que tinha como característica a busca pela verdade dos fatos a qual só poderia ser atingida por via de documentos objetivos, fiéis e distante do tempo. A autora explica que o uso dos jornais ainda naquele contexto soava inadequado, porque eram compostos por resíduos do presente, feitos sob interesses, compromissos, paixões e fornecerem imagens distorcidas, parciais e subjetivas do passado. Além do mais, essas transformações ocorrem simultaneamente à mudança que leva ao reconhecimento das fontes impressas e à renovação dos temas entre outras mudanças (Luca, 2006).

Em vários jornais e revistas da década de 1980, a exemplo do jornal aqui estudado, encontramos uma famosa frase atribuída ao narcotraficante mais famoso do período, Pablo Escobar, na qual se afirmava “preferimos um túmulo na Colômbia do que um cárcere nos Estados Unidos”. Esta afirmação acentua bem o teor da nossa investigação sobre o combate às drogas e a forma como esses discursos foram incorporados pela imprensa maranhense. No período, o Estado brasileiro recepcionou os discursos estadunidenses de combate às drogas no jornal *O Estado do Maranhão*² entre 1984 e 1993. Na época, a imprensa maranhense deu ampla cobertura às atividades delituosas ligadas ao narcotráfico na Colômbia. Assim sendo, temos na

² Os jornais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno* também repercutiram notícias sobre o narcotráfico colombiano, porém com um número menor de notícias. Em alguns momentos neste texto, iremos recorrer ao jornal *O Imparcial* para tecer comparações com *O Estado do Maranhão*.

imprensa uma guerra declarada entre narcotraficantes e os principais países envolvidos no combate às drogas, sobretudo, a cocaína.

O assassinato do Ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla, em 30 de abril de 1984 em Bogotá, na Colômbia, é o marco cronológico inicial da temática aqui proposta, haja vista que levou ao presidente, Belisário Betancur, a ceder à pressão exercida pelos Estados Unidos para extraditar traficantes. Esta medida deflagrou a intensificação dos conflitos entre o governo colombiano e os narcotraficantes, decorrendo uma onda de atentados as cidades de Medellín e Bogotá. Daí iniciou-se o período de grande violência e enfrentamentos entre a polícia e grupos rivais. Toda essa violenta fase da história colombiana foi abordada pelos jornais maranhenses.

Somente com a morte de Pablo Escobar, em 1993, marco cronológico final do trabalho, deu-se o fim ao cartel de Medellín e, conseqüentemente, abriu-se caminho para que outros grupos - com estratégias diferentes - assumissem a liderança do narcotráfico nacional e no continente. Destarte, a partir da morte do Ministro da Justiça, em 1984, os jornais maranhenses passam a noticiar diariamente sobre o tema, iniciando uma ferrenha campanha contra o tráfico de drogas.

Desde então, os criminosos avançaram com violência na tentativa de barrar a Lei de Extradicação (tratado subscrito entre Colômbia e os Estados Unidos no dia 14 de setembro de 1979 - Tratado Barco-Vance) aprovada por intermédio da Lei 2 de 1980. Segundo Sara Tufano (2016), a esse respeito, não se tratava simplesmente de um tratado de extradição, mas do primeiro acordo que rompia a tradição jurídica do país que desde o início da República proibia a entrega de cidadãos colombianos a governos estrangeiros. Ou seja, o tratado permitia a extradição e julgamento dos narcotraficantes nos Estados Unidos (Tufano, 2016).

A possibilidade de extradição para os Estados Unidos parecia ser, para os narcotraficantes da geração de Pablo Escobar, a desculpa que faltava para a prática de mais violência e; para as autoridades estatais a prova de que estavam em guerra. Por isso os países deveriam tomar medidas mais ferrenhas contra aqueles que se entorpeciam direta ou indiretamente pelo *boom* da cocaína na década de 1980. Porém, como veremos, as raízes que envolvem as drogas nas sociedades aqui estudadas daquele período são mais profundas e se relacionam a problemáticas distintas, criadas pelo próprio Estado proibicionista, como por exemplo: o mau planejamento de políticas públicas e sanitárias eficazes no caso do Brasil; a questão da terra e uso cultural da folha da coca na Colômbia; o teor puritano, racista e xenofóbico habitual dos Estados Unidos.

Diante da amplitude do problema das drogas torna-se necessário uma melhor explanação do significado e origem do narcotráfico, bem como o desdobramento de alguns

aspectos gerais correlacionados. Pois quando há discussões sobre o narcotráfico, logo vem à baila países como Colômbia, México e Venezuela. Essa visão faz parte de uma construção social e política iniciada nas décadas anteriores a 1980. Nesse cenário, algumas regiões e países das Américas aparecem como os grandes culpados pelo narcotráfico na visão da imprensa, principalmente, porque são grandes fornecedores de drogas para os mercados das nações consideradas desenvolvidas, assim sendo:

O Brasil se converteu em uma rota privilegiada no trânsito de drogas ilegais de países produtores como Bolívia, Colômbia e Peru para nações consumidoras do mundo desenvolvido. Dessa maneira, vários países da América Latina foram inseridos (tanto pela produção como pelo tráfico de drogas) em pontos estratégicos do narcotráfico internacional (Santana, 1999, p. 100).

Conforme fragmento acima, não é somente a América Latina produzida que as drogas. Existiram e existem outros pontos e rotas de produção mundial. Em algumas regiões da Ásia Central e do Oriente Médio, como no Afeganistão, são produzidas grandes quantidades com destino ao seu principal mercado consumidor: a Europa. Da mesma forma que a Colômbia e o México são também destacados produtores desses produtos, mas para o mercado norte-americano (*ibidem*, p. 101). É diante dessa realidade que o termo narcotráfico vai ser criado pela imprensa. Nesse contexto, os norte-americanos (EUA) apoderam-se da temática respondendo politicamente pela criminalização das drogas e, assim, acrescentam nesse cenário, “na tentativa de conter drogas e imigrantes ilegais”, os elementos que levam a uma situação de conflito (*ibidem*, p. 104), posto que:

As fronteiras dos Estados Unidos são vigiadas por efetivos militares e acelera-se a paramilitarização da Patrulha Fronteira. Por outro lado, pressiona-se com a chamada certificação, que impõe o Congresso norte-americano aos países latino-americanos, africanos e asiáticos, com a justificação de que não é realmente efetivo o combate do mundo subdesenvolvido contra as drogas. Frente a essa dupla ameaça, e com a justificativa de tornar coesa a opinião pública dos Estados Unidos e dos países pertencentes ao Primeiro Mundo, impõe-se um discurso que aceita que o consumo de drogas que se desenvolve em suas ruas e lares não é um problema gerado pela própria sociedade capitalista. Visualiza-se o problema como uma ameaça forasteira ao mundo desenvolvido e à sociedade consumista (*ibidem*, 1999, p. 104).

É essa lógica maniqueísta vai prevalecer nos textos jornalísticos aqui analisados. Não raro, os Estados Unidos legitimam essa luta contra as drogas partindo do argumento de que precisam combater as drogas no local de origem. Assim, afastam a concepção a qual não são os responsáveis também pelo narcotráfico, tendo em vista que possuíam a maior taxa de consumo de cocaína na década de 1980, consoante ao exposto:

A partir dessa ótica, estabelece-se um caminho para se acabar politicamente com as drogas: dirigir e organizar o combate contra elas e os narcotraficantes. A luta contra o narcotráfico não teria fronteiras e requereria um posto de comando central controlado pela potência hegemônica. Economicamente, pretende-se que a política norte-americana reduza a disponibilidade de drogas, controlando a oferta, e, finalmente, erradicando o consumo. Esta tese parte da concepção econômica de que, para reduzir os níveis do consumo, há que se afetar drasticamente o sustentáculo (entramado) nacional e internacional do tráfico de drogas (*ibidem*, 1999, p. 105).

Conforme o trecho, a urgência decretada pelos Estados Unidos em combater as drogas no seu local de origem determinou a maneira como a questão foi tratada não só por esse país, mas também lançou as bases para que outras nações aumentassem a repressão e o proibicionismo contra o chamado narcotráfico. Mas afinal de contas, como podemos conceituar este termo? Não podemos lançar mão da sua compreensão, pois, embora existam algumas divergências quanto ao seu significado, parte dos autores levam-nos a interpretá-lo como atividade econômica característica das dimensões que o sistema capitalista vai rumando no período.

Gallego (2012) ao analisar essa questão pontua o conceito de narcotráfico como atividades que acontecem ilegalmente e que vão desde a produção até a sua comercialização, o que implica consequências sociais e econômicas nos países envolvidos. Portanto, na sua visão o narcotráfico se refere a “um conjunto de atividades ilegais através das quais se implementa a produção, transporte e comercialização de drogas psicoativas e a constituição de um modelo [...] com altíssimo nível de influência nos aspectos econômicos e políticos” (Gallego, 2012, p. 5).

Podemos compreender que o narcotráfico na perspectiva de Rodrigues (2012) é formado “por grupos privados atuando em um negócio transterritorial, sem objetivos políticos tradicionais. São empresas ilícitas transterritoriais, pois [...] [vêm] ultrapassando fronteiras políticas para sua realização como negócio” (Rodrigues, 2012, p. 33). Já Santana (1999) identifica o narcotráfico como a maior empresa transnacional dedicada ao tráfico de drogas ilegais, não paga impostos e gera os maiores lucros. Ou seja, prefere-se uma expressão da face oculta do capitalismo neoliberal de nosso tempo.

Outro aspecto relevante sobre o narcotráfico é que, na década de 1980, funcionava atrelado aos grandes cartéis de droga como por exemplo o de Medellín e, posteriormente, o de Cali. Gallego (2012) destaca “cartel” como uma “forma particular de articulações em redes clandestinas através das quais operam os diferentes empresários da droga agem compartilhando recursos e estratégias que possibilitam os processos de produção [...]” (Gallego, 2012, p. 5). Mas essa não é a única interpretação possível, pois segundo Rodrigues (2004) a cartelização

das organizações do narcotráfico colombiano é mais apropriadamente analisada se a tomarmos “[...] como associações temporárias e pontuais que obedecem a interesses específicos e flexíveis” (Rodrigues, 2004, p. 184).

Dessa forma, fica claro diante das abordagens dos autores que embora existam diferenças no seu tratamento, ambos concordam com seu aspecto ilegal e empresarial que há interesses desde a produção até a negociação no mercado ilícito. Ainda segundo Gallego (2012), a introdução do fenômeno do narcotráfico relaciona-se diretamente com a proibição do consumo de narcóticos no país no século XX quando os Estados Unidos declararam guerra contra a produção e o tráfico de drogas na América Latina. Segundo o autor, após o “ciclo da *marihuana*”, ou seja, tráfico de maconha que entrou em decadência (devido sua legalização para consumo pessoal no seu principal mercado consumidor - o norte-americano), com o bloqueio de canais e rotas de exportação. Por isso, os produtores e traficantes desse psicotrópico passaram a investir num novo produto: o tráfico de cocaína - que ganhou força a partir da década de 1970 passando a ser combatido com esforços de guerra na década de 1980.

Por conseguinte, as notícias veiculadas nos jornais informam acerca da figura de Escobar e o Cartel de Medellín constituindo apelo ao slogan de “guerra às drogas” e, conseqüentemente, exercendo controle sobre os imaginários locais a partir de uma lógica que buscou direcionar os comportamentos individuais e coletivos da população maranhense no que diz respeito à questão das drogas e de seu uso. Para estudar tal relação será feita uma análise dos discursos de autoridades estadunidenses, colombianas e brasileiras presentes nessas notícias. A identificação dessa relação nos permitirá abrir caminhos para o entendimento acerca de um período recente da história da Colômbia e do Brasil ainda pouco estudado no campo da História. Daí a necessidade de uma escrita mais cautelosa, exigindo do pesquisador uma boa análise crítica das fontes e um aparato bibliográfico que envolva alguns aspectos e conceitos da História Social.

Nas representações que levaram à construção do imaginário social sobre a Colômbia como sendo um país dominado pelo narcotráfico, observamos a emergência de um discurso presente nas notícias de “guerra às drogas”, elegendo a figura do narcotraficante, Pablo Escobar, como líder do narcotráfico na América Latina. Nesse sentido, cabe refletirmos sobre os objetivos e interesses da veiculação dessas reportagens em jornais tidos como periféricos, num estado brasileiro, distante dos grandes centros de distribuição de informações. Para isso, utilizaremos de aparatos conceituais próprios do campo da História.

À luz dessa premissa, esta pesquisa insere-se dentro de uma perspectiva da História Conectada e da compreensão sobre a História Transnacional e global entendendo-a como um

campo de estudo profícuo para o desenvolvimento do tema do narcotráfico e da disseminação internacional de discursos e imaginários a respeito das drogas. No entanto, não exclui as comparações necessárias entre os Estados envolvidos em que procuramos processos específicos, distintos e semelhantes já que essas Nações lidam com um fenômeno específico do capitalismo no século XX (o narcotráfico).

A abordagem a partir da perspectiva da Nova História Política - após passar por uma revisão de seus postulados na década de 1960 – traz-nos múltiplas possibilidades para o estudo do político, saindo da esfera apenas do Estado. Segundo René Rémond, a política apoderou-se de toda a espécie de problemas que não lhe dizia respeito inicialmente e assim a novas temáticas como a estudada aqui passaram “para os domínios da história política” (Rémond, 1996, p. 24).

O objeto deste estudo, então, permite uma relação direta com a História Política, tendo em vista que o narcotráfico é uma realidade que ganhou notoriedade em suas relações internacionais entre os vários países, posto que é apontado em razão de que: “a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais (*ibidem*, p. 23)”. Sendo assim, ao pensarmos o tema narcotráfico parece que se encontra numa área pertinente à perspectiva da nova História Política., posto que “o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social” (*ibidem*, p. 35), pois a História Política não é fechada sobre si mesma e nem se reduz ao seu próprio objeto.

Recorremos ainda aos conceitos de *Imaginário Social*, conforme a formulação de Bronislaw Baczko (1985) e de *Representação* na perspectiva de Roger Chartier (1991). Entendemos, portanto, que esse aparato conceitual permite-nos compreender os artifícios utilizados nos jornais para legitimar e criar consenso em torno de certas ideias em determinadas sociedades. Bronislaw Baczko concebe o imaginário social como um ponto fundamental das atividades dos sujeitos sociais em que se manifestam suas particularidades e diversidades, logo o imaginário social é fruto das produções sociais.

Conceitos esses se constituem como um ponto de referência simbólica que elabora e direciona rumo a uma criação de identidade, a uma construção de si ou do outro. Os papéis sociais são distribuídos de acordo com essas designações das posições que cada um ocupa na sociedade como por exemplo: o “bom”, o “mau”, “rei das drogas”, “o inimigo número um”, o “narcotraficante”. A construção do imaginário dá-se pela exclusão ou imposição de crenças, hábitos os quais ajudam a construir uma série de códigos que definem essas formas de ser. Isto é, “assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como

“uma ‘ordem’ em que cada elemento encontra o seu ‘lugar’, a sua identidade e a sua razão de ser” (Baczko, 1985, p. 309).

Outrossim, apuramos que Pablo Escobar aparece nos jornais como “um dos líderes do Cartel”, “líder máximo”, “mandante”, “chefe” e tendo como principal pauta a questão da extradição. Tal categorização nos fazem refletir acerca das representações e imaginários que foram forjados nas páginas dos principais jornais impressos do Maranhão. Temos, por exemplo, nas reportagens de 1990 - Pablo Escobar aparece representado nas notícias como líder do cartel e como o “narcotraficante mais poderoso do mundo” (*O Estado do Maranhão*, 05. 01. 1990. p. 08.), além de ser considerado “o inimigo público número 1 do povo colombiano” (*O Estado do Maranhão*, 27.04.1990. p. 17), sendo responsável pelos principais crimes que ocorreram em Medellín.

No que diz respeito aos meios em que essas informações são veiculadas, Baczko faz uma análise dos meios de difusão e sua relação com a construção dos imaginários sociais: “os novos circuitos e meios técnicos amplificam extraordinariamente as funções performativas dos discursos difundidos e, nomeadamente, dos imaginários sociais que eles veiculam” (Baczko, 1985, p. 313). Assim, a operacionalização deste conceito se torna essencial para compreendermos o papel que os novos dispositivos midiáticos (nesse caso, a imprensa maranhense) desempenharam para a construção de imaginários sobre o narcotráfico colombiano e as drogas na década de 1980.

Os meios de comunicação apresentam descrições e interpretações dos acontecimentos históricos mediante os valores e representações do grupo que administra o jornal pretende legitimar na sociedade. Dessa forma, a escolha dos acontecimentos abordados, seus autores e a forma de apresentá-los ao público precisam ser desvendadas para uma melhor compreensão do discurso desses meios de comunicação e seu lugar no processo de legitimação de determinadas concepções de sociedade.

Para tanto, a categoria *representação* torna-se central para este estudo e sua compreensão. Tomamos, nesse sentido, das formulações de Roger Chartier (1991) quando afirma que existe uma diferença entre o que representa e o que está sendo representado, isto é, a representação nos faz ver um objeto ausente. Por outro lado, é a apresentação de um objeto presente que pode ser pessoas ou coisas. Logo, “na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo tal como é” (Chartier, 1991, p. 184). Para o historiador francês, simbolicamente, as representações mascaram em vez de pintar o que é referente, manipulam os signos destinados a produzir ilusão.

Segundo Capelato (2000), as disputas pelo poder e a representação exercem uma relação de recíproca subordinação, ou seja, “(...) a instituição do poder se apropria da representação do poder como sua” (Capelato, 2000, p. 115). As representações expressam assim uma função estruturante na construção dos sistemas de comunicação, haja vista que a imprensa, em geral, e os jornais, em particular, utilizam-se, no processo de construção das informações, diferentes estratégias discursivas para legitimar representações que dão sentidos aos imaginários sociais convenientes com os interesses políticos e econômicos dos seus proprietários. Por essa razão, faz-se necessário uma análise cuidadosa dos textos, imagens e manchetes sobre os temas publicados nos jornais associados a uma abordagem adequada da materialidade desse suporte.

Como este trabalho pretende analisar nas entrelinhas dos jornais e, por vezes, é bastante evidente os discursos presentes de interesses os quais alinham-se para cumprir uma agenda de interesse internacional, torna-se necessário para além do entendimento dos conceitos que norteiam o tema, de uma concepção teórica sobre o próprio campo do saber histórico. Isso quer dizer que, ao olharmos para o nosso objeto e fontes, nos deparamos com imagens, representações e imaginários do passado, que à primeira vista parecem nos dizer a “verdade”, no entanto, tal afirmação incorre numa armadilha ao historiador. Esse estratagemma não pretende alcançar verdades, mas construir a partir da pesquisa em história uma interpretação daquele momento histórico.

Nesse sentido, podemos apontar Walter Benjamin (1985). Este conceitualmente indica o passado como algo súbito que passa por nós de uma forma rápida e fulminante, pois “o passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento de seu reconhecimento” (Benjamin, 1985, p. 6). Em outras palavras, o que sabemos é o que conseguimos enxergar nesse “flash de luz” que nos acomete quando a reconhecemos enquanto passado e enquanto não desaparece novamente. Lançar mão de investigar sobre o passado não implica necessariamente a obtenção de verdades absolutas e imutáveis, mas traz consigo possibilidades de interpretações, de forma que toda “imagem do passado” desaparece diante de um presente o qual não mais se identifica com ela, pois está distante no tempo histórico do próprio presente.

Portanto, ao historiador cabe a tarefa de “fixar uma imagem do passado tal como ela surge” e não “como ela foi” (*ibidem*, p. 7) e, em razão disso, deve existir uma distância no tempo histórico entre o historiador e o próprio passado que ele investiga. É a investigação sobre o “outro” no tempo que já não está mais diante de nós, tornando o passado estrangeiro para o historiador. Benjamin em referência a história da arte, resgata o *Angelus Novus* que:

Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter este aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante de nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhes lança aos pés (*ibidem*, p. 11).

Além disso, quando o historiador se volta para o passado ele se depara com uma realidade que não existe mais, apenas os destroços envoltos do que um dia foi uma realidade empoeirados e submersos por novos detritos que se sobrepõem. O historiador se esforça para enxergar o que de fato existiu ali. O fato é que em seu fazer, não consegue tocar o passado, apenas vira o rosto para ele e tenta desvendar lembrando-se sempre da distância que o separa de seu objeto (*ibidem*, p. 11). Ele precisa revirar os escombros, os destroços daquela realidade que se apresenta e está prestes a desaparecer ou mesmo já nem existe mais. Sua tarefa mais árdua é articular esse passado que não pode mais ser conhecido como ele foi de fato, capturar uma imagem do passado num momento em que este reaparece como um relâmpago numa noite escura em direção ao presente que almeja conhecê-lo.

Esse lugar, por vezes, inacessível, produz em nós, jovens pesquisadores da história, pessimismos ou euforias em relação ao conhecimento histórico, mas seguindo essa linha necessária, o distanciamento do objeto como um dos pressupostos para tornar o conhecimento no mínimo aceitável, podemos não ignorar o que Foucault diz, sobre o que Nietzsche pensou sobre o conhecimento. Estamos nos referindo a um campo do saber que objetiva, sobretudo, realizar estudos que resultem no chamado conhecimento. Nesse caso, o conhecimento histórico, como resultado de um jogo, da luta de alguns instintos que geram o conhecimento. Mas não é uma luta na mesma direção, mas, sim antagônicos e não uniformes.

Segundo Nietzsche os impulsos e paixões que levam os seres humanos à compreensão ou conhecimento são três: “rir, detestar e deplorar”. Nessa perspectiva, estes três aspectos não formam uma unidade ou uma forma de aproximação para com o objeto, mas, sim, uma maneira de manter um distanciamento do objeto, bem como de se distinguir e de provocar uma ruptura com ele. Dessa maneira, “todos esses impulsos que estão na raiz do conhecimento e o produzem têm em comum o distanciamento do objeto, uma vontade de se afastar dele e de afastá-lo ao mesmo tempo, enfim de destruí-lo” (Foucault, 2008, p. 21).

Nesse sentido, temos que nos levar de fato ao conhecimento; não são nossa paixão, desejo, amor e gosto pelo objeto, mas o desprezo, o ódio e o medo diante das coisas ainda não compreendidas. O conhecimento é fruto do confronto desses impulsos, um jogo de poder contínuo. Ciente dessas observações dos nobres teóricos acima, seguiremos confiantes, porém não ingênuos do nosso trabalho diante de um tema, que *a priori*, apenas estamos revirando os

primeiros “escombros”, ainda frescos. Nesse campo do conhecimento histórico no que tange ao narcotráfico encontramos imagens representativas em vários canais de lazer e entretenimento, como por exemplo, as séries e filmes produzidos já no século XXI para se obter lucros, conquanto que a opção aqui é o afastamento dessas visões.

Nas linhas que se seguem será feita a apresentação do plano e capítulos da dissertação: o primeiro capítulo deste trabalho tem como objetivo apresentar uma síntese histórica com a ajuda de outras ciências sociais acerca do desenvolvimento do narcotráfico nas Américas. Partimos do entendimento de como os Estados Unidos buscaram intervir política e economicamente nos países os quais enfrentavam dificuldades para lidar com a questão das drogas na década de 1980, impulsionando a criminalização das drogas e usuários refletindo na política proibicionista no Brasil e na Colômbia.

Já o segundo capítulo pretende analisar o papel da imprensa maranhense junto ao contexto nacional entendendo-a como uma imprensa conectada às dinâmicas internacionais e no que diz respeito à grande recepção dos discursos de guerra às drogas pelas autoridades brasileiras presente no jornal *O Estado do Maranhão*. Com isso, trataremos de apresentar a dinâmica e objetivos do periódico junto à imprensa nacional atestando os interesses estatais comuns da divulgação de tal temática. Para tanto, buscaremos compreender a origem das notícias, bem como a atuação de uma agência de notícia internacional de origem estadunidense que teve forte influência na cobertura da conjuntura do conflito colombiano na década de 1980.

Por fim, no último capítulo, uniremos a análise de fontes (as reportagens) e trechos de documentos oficiais (trecho do Relatório da CPI do narcotráfico e Inquérito da Câmara dos Deputados de 1992) para compreendermos como as representações sobre as drogas na imprensa contribuiu para a formação de um imaginário a respeito das drogas e também como essa prática funcionava como uma forma de evidenciar a emergência dos grupos de narcotraficantes no território nacional e o estabelecimento de rotas para o escoamento da cocaína. Pois a questão das drogas teve impacto significativo na sociedade brasileira, não só pelo seu significado externo, mas, principalmente, em razão de se transformar em um dos maiores problemas a ser resolvido internamente recebendo algumas diferentes nuances ao longo do tempo para a sua discussão como a medicalização, moralização e a criminalização. Estas atuam em conjunto, geralmente com força policial e estatal nas décadas de 1980 e 1990.

1 A DINÂMICA DAS DROGAS E DO COMBATE AO TRÁFICO EM PERSPECTIVA TRANSNACIONAL

1.1 INTRODUÇÃO AO TEMA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA GLOBAL E CONECTADA

Iniciamos este trabalho reconhecendo a importância da compreensão desta pesquisa localizando-a dentro de uma perspectiva da história global³, conectada e transnacional cujas fronteiras e abordagens ainda não encontraram um consenso sobre sua conceituação ou diferenciação. Porém, cabe destacar que os “historiadores transnacionais examinam processos, movimentos e instituições que vão além das fronteiras territoriais: por exemplo, o meio-ambiente, o crime organizado, epidemias, [...] e os movimentos sociais internacionais” (Armitage, 2015, p. 2).

Outro autor que também estabelece uma discussão teórica sobre a história transnacional é Sean Purdy (2012), utilizando de escritos anteriores de Aiwah Ong (1999), afirma que “trans denota movimentação através de espaço e através de fronteiras, bem como mudança na natureza de algo” (Ong, 1999, p. 4 *apud* Purdy, 2012, p. 67-68). Nesta pesquisa também será abordado o crime organizado (narcotráfico), que se potencializa em rede de poder, e ultrapassa as fronteiras nacionais, inclusive nas suas formas de pensar e combater (ideias e discursos) encontradas na imprensa.

Assim sendo, a circulação dessas ideias e do próprio objeto de estudo, para além das fronteiras colombianas, insere-se dentro desse campo do transnacional que sugere além de novas relações entre estados, transnacionalidade também alude ao transversal, o transacional, o translacional, e os aspectos transgressivos do comportamento e da imaginação contemporâneos que são incitados, habilitados e regulados pela lógica variável dos Estados e do capitalismo (Ong, 1999 *apud* Purdy, 2012).

Além disso, em alguns momentos recorreremos à comparação entre Colômbia, Estados Unidos e Brasil em relação ao tratamento dado às drogas no período estudado. Levamos em consideração a comparação sugestiva entre as múltiplas possibilidades, caminhos e becos sem saída que existem dentro da história de forma mais ampla. Estamos, portanto, de acordo com

³ Segundo Armitage (2015): “os historiadores globais tratam da história e das pré-históricas da globalização, das histórias dos objetos que se tornaram universalizados e das conexões entre áreas sub-globais, tais como as dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico (Armitage, 2015, p. 2)”.

Prado (2005, p. 30) em afirmar haver “mais complementação entre comparação e conexão, do que exclusão”.

Logo, uma abordagem global e interativa à história precisa de comparação; e comparação precisa de uma análise global e interativa (Cooper, 1996 *apud* Purdy, 2012). Nesse sentido, segundo Purdy (2012), a rejeição do método comparativo em si não é necessária. Ele ainda promete ilustrar diferenças e semelhanças importantes entre formações socioeconômicas, mantendo foco na especificidade histórica. Não é uma abordagem limitada somente à comparação das realidades estudadas, mas uma abordagem conectada e dinâmica da questão das drogas na década estudada que se esparramava para além das fronteiras da Pan-amazônia. Diante esta premissa, segundo Prado, embora tenha aumentado no mundo movimentos de “recrudescimento do nacionalismo, não pode mais ser imaginado no interior das fronteiras nacionais, é útil pensar uma história que se projeta numa pluralidade de espaços e lugares de pertencimento” (Prado, 2005, p. 29).

Nesse sentido, o interesse pelo internacional reconhece a existência dos Estados, no entanto se detém “além das fronteiras dos Estados para mapear as relações entre eles, desde a diplomacia e as finanças até às migrações e as trocas culturais” (Armitage, 2015, p. 2). Portanto, as semelhanças existentes entre a história global, transnacional e conectada contribuem para a compreensão de “conexões e interdependências que cruzam fronteiras” (Purdy, 2012, p. 78). Ou seja, “a semelhança familiar que liga essas abordagens é o desejo de ir acima ou além das histórias dos Estados definidos pelas nações e das nações delimitadas por Estados. Tomados em conjunto, esses projetos abrangem a “*international turn*”⁴ na escrita da história” (Armitage, 2015, p. 2), posto que a:

História transnacional, pela própria etimologia da palavra, sugere conexões e interações, não simplesmente comparações. Na definição sucinta de Micol Seigel, ela ‘examina unidades’ que se derramam e vazam através de fronteiras nacionais, unidades maiores e menores do que o Estado-Nação (Siegel, 2005, p. 62-90 *apud* Purdy, 2012, p. 67).

Sendo assim, ratificamos alguns pontos da compreensão sobre a história transnacional e global entendendo-a como campos de estudo profícuos para o desenvolvimento do tema do narcotráfico, da disseminação internacional de discursos e imaginários sobre as drogas. Entretanto, não exclui as comparações necessárias entre os Estados envolvidos em que

⁴ Em Armitage (2015) traduz como “virada internacional”.

procuramos processos específicos, distintos e também semelhantes já que esses Estados lidam com um fenômeno específico do capitalismo no século XX (o narcotráfico).

Vale ressaltar que por se tratar de um tema da história recente e ainda bastante atuante em muitos países, uma frase de efeito não surtirá nenhum resultado, assim como a repressão empregada contra as drogas também não resultou no fim do seu consumo; muito menos na diminuição das mazelas e violências que ela tem provocado nas sociedades. Tal observação não se resume aos dias de hoje, pois desde que a imprensa passou a veicular a histeria coletiva em torno do crescimento da insegurança, inicialmente no Rio de Janeiro, depois se difundiu para outras cidades do país, o tema parece ter tido bastante aceitação entre a população brasileira.

Essa preocupação já aparecia na imprensa desde o início da década de 1980. Foi o que observamos quando o jornalista brasileiro, Élio Gaspari⁵ escreveu em sua coluna: “a natureza da violência” sobre a criminalidade no jornal *O Estado do Maranhão*. A reportagem é datada de 07 de janeiro de 1984 caracteriza-se como um artigo de opinião. Nessa notícia, também encontramos as bases da forma como o periódico vai tratar o tema. Nela o autor questiona o porquê do crescimento acelerado da violência nas grandes metrópoles brasileiras e dá indícios da aproximação da linguagem jornalística com os discursos norte-americanos presentes nos textos das notícias.

O escritor ítalo-brasileiro embasou seus argumentos no estudo no economista estadunidense, Isaac Ehrlich⁶. Este a pesquisa está “entre os muitos estudos já feitos em torno dos remédios indiscutivelmente adequados para baixar a criminalidade[...]” (*O Estado do Maranhão*, 07.01.1984, p.⁷). Podemos perceber a tendência do jornal em apontar como norte explicativo para o problema os discursos de personalidades estadunidenses. Essa linha de raciocínio, mais tarde, quando a guerra contra o narcotráfico for declarada, validará os discursos das principais autoridades estatais e policiais no que diz respeito ao problema. Gaspari, já

⁵ Elio Gaspari é de origem italiana e veio para o Brasil ainda criança, desenvolveu-se no meio do jornalismo, passando a escrever para o *Diário de São Paulo*, a *Veja* e o *Jornal do Brasil*, até tornar-se colunista da *Folha de São Paulo* (Severiano; Silva, 2013, p. 4).

⁶ Economista norteamericano que fez pesquisas na área da economia do crime e na aplicação da lei e na economia da dissuasão, incluindo a pena de morte e seus efeitos dissuasores. Escreveu importante obra: *Participation in Illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation (1973)*. Segundo Dias (2015), “Ehrlich (1973) argumenta que os índices de desigualdade mediriam o diferencial entre os retornos esperados do mercado legal e ilegal, e que os índices de criminalidade seriam tão maiores quanto maior fosse a desigualdade de renda (Dias, 2015, p. 35).”

⁷ Sempre que ao longo deste trabalho aparecer o sinal de interrogação nas referências ao jornal *O Estado do Maranhão* ou mais esporadicamente em *O Imparcial* significa que não foi possível identificar o número da página do jornal em que a reportagem se encontra, principalmente porque algumas páginas estão rasuradas, riscadas ou faltando, além de algumas páginas virem sem numeração desde a sua confecção.

naquele contexto, era um renomado jornalista e escrevia para vários jornais, inclusive para o periódico escopo dessa pesquisa. Como grande expoente e sendo respeitado em seu ramo, vai nos subsidiar e direcionar uma interpretação acerca das drogas disseminando um imaginário na imprensa:

Sua obra compõe um conhecimento histórico próprio da forma como os jornalistas concebem o fazer histórico e norteiam muitas interpretações sobre o acontecimento, respaldando-se numa escrita meticulosamente preparada. Depois da metade do século XX os jornais começaram a sistematizar seus processos de escrita, elencando elementos que seriam indispensáveis para suas matérias (Severiano; Silva, 2013, p. 4).

Embora não seja o objetivo deste trabalho, nos serviu para o entendimento da grande aceitação pelas autoridades brasileiras por este viés de combate às drogas. Na reportagem citada acima, notamos que a repressão não é a pior opção, mas um caminho defendido, pois, como aponta o colunista: “há épocas de grande criminalidade como a economia a todo vapor e há recessões, como a de 1965, que não trazem onda de violência” (*O Estado do Maranhão*, 07. 01. 1984, p.?). O tema da segurança pública, no qual o nosso tema está inserido, estava dentro de um contexto mais amplo e complexo. A conjuntura brasileira das décadas anteriores é resgatada no corpo deste texto jornalístico que promove na notícia a tendência defensista dos resquícios da ditadura militar, que naquele momento ainda estava em curso no Brasil.

Com isso, a repressão não era apenas uma opção já que “em 1973, o Serviço Nacional de Informação (SNI) considerava o abuso de drogas, enquanto ‘toxicomania’, [...]o viciado faria de tudo para obter a droga, inclusive envolver-se em movimentos revolucionários” (Rigoni Filho; Hoffmann-Horochovski, 2022, p. 389). A abertura “lenta, gradual e segura”⁸, conforme Resende (2015, p. 37-39) daria fôlego à democracia e experimentaria dali em diante um debate que culminaria com uma maior liberdade de imprensa, maior circulação de informações. Esse mesmo jornal - *O Estado do Maranhão* - que muito provavelmente enfrentava outra hora a repressão; agora experimentava a liberdade de expressão, mas não somente isso, pois, tinha como donatário - José Sarney - o novo presidente do Brasil que usaria de seu jornal para sua promoção e propaganda política de temas de interesses internacionais.

Nesse contexto imediatamente anterior ao recorte da pesquisa, Rigoni Filho e Hoffmann-Horochovski (2022) analisaram as representações sociais do usuário de substâncias

⁸ Nessa conjuntura, era fundamental manter uma governabilidade mínima ao “presidente da distensão”, pautada na criação da figura de Geisel como um político moderado (Resende, 2015).

psicoativas publicadas em reportagens veiculadas na *Folha de S. Paulo* entre 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985 durante o período da ditadura militar brasileira identificando que:

A noção de doença do usuário apoia-se em um discurso médico, que, majoritariamente valoriza os profissionais da psiquiatria. Os conteúdos textuais retomam o uso de tratamentos medicamentosos ou biológicos (eletrochoques), inclusive com o desenvolvimento de tecnologias de análises criminalísticas e criminais, para não só tratar em um ambulatório os usuários, mas para prevenir o crime. De tal modo, há uma fusão entre crime e doença na categorização do usuário de drogas. Nota-se o uso dos dados estatísticos de forma desconexa, isto é, há várias fontes de informações sobre a quantidade de usuários de drogas e quantidade de sujeitos em tratamento, cujas coletas de dados e estudos não são reveladas (Rigoni Filho; Hoffmann-Horochovski, 2022, p. 397).

Notamos que a análise se situa num contexto em que a abordagem sobre as drogas e os usuários vão ganhando uma nova conotação, não mais médica ou psiquiátrica, mas a partir de ponto de vista da criminalização e da repressão. Assim, o reflexo da onda de violência provocada por várias modalidades de crimes tem consequências marcantes para a sociedade, principalmente para o contexto sensível do Brasil de um longo período de violência estatal e militar. Dessa maneira, ao contrário do que Gaspari escreveu na reportagem, não é a democracia que facilita a violência, mas:

A percepção social de que a violência e a criminalidade têm aumentado de forma desenfreada, contribui para entrar a consolidação de uma sociedade democrática, pois dificulta as interações sociais, ao esvaziar os espaços públicos urbanos, onde são urdidas e alimentadas as mais variadas mediações sociais[...]. O medo do crime estimula o segregacionismo social, transferindo as pessoas para vários enclaves, favorecendo a construção de imagens negativas do Outro, que passa a encarnar a violência e o perigo, e, por conseguinte, indivíduos ou grupos que devem ser socialmente evitados (Oliveira, 2003, p. 241-242).

Conforme os apontamentos feitos acima podemos fazer uma relação com os estudos feitos por Alba Zaluar (1998) no mesmo período, onde ela demonstra que a imprensa se manifesta como um agente importante para a construção dos medos sociais provocados pela grande exibição da violência ligada às drogas e à criminalidade. O Rio de Janeiro, como um significado de cartão postal, funcionou também como grande epicentro desse tipo de organização criminosa que crescia exponencialmente em direção a outros estados.

Esta grande escritora brasileira, estudiosa da sociedade e violências no século XX, escreveu sua obra *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil* por meio de uma pesquisa de campo e entrevistas com sujeitos envolvidos no submundo da droga e da violência social. O trabalho de Zaluar, serve-nos não somente como mero texto bibliográfico, mas, sobretudo, para uma discussão e apresentação dos principais resultados de

sua pesquisa que desenvolveu no final do século XX. Seu trabalho é um dos poucos que dialogam com nossas fontes retiradas da imprensa, seus dados quantitativos elucidam, em parte, o desejo da imprensa maranhense em repercutir numerosas manchetes sobre as drogas, tendo como plano de fundo uma sociedade que vivenciava problemas reais relacionados à violência, às drogas e aos assassinatos de rua, mas que também não escapava da tendência da mídia operante na época de transmitir os medos sociais existentes.

Por este viés, a década de 1980, pelas lentes da imprensa jornalística parecia o despertar de um mundo prestes a ser dominado pela violência. Seu papel parecia, fundamentalmente, o de anunciar esse perigo iminente. Assim, após o período ditatorial que se estenderia até meados da década de 1980, o tema vai ocupar o debate central na grande imprensa brasileira, invadindo os lares, as mentes, as esquinas, o grupo de amigos que conversam no bar, etc. O tema incorporou-se ao cotidiano das pessoas nas suas interações e dinâmicas sociais, despertando grande interesse de quem consome essas notícias. Posto que “se a divulgação rápida tem permitido informar o público e capacitá-lo para pensar a respeito do que acontece, muitas vezes tem se chegado perto da vulgarização, que distorce a informação e confunde mais do que esclarece” (Zaluar, 1998 p. 247).

Inicialmente, não podemos romantizar essas notícias encontradas, pois, como a antropóloga urbana já percebia em sua época, essas notícias as quais retratavam os temas da violência e das drogas tornaram-se “mercadorias”. A lógica mercadológica era - quanto mais impactantes fossem as notícias, mais esse veículo conseguiria vender e, quem sabe, mascarar outros problemas sociais que ideologicamente não eram midiaticizados (*ibidem*, p. 248). Por outro lado, diante deste fenômeno:

Outra distorção do renome ‘midiaticado’ torna-se presente nas subjetividades dos que cometem os atos violentos. Entre jovens bandidos, a fama de matador, sobretudo quando devidamente registrada no jornal, com nome e, melhor ainda, com foto, é comemorada como a conquista da glória, a saída da obscuridade pessoal (*ibidem*, p. 247).

Essa característica de midiaticização supracitada não é algo que remete somente às grandes figuras como o traficante colombiano Pablo Escobar, cujas notícias circulavam internacionalmente. Podemos identificar em contextos locais, como por exemplo, o caso de Zaratustra, um traficante justiceiro que viveu na cidade de Timon, no estado do Maranhão e também foi considerado um “mito do crime” local - entre 1980 e 1990 - pela imprensa timonense e pelos investigadores policiais da região. Segundo Brito (2012), de maneira semelhante ao que a imprensa mundial fez com a morte de Escobar exibindo o feito como um

troféu por parte das autoridades locais, também ocorreu após o assassinato de Zaratustra pelas forças policiais maranhenses. O governador da época, Edson Lobão, proferiu uma guerra aos bandidos, visto que:

A forma como a morte de Zaratustra foi tratada nos jornais demonstra a preocupação da imprensa em reafirmar a ‘periculosidade’ e a ‘ameaça’ que o criminoso representava para a sociedade, o que contribuiria para investir sua morte de um significado positivo no sentido de afirmação do avanço da sociedade no combate à criminalidade e à impunidade, provado pela eliminação de mais um marginal ‘ousado’ e incontrolável (Brito, 2012, p. 246).

Outrossim, várias vão ser as notícias sobre as baixas sofridas pelas organizações criminosas de narcotraficantes que atuavam na Colômbia. Isto, numa tentativa do Estado mostrar que estava vencendo a luta contra o narcotráfico, o principal inimigo do povo. Formava-se, então, uma opinião pública em torno da luta global contra as drogas.

Diante o exposto, nas próximas páginas faremos uma análise mais ampliada sobre o narcotráfico que, de certa maneira, na década de 1980, vislumbrava-se como um elemento relevante para as autoridades e também para a população. Haja vista que sabemos que o consumo de drogas no Maranhão e no Brasil não iniciou em 1980, porém com base nas nossas fontes podemos apontar que foi nesse período o qual houve uma importante consolidação, difusão e estruturação do consumo de drogas que não se restringia somente à maconha, mas levou à entrada massiva de cocaína no território nacional.

Sendo assim, vale a pena percorrer a historiografia com o auxílio de outras ciências sociais e humanas para um melhor entendimento das drogas no contexto global. Por vezes, nosso estudo parecerá demasiado amplo tendo em vista as comparações e relações entre Brasil, Colômbia e Estados Unidos, no que diz respeito às drogas. Não obstante, é parte da construção de uma história conectada e articulada para além das fronteiras nacionais dos Estados. Portanto, temos consciência das diferenças e dos contextos vivenciados podendo até ser consideradas realidades incompatíveis, todavia se complementam quando o assunto é o narcotráfico.

1.2 A CONSOLIDAÇÃO DO NARCOTRÁFICO COMO UM PROBLEMA SOCIOECONÔMICO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DO PROBLEMA

Notadamente as drogas sempre estiveram presentes nas grandes civilizações pré-colombianas dos Andes. A folha extraída da planta *Erythroxylon coca*, a qual faz-se a cocaína já era conhecida e utilizada antes mesmo da chegada dos colonizadores espanhóis. Numerosas

lendas referem-se a ela em associação com os mistérios sagrados da fertilidade, da sobrevivência, da morte como também de práticas curativas. Para os Incas, a planta era sagrada um presente do deus Sol. Até a chegada dos colonizadores espanhóis à América, o seu uso era restrito aos componentes da nobreza Inca (Melo; Maciel, 2016). Segundo Ferreira e Martini (2001)⁹ *apud* Melo; Maciel (2016) a quantidade de drogas usadas pelos índios era bastante baixa. Havia um limite, até mesmo físico, do número de folhas capazes de ser mascadas, servindo como uma segurança contra os efeitos tóxicos da cocaína, pois “no Brasil, o consumo de Hoasca ou Ayahuasca (ou daime), um chá alucinógeno preparado com o cozimento de ervas, é frequente nos rituais dessas seitas religiosas” (Totugui, 1988, *apud* Melo; Maciel, 2016, p. 79).

Porém seus usufrutos foram ressignificados ao longo do tempo e nem sempre as drogas assumiram novos papéis de forma positiva. Assim como seus usuários que passaram a lidar com o controle, a violência e legislação ao mesmo tempo. Muitos desses fatores ainda são os problemas enfrentados pelas sociedades atuais. O uso de drogas, bem como o tráfico delas, tem servido de alerta para os vários governos de diversos países. E é esse contexto de mudanças, ocorrido na segunda metade do século XX, que será aqui discutido. Por isso, é importante conhecermos a seguir a dinâmica das drogas na sociedade nesse contexto, pois nem sempre foi vista da mesma forma por todos, sendo necessário frisar que adotamos uma perspectiva histórica, principalmente, a partir do surgimento do termo “narcotráfico” pela mídia.

Segundo Bragança (2012) foi a partir dos anos 1970 que o léxico “narcotráfico” passou a ser usada com maior frequência na linguagem oficial e adquire atestado de naturalização nos meios de comunicação como também nas percepções do senso comum (Astorga, 2003 *apud* Bragança, 2012). E assim é criada “uma dimensão histórica que reveste de sentido a apropriação simbólica desse repertório que também está presente na nomeação das práticas ligadas ao narcotráfico pelos discursos da mídia” (Bragança, 2012, p. 102) tornando o termo repleto de significado prático quanto também de uso político.

Nessa esteira, em sentido prático, o narcotráfico pode ser compreendido numa perspectiva mais simples. Trazendo seus aspectos sociais e econômicos, vislumbrando alguns desafios impostos por sua interferência na economia e os impactos sociais negativos na sociedade. Esse fenômeno se desenvolveu na história recente relacionado às desigualdades sociais e étnicas resultantes do sistema econômico capitalista. Portanto é caracterizado como

⁹ Sempre que neste trabalho as referências em *apud* aparecerem sem o número da página é porque o autor que citou não fez referência à numeração, somente ao ano.

fruto da disparidade socioeconômica na América Latina e alimentado pela alta demanda de consumo dos Estados Unidos e de países europeus. O narcotráfico advém, então, de uma emergência do sistema financeiro em questão, colocando em evidência um contexto, em paralelo, ao aumento do consumo de drogas na Europa e nos Estados Unidos na década de 1980; tem-se, por outro lado, a queda drástica dos preços de países produtores de matérias primas na América Latina como, por exemplo: açúcar (-64%), café (-30%) e o trigo (-17%). Esse fato revela alguns dos reflexos da crise econômica mundial do período (Coggiola, 1996). Nessa conjuntura “o uso das substâncias psicoativas passou a ser, então, alvo de comercialização para a obtenção de lucros, regido pela dinâmica do capitalismo, que propiciou a industrialização e a massificação desses produtos” (Melo; Maciel, 2016, p. 79).

Associado a esses fatos arrolados, observamos que a questão das drogas ao longo do tempo recebeu três nuances para a sua discussão: a medicalização, a moralização e a criminalização. Estes elementos irão atuar em conjunto com as forças policiais e estatais. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, notamos uma crescente complexidade relacionada à questão das drogas em vários países, visto que “as mesmas são também mercadorias e estão sujeitas a leis de oferta e procura, precificação e disputa de mercados, especialmente quando inseridas em um contexto de ilegalidade” (Bastos, 2018, p. 13). Por conseguinte, o narcotráfico pode ser compreendido como mais um dos tentáculos do capitalismo o qual se move no submundo neoliberal - atacando e se movendo em sociedades subdesenvolvidas em direção ao seu profícuo mercado consumidor -, geralmente os países desenvolvidos de forma ilegal e, sobretudo, se alimentando dos lucros estupendos obtidos com esse negócio.

Assim, enquanto outros setores estão em crise, há a ascensão desse ramo ilegal do submundo das drogas. Não raro, milhares de pessoas desempregadas são recrutadas para trabalhar no plantio, cultivo, transporte e comercialização de amapola, maconha, cocaína, conseqüentemente, são criados vários cargos para combater o narcotráfico distribuídos em diferentes instituições: polícia, bancos, agências de combate, dentre outros (Sepiarsky, 2018). Essa dinâmica enriquece a poucos, pois se transformou numa das atividades ilegais mais lucrativas do mundo informal (ou não), além de trazer conseqüências graves para os Estados que enfrentaram o problema - elevando os riscos para os consumidores de entorpecentes, a violência empregada e a repressão aos usuários comuns.

Seguindo essa linha de raciocínio, esse fenômeno não deve ser pensado deslocado do contexto histórico no qual se insere, pois aqui é entendido como fenômeno transnacional. Em razão disso, no seu sentido político é necessário retomar à sua origem, ou melhor, voltar ao

termo narcotráfico em sentido ideológico-político estando associado a uma cruzada contra as drogas. Logo, não começar pelo narcotráfico na Colômbia é importante para não contribuímos para a disseminação de que é um evento específico deste país, pois ao adotarmos a perspectiva da História Conectada temos de ter ciência de que esta “propõe que ela seja entendida em suas conexões [...] com as outras partes do mundo, sem que se estabeleçam polos, um determinante e outro subordinado” (Prado, 2005, p. 27). Quando nos referimos às comparações do narcotráfico entre Brasil, Colômbia e Estados Unidos como histórias conectadas, não objetivamos encontrar culpado(s) ou mesmo reproduzir categorias tais como país “produtor”, de “trânsito” e “consumidor” de droga, mas dimensionar que essas realidades “são múltiplas e ligadas entre si, comunicando-se umas com as outras” (*ibidem*, p. 28).

No início do século XX, nos Estados Unidos, iniciou-se alguns movimentos para criar “regulamentações sobre as drogas, lideradas por grupos de igrejas e associações protestantes. Iniciava-se, assim, o movimento proibicionista que era ligado a concepções religiosas as quais condenavam o uso de drogas” (Oliveira, 2015 *apud* Melo; Maciel, 2016, p. 80). Enquanto nas décadas seguintes assume um viés midiático a partir do contexto do Pós-guerra Fria, onde se torna um ponto crucial para a política de segurança nacional dos norte-americanos:

A partir de los años setenta la palabra “narcotráfico” es usada con mayor frecuencia en el lenguaje oficial y adquiere carta de naturalización en los medios de comunicación, y por lo mismo en las percepciones del sentido común. El prefijo “narco” será empleado hasta la náusea como multiplicador de etiquetas estigmáticas [...] (Astorga, 2003 *apud* Bragança, 2012, p. 102).

Sendo assim, houve uma corrida por parte dos estadunidenses para definir novas ameaças já que, com o fim próximo da Guerra Fria, a “ameaça comunista” perdia o apelo. Sistemáticamente, para cada região da América Latina foi reformulada a imagem do inimigo público, nesse sentido:

Nessa reformulação, dependendo de cada sub-região ou país, surgiram preocupações relacionadas a temas como a debilidade das instituições democráticas, a produção de armamentos de destruição em massa, o papel das organizações regionais de segurança, as insurgências armadas, o tráfico de drogas, a emigração clandestina e o terrorismo (Santos, 2007, p. 175).

Dessa maneira, há necessidade de melhor explicar o significado e origem do narcotráfico bem como o desdobramento de alguns aspectos gerais relacionados à temática em voga. Gallego (2012), ao analisar a questão, pontua o conceito de narcotráfico como atividades que acontecem ilegalmente e que vão desde a produção até a sua comercialização. O que

implica consequências sociais e econômicas aos países envolvidos. Assim, segundo o autor, o está relacionado também a um conglomerado de atividades ilegais ligadas à comercialização, transporte e produção de drogas, segundo o fragmento abaixo:

[...] faz referência a um conjunto de atividades ilegais através das quais se implementa a produção, transporte e comercialização de drogas psicoativas e a constituição de um modelo de organização econômica e social ilegal com altíssimo nível de influência nos aspectos econômicos e políticos das sociedades formais (Gallego, 2012, p. 5).

Por outro lado, podemos compreender o narcotráfico na perspectiva de Rodrigues (2012): sendo entendido como um negócio que ultrapassa as fronteiras nacionais, atuando como empresas privadas alcançando mercados internacionais:

[..] composto por fluxos que atravessam fronteiras e, ainda que provenham do exterior, não é composto por forças estatais ou paraestatais, mas por grupos privados atuando em um negócio transterritorial, sem objetivos políticos tradicionais. São empresas ilícitas transterritoriais, pois têm, simultaneamente bases e atuação locais (produção e comercialização) e trânsito transnacional, ultrapassando fronteiras políticas para sua realização como negócio (Rodrigues, 2012, p. 33).

O narcotráfico na década de 1980 funcionava atrelado aos grandes cartéis, como por exemplo, o Cartel de Medellín e posteriormente o de Cali. Gallego (2012) destaca o significado de “cartel” como uma “forma particular de articulações em redes clandestinas através das quais operam os diferentes empresários da droga compartilhando recursos e estratégias que possibilitam os processos de produção [...]” (*ibidem*, p. 5). Já para Rodrigues (2004) os cartéis da droga são compostos de setores: há o setor competitivo que “compreende a ponta do circuito (plantadores de coca) e a ponta última, representada pelas organizações que recebem a cocaína dos grandes atacadistas e a revende aos consumidores” (Rodrigues, 2004, p. 188); outro setor tem-se oligopólio em que acontece “a estruturação de grandes empresas independentes, articuladoras de redes próprias e em competição” (*ibidem*, p. 189). De acordo com Rodrigues (2004) é “daí a substituição da figura de ‘cartel’ pela do ‘oligopólio’. Em termos econômicos, aplica-se a um mercado no qual poucas corporações dominam a produção e a comercialização de um bem” (*ibidem*, p. 189).

Daí, tem-se a denominação do cartelização das organizações do narcotráfico colombiano:

[...] é mais apropriadamente analisada se a tomarmos não como uma união entre grupos narcotraficantes com o objetivo de estipular o preço da cocaína negociada nos Estados Unidos, que definiria um cartel econômico ainda que ilegal, mas como

associações temporárias e pontuais que obedecem a interesses específicos e flexíveis (Rodrigues, 2004, p. 184).¹⁰

Posto isso, fica claro diante das leituras que embora existam diferenças no seu tratamento, ambos concordam com seu aspecto ilegal e empresarial que têm interesses desde a produção até a negociação no mercado ilícito. Gallego (2012) elucida que o desenvolvimento do tráfico de drogas na Colômbia e a introdução do fenômeno do narcotráfico em solos colombianos, relaciona-se diretamente com a proibição do consumo de narcóticos no país no século XX, quando os Estados Unidos declararam guerra contra a produção e o tráfico de drogas na América Latina. No ponto de vista de Astorga (2003), apesar da categoria “cartel” ter sido criada nesse contexto, nem sempre ela consegue explicar o que de fato eram essas organizações, porque são expressões amplamente utilizadas pelas mídias, imprensa, principalmente, para vender a ideia de um inimigo comum – o narcotráfico:

A principios de los años ochenta, agentes de la DEA y fiscales de Florida emplean la categoría “cártel”, retomada de la economía, para armar expedientes criminales en contra de grupos de traficantes colombianos. La palabra tendrá un éxito mediático universal similar a la de “narcotráfico” a pesar de que ninguna de las dos da una idea adecuada de lo que pretende significar. La invención de un enemigo monolítico, organizado de manera jerárquica, con una racionalidad burocrática y económica, que controlaría además todas las fases del negocio y estaría por lo tanto en posición de controlar el mercado y los precios, fascinó a políticos, policías y periodistas (Astorga, 2003 *apud* Bragança, 2012, p. 102).

Segundo Gallego (2012), após o “ciclo da *marihuana*”¹¹ ou seja, o tráfico de maconha entrou em decadência devido a sua legalização para consumo pessoal em seu principal mercado consumidor, os Estados Unidos; e o bloqueio de canais/rotas de exportação. Os produtores e traficantes desse psicotrópico passaram a investir num novo produto - a cocaína e o seu tráfico que ganhou força a partir da década de 1970.

Não queremos aqui ampliar demais a questão devido ao grau de sua complexidade e o espaço limitado deste trabalho, mas podemos apontar que essa problemática se desenvolve nas Américas, tendo em vista as próprias especificidades de cada país envolvido (sua história, geografia, desenvolvimento econômico, político e social). Cardoso e Brignoli (1987), mesmo não tratando especificamente da questão do narcotráfico, apontam para questões importantes: “é verdade, entretanto, que o rigor do pacto colonial foi compensado e mesmo reduzido, na

¹⁰ Setor competitivo (Rodrigues, 2004, p. 188); setor oligopólio: (Rodrigues, 2004, p. 189).

¹¹ Marihuana é a forma como se denomina maconha em língua espanhola e seu significado está expresso a seguir: producto elaborado a partir del cáñamo índico, que, al ser fumado, produce efectos eufóricos aos naróticos (Dicionário da Real Academia Espanhola). Consultado em 27-01-2022.

prática, por importante comércio ilícito (entreposto), pela pirataria e pela pressão dos interesses coloniais [...]” (Cardoso; Brignoli, 1987, p. 210). Isto põe em evidência a origem das primeiras mercadorias ilícitas que passam a circular. E o contrabando de alguns produtos e matérias-primas inicialmente vão abrir caminhos e rotas para a prática do tráfico de drogas num período posterior. Esses autores acenam que a pirataria e o contrabando fazem parte da dinâmica da economia da América Latina, visto que: “o comércio com a Europa, importação e exportação, contrabando e pirataria” (*ibidem*, p. 232).

Essa análise, quando projetada na década de 1980, nos faz refletir sobre a origem econômica do fenômeno aqui estudado o qual remete a essas práticas observadas pelos autores supracitados, mesmo que anteriores, antecedem e abrem caminhos para os produtos ilegais que vão circular depois como aponta outra análise relacionada a origem dessa economia ilegal a seguir. O historiador colombiano Dário Betancourt Echeverry (2003) indica a década de 70 e a prática do contrabando como antecedentes relevantes para o desenvolvimento do tráfico de cocaína¹² na Colômbia. Segundo o autor colombiano:

Todos los relatos y estudios coinciden en afirmar que los primeros traficantes, que hacia 1968-70 entablaron contactos con los traficantes y compradores norteamericanos para los primeros embarques [...] fueron antiguos contrabandistas de electrodomésticos, cigarrillos y whisky [...] que se caracterizaban por conocer a la perfección de las rutas [...] y sobre la sutilezas de este mundo ilegal se construyeron las primeras redes de comercio y transporte de marihuana y cocaína (Betancourt Echeverry, 2003, p. 8).

Assim, para Betancourt Echeverry (2003) a economia do narcotráfico tem uma origem parecida com a descrição feita por Cardoso e Brignoli (1987) acima. Fica evidente que estes produtos ilegais percorriam rotas que, historicamente, foram as mesmas que abriram para produtos os quais já eram comercializados e contrabandeados entre Colômbia e os Estados Unidos.

No viés de Forest Hylton (2010), como essas organizações criminosas relacionadas ao tráfico de drogas transformaram a cidade de Medellín no “centro do único produto de exportação que os colombianos fabricavam e controlavam totalmente” entre as décadas de 1970 e principalmente a de 1980, se configurando assim um monopólio do tráfico de cocaína facilitado pelas migrações de colombianos para os Estados Unidos. Tratava-se, então, do

¹² Alcalóide extraído das folhas da coca. ‘Cocaína’, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <https://www.priberam.com.br/dicionario-priberam/pt-br/definicao-de-coca%C3%ADna>. (Dicionário Priberam, 2013). Consultado em 27-01-2022.

período em que o lucro com o tráfico superou o do café¹³, aparecendo como “30% das exportações colombianas” (Hylton, 2010, p. 105).

Percebemos com isso que o narcotráfico é um fenômeno muito mais abrangente e complexo do que imaginamos, assistimos, muitas vezes, pelos meios midiáticos. A sua complexa organização, bem como suas redes de atuação sobre a política e a economia, nos permite tecer que “o narcotráfico, es un fenómeno multidimensional, transnacional y mutable, circunstancias que han redundado en una creciente complejización cualitativa, como consecuencia de su desarrollo cuantitativo” (Sepliarsky, 2008, p. 304).

Isso é, analisando o narcotráfico a partir de seus aspectos econômicos, podemos afirmar que ele faz parte daquilo que denominamos de economia informal, ou seja, não é uma atividade regulamentada pelo Estado. O que pretendemos destacar é: não só que essa atividade é ilegal e criminalizada como continua a fazer parte da economia informal (se tornando o narcotráfico uma atividade econômica das mais lucrativas). A sua complexidade exige um estudo multidisciplinar das suas dimensões que vão desde de um nível local até o internacional, tendo um alcance transnacional como podemos notar pelo excerto abaixo:

Macro: con organizaciones o circuitos compuestos por diferentes conexiones a nivel internacional. Meso: se alude a un determinado circuito de tráfico de un estupefaciente entre Estados fronterizos y al interior de los mismos. Supone el condicionamiento regional por áreas geográficas y tipo de sustancia que se maneja dentro de un territorio estatal determinado. Micro: se concentra sobre una de las *regiones* del nivel meso o sobre los puntos más relevantes de dicha zona (Sepliarsky, 2018, p. 305).

Ratificando: esses são os níveis em que o narcotráfico ou economia do narcotráfico opera, segundo Sepliarsky (2018): macro (alcance internacional), médio (conexão regional por meio geográficos) e micro (concentração numa área da região média). Devemos lembrar que esses níveis não ocorrem isolados um do outro, mas ambos, em muitos casos, se relacionam e dependem um do outro para funcionar. Podemos ainda inferir que o narcotráfico possui como características importantes a dinamicidade e as transformações (consequências) as quais provocam no meio social em que atua.

¹³ Na década de 1980, o café já não representava mais o principal produto de exportação da Colômbia devido a alguns fatores: “Os colombianos ingressaram permanentemente na economia capitalista mundial sob a liderança dos elementos de sua elite, mais avançados tecnicamente [...] Na Colômbia o domínio conservador recebia um novo sopro de vida devido ao crescimento das exportações de café. A produção ultrapassara um milhão de sacos em 1913, dois milhões em 1991 e três milhões em 1930 [...] em 1929, ocorreu uma mudança decisiva na política elitista, quando os preços do café caíram subitamente de 60 para 34 centavos por quilo, o que significou um desastre para a economia de exportação e se consumou posteriormente no colapso de Wall Street, em outubro daquele ano” (Hylton, 2010, p. 59-60).

Do ponto de vista da economia, o negócio do narcotráfico necessita de oferta, demanda e preço. A alta rentabilidade do negócio faz com que muitas pessoas infringissem as leis, as autoridades e perigos para participar dessa atividade ilegal, pois:

Las narco-actividades presuponen una oferta, una demanda y el establecimiento de un precio del producto según su disponibilidad y calidad (rasgos económicos cuantitativos y cualitativos). La elevada tasa de ganancia que produce la actividad en su tinte delictivo es lo que hace que mucha gente tome los riesgos (penales y mortales) de participar en el tráfico ilícito de drogas (Sedronar, 2007, p. 22 *apud* Sepiarsky, p. 306, 2018).

No entanto, não devemos esquecer que o fenômeno se relaciona a vários outros fatores. Um deles é a relação com o sistema de contas nacionais que apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no país e também dados acerca da acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. No caso da economia do narcotráfico, esta não é contabilizada e isso implica nas medidas de valores das contas nacionais dos países envolvidos.

Segundo Sousa (2007), o cálculo da renda nacional é de extrema importância para o avanço da ciência e estudos econômicos dos países. Assim, “mediante o cálculo da renda nacional e de seus componentes, fez-se possível o estudo do crescimento econômico [...]” (Sousa, 2007, p. 17). Logo, a economia do narcotráfico existe, mas não é contabilizada. O narcotráfico na década de 1980 aparece como o segundo item do comércio mundial, só sendo superado pelo tráfico de armamentos no período (Coggiola, 1996). Depreende-se que os lucros, a partir das atividades ilegais do narcotráfico, são bastantes significativos para várias economias mundiais, tanto em países produtores como os países da América do Sul, quanto em países consumidores como os Estado Unidos. Como essas atividades ilegais não entram no sistema de contas nacionais isso implica num certo “falseamento” dos dados obtidos, ou seja, não entram no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), conquanto que:

Las cuentas nacionales se definen como una medida de valor de la economía nacional, existe una amplia gama de importantes actividades productivas que no se contabilizan, entre ellas, el narcotráfico. Esto distorsiona sensiblemente la contabilidad nacional. [...] Por ende, se desprende que mientras mayor sea la dimensión relativa de la economía subterránea y, en ella, la narcoeconomía, mayor será el grado en que las estadísticas oficiales de los agregados macroeconómicos estarán falseando la realidad económica de una nación (Sepiarsky, 2018, p. 314).

Dessa forma, quanto maior for a proporção/quantidade dessa atividade ilícita numa economia, maior serão os dados e agregados macroeconômicos adulterados ou falseados sobre a renda nacional ou PIB de um país. Sendo assim, torna-se necessário estudos a respeito da

temática que envolvem a interpretação, catalogação e análise dos dados quantitativos relativos à economia do narcotráfico, visto que – mais uma vez - não é contabilizada pelos países¹⁴. Não obstante, durante a catalogação, compilação e leitura das fontes encontramos diversas menções a supostos relatórios da polícia sobre apreensões, prisões e montantes em dinheiro ligados ao narcotráfico colombiano.

1.3 MARCOS HISTÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO BRASIL

Após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), uma nova concepção de mundo começou a ganhar força junto ao contexto internacional. A monstruosidade da Primeira Guerra precisaria ser combatida, idealizando assim um mundo de paz. Porém, o tema do narcotráfico ultrapassa o desejo das relações internacionais de tecer regras gerais para o mundo, como se fosse único e maleável. O poder ultrapassa essas barreiras impostas pelas leis e sugere expandir para além do que a lei permite.

Nesse sentido, a emergência do narcotráfico nasce atrelada também às iniciativas estadunidenses e de outros países que desejam combatê-lo (Rodrigues, 2004). Este autor que tanto iremos recorrer ao longo desta dissertação usa como referencial teórico Michel Foucault¹⁵. Por isso, a concepção de Foucault (2008) é fundamental tendo em vista as suas formulações quanto ao conceito de mecanismo de segurança utilizados pelo Estado contemporâneo como técnica de controle dos indivíduos, porque:

[...] afinal de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar (Foucault, 2008, p. 11).

¹⁴ Neste trabalho não temos como foco fazer um estudo quantitativo detalhado sobre os aspectos da economia do narcotráfico, mas somente pontuar alguns elementos que são fundamentais conhecermos antes de adentrar nos aspectos políticos e sociais que, segundo as leituras, análise se interpretações são formulados posteriormente junto ao contexto nacional e internacional.

¹⁵ Geralmente Tiago Rodriguez faz referência as obras: FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001; _____. *La vida de los hombres infames*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 1993; _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997; _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

A questão das drogas tem atenuantes que remetem à forma como o próprio Estado passou a gerenciar a vida da população. As mudanças que o modelo de governar sofreu desde o século XVIII trouxeram impactos sobre os súditos que, mais tarde, não se comportavam mais simplesmente como meros obedientes ao soberano. A invenção das leis pareceu ser uma saída para garantir a dominação acerca da quantidade cada vez maior de súditos. Elas precisavam parecer ser justas para garantir a segurança do rei, do território e, assim, garantir obediência da população a essas leis. Pois o modelo de soberania mostrava-se cada vez mais defasado e era preciso investir em novas tecnologias políticas, já que a preocupação não era mais só com as fronteiras territoriais, sobretudo, como governar o povo. O objetivo, portanto, já não era se perpetuar no poder, mas manter o poder do Estado (*ibidem*, p. 20).

Para manter o poder do Estado foi necessário instituir a “doutrina da polícia” como uma tecnologia governamental. Com isso surge “a tática de gestão centrada na ‘polícia’ que articula um conjunto de intervenções sobre: campos culturais, como a moralidade e os costumes [...]; assistência aos pobres e regulação do trabalho e do comércio[...]” (*ibidem*, p. 21). Essa é a forma como os Estados, em geral, passaram a gerir a população articulando-se com a nova dinâmica que a sociedade e a economia estavam impondo.

Assim sendo, o controle da moralidade e da saúde dos corpos entra dentro daquilo que a criminalização do uso de drogas começou a requerer no século XX. O controle do uso de drogas passa pelo controle da vida e dos desejos individuais:

O Estado passa a investir na construção de corpos sãos, que dispostos ao trabalho e à defesa da pátria na mesma proporção em que permaneçam poucos afeitos à contestação da ordem, reforcem seu poder. Trata-se da confecção de uma política específica para gerir os homens mediante a regulação dos mais minuciosos aspectos da sua vida. Trata-se da invenção da biopolítica que coordena o cotidiano dos indivíduos valendo-se de inúmeras técnicas que visam disciplinar detalhes das condutas de todos e de cada um (*ibidem*, p. 22).

Outro aspecto que se liga a essas medidas ou formas de gerenciamento da vida das pessoas está relacionado à doutrina cristã em que o Estado atua como um “pastor” conduzindo à sua maneira os indivíduos. Essa forma de controle denominada de “tecnologia pastoral é absorvida pelos governos como modelo de gestão, não de territórios mais de pessoas, desafio que então se apresentava” (Rodrigues, 2004, p. 22-23). Esse novo *modus operandi* do Estado gerir a sociedade teve como consequência sobre os indivíduos e a própria sociedade formas de controle mais específicas diante das várias condutas humanas.

Um dos aspectos da vida humana que passou a receber mais controle foi a questão do consumo de drogas. Tal fato vai ganhar maior conotação política e da mídia com o início do

processo de militarização do combate às drogas que foi reforçada no governo de Ronald Reagan (1981-1989). Desde do início do século XX, mais acentuadamente na década de 1980, foram retomados os valores do moralismo puritano e da ética protestante do trabalho para lançar uma grande cruzada contra as drogas (Mercadante, 2008). Desde então tem-se uma crescente cristalização dos códigos legais que funcionam como dispositivos de segurança amparados legalmente e funcionando como órgãos disciplinadores. O Estado, por conseguinte, passa a adotar um conjunto de procedimentos que têm como função manter esse poder, mesmo que não o faça (Foucault, 2008).

Esses procedimentos, mecanismos, discursos e formas de gerir a vida são percebidos nas reportagens, no discurso do Ministro da Justiça (1986-1987) colombiano Eduardo Suescun: “O Estado não pode dedicar seus esforços para produzir elementos que leva à degeneração da espécie humana e, ao contrário tem que prosseguir em sua atividade de prevenção e reabilitação da fármaco dependência” (*O Estado do Maranhão*, 05.12.1986, p. 6). Neste fragmento, notamos a preocupação com a vida humana disfarçada no discurso reabilitador dos corpos; como também a relação das drogas com os fármacos, o que nos primeiros anos da década de 1980 ainda era bastante comum.

Do mesmo modo, em relatório apresentado ao Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN) do Ministério da Justiça em 1992, Domingos Bernardo Silva Sá (1992) explica que o Brasil adota uma política de criminalização de certas drogas baseando-se na visão jurídico-penal associado a perspectiva médico-psiquiatra (Sá, 1992), ou seja, mesmo já no ano de 1992, o COFEN ainda estava pautado nas ideias policial e médica sanitária. Isso significa que a forma de combate às drogas se dava de fato pela repressão continua ainda numa mentalidade herdada do século XIX. Abaixo, um novo trecho de outra autoridade demonstrava preocupação com o teor bélico do narcotráfico: “Não se pode aceitar como conveniente a legalização de uma atividade que se baseia no terror das armas e no poder de dinheiro mal havidos”, disse a juíza Núbia Serrano, Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça” (*O Estado do Maranhão*, 05.12.1986, p. 6).

A lógica de governabilidade apresentada por Rodrigues (2004) nos auxilia na interpretação dos documentos aqui estudados. Os discursos empregados nas reportagens apresentam, ainda que até certo ponto, um compromisso com a saúde dos corpos (uma forma de controle) também se preocupa com a propagação global dos entorpecentes, predominando a visão de “guerra às drogas”. Este é um *slogan* presente nos discursos oficiais, embora esse não seja o único ponto de preocupação dos Estados, mas configura-se como principal tema de interesse na década de 1980 como aparece na lente da imprensa.

Para além do controle dos corpos, havia interesses geopolíticos maiores envolvidos. Com as mudanças de fins do século XX, novas relações de poder vão se estabelecendo na América Latina, bem como os interesses externos e locais vão se entrecruzando e causando conflitos próprios das regiões aqui estudadas. Segundo a análise de Rodrigues (2004) sobre o conceito de poder de Foucault:

O poder sob a lente de foucaultiana não é algo que possa ser ‘detido’; ele é antes exercido. Classe ou pessoa alguma o confisca para si; o poder circula, não se solidifica em um só lugar, nunca é apropriado. O exercício do poder é uma estratégia dotada de possibilidades, ou seja, não é entendido como força coercitiva apenas, mas como promotor de eventos e situações. Exerce-se o poder e sofre-se o efeito de poder exercido por outrem simultaneamente. O poder não se congela, ele é transmitido sem cessar, funcionando em rede (Rodrigues, 2004, p. 27).

O narcotráfico é aqui entendido como fluido e circulante, uma força (poder) que se conecta em rede para além da noção de território e, assim, “o processo de territorialização do narcotráfico depende da ação das redes. Redes e territórios complementam-se em uma relação que se apoia também na revolução tecnológica presente na globalização contemporânea” (Couto, 2019, p. 130). Assim, esta análise sobre o narcotráfico não se configura num estudo somente de análise das autoridades para com os criminosos, mas de como essas relações de poder circulam entre os indivíduos comuns (leitores das notícias) também, os criminosos e, na outra ponta o Estado que, por meio de suas instituições policiais, tentam combater a todo custo o crescimento do narcotráfico.

Portanto, a discussão não está somente centrada numa análise de cima para baixo, isto é, dos discursos estadunidenses para a América Latina, ou da polícia repressiva para os narcotraficantes, ou dos jornais para a população receptora dos discursos. Para além de uma análise vertical queremos compreender como esses discursos de poder se transmite entre os níveis sociais de ambos. Como os imaginários sociais se formam a partir da disseminação dos discursos nas notícias. Assim, o poder também pode ser desviado, deslocado de baixo para cima, assim sendo:

Quando as técnicas e os procedimentos pelos quais o exercício do poder se materializa regionalmente despertam o interesse de grupos que transitam no *grand monde* econômico e político, eles são absorvidos e rearticulados a fim de servirem de instrumento para mecanismos globais de sujeição. Mecanismo de poder que passam a ser econômica e politicamente úteis são incorporados pelas estratégias estatais de gestão e controle dos homens e das populações. A burguesia do século XIX, por exemplo, não se interessava pela recuperação do delinquente ou pelo tratamento do louco, mas por mecanismos usados para identificar loucos e criminosos[...] O modelo da definição da anormalidade despertara a atenção da burguesia pela possibilidade de

utilização política (controle social e perseguição às classes perigosas) que suscitava (Rodrigues, 2004, p. 28).

Nesse sentido, diante do crescente desejo pelo consumo de drogas durante o século XX, os Estados Unidos vão tomar à frente no controle do uso dos psicoativos “incentivando a elaboração de regras do direito internacional público que produzissem um consenso global quanto à proibição das drogas” (*ibidem*, 2004, p. 33). O jornal *O Estado do Maranhão* enfatiza esse discurso ao longo de suas matérias. Numa reportagem de 1987 intitulado “O mundo discute a droga” temos o resumo de uma conferência realizada em Viena que objetivava discutir a droga entre vários países envolvidos, inclusive os Estados Unidos. Nela temos a preocupação com o problema que atinge vários países:

Viena - a grande conferência sobre drogas que as nações Unidas realizam em Viena [...] poderá ser um passo importantíssimo na luta internacional contra o narcotráfico [...] Diante da crescente gravidade do problema da droga, os participantes da reunião tentarão encontrar melhores formas de cooperação, especialmente no que diz respeito à extradição de traficantes [...] (*O Estado do Maranhão*, 17.06.1987, p. 8).

A conferência sobre as drogas em Viena trata-se de uma medida complementar assim como várias outras que vinham sendo aprovadas desde a Convenção de Haia em 1912¹⁶. A Convenção de Viena¹⁷ “reafirmou o proibicionismo como política mundial para os psicoativos” (Rodrigues, 2012, p. 16). No início do recorte, o discurso antidrogas no jornal se baseia na antiga visão sobre a “saúde dos corpos” pautando-se num discurso moral da conduta alheia transitando na segunda metade dos anos de 1980 para um discurso mais duro, de combate policial/jurídico acirrado e permanente. Essa transição se correlaciona ao enfraquecimento das guerrilhas e a configuração de um novo inimigo como desculpa para as interferências estrangeiras na América Latina.

Se fossemos trabalhar de forma linear as reportagens ficaria evidente a maneira como esse discurso cada vez mais firme e violento vai crescendo em torno da figura dos grandes narcotraficantes que, em certos momentos, parecem “quase vencidos”, mas sempre ressurgem como “inimigo número um” dos países dos quais precisam ser combatidos a todo custo. Quando

¹⁶ Essa conferência será debatida ao final deste tópico quando tratarmos do Brasil especificamente e sua atuação na luta internacional contra as drogas, mas de antemão antecipamos que a “A Conferência Internacional do Ópio se deu em três encontros, todos em Haia. A primeira entre 1 de dezembro de 1911 e 23 de janeiro de 1912, a segunda entre os dias 1 e 9 de julho de 1913 e a terceira e última conferência entre os dias 15 e 25 de junho de 1914. O Brasil não participou da 1ª Conferência, que contou com a participação de representantes de 12 países: Alemanha, Estados Unidos da América, China, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Países-Baixos, Pérsia, Portugal, Rússia e Sião. O convite que o governo brasileiro recebera estendeu-se a outros países” (Carvalho, 2014, p. 165)

¹⁷ A convenção aconteceu em 1987, mas foi assinada em 1988.

a guerra contra as drogas foi declarada, os narcotraficantes, segundo as notícias, pareciam querer fugir unicamente da extradição para os Estados Unidos e escapar do cárcere neste país. Daí, preferiram revidar à declaração de guerra com mais violência ainda, pois optam por “um tumulto na Colômbia do que um cárcere nos EUA”, mesmo com a garantia das autoridades do país de que “esta verdadeira guerra prosseguirá” (*O Estado do Maranhão*, 17.06.1987, p. 8).

Diante dos apontamentos feitos acima e da necessidade de pontuar que o narcotráfico não é uma realidade que sempre existiu ao longo da história e nem sempre foi discutida pelo campo da História no meio acadêmico brasileiro, nos propomos a seguir fazer uma revisão breve e bibliográfica visando compreender os principais marcos que levaram à sua consolidação como um problema para as sociedades modernas. Então vamos direcionar a discussão para além das razões morais, religiosas e médicas. Serão apresentadas as principais medidas efetivas tomadas em direção ao proibicionismo que na perspectiva aqui trabalhada parte dos Estados Unidos, embora muitos países como a própria Colômbia, bem antes já tivesse sua própria forma de lidar com o problema.

Após a Guerra Civil americana (1861-1865) alguns movimentos moralistas americanos atrelados à moral protestante começaram a apelar contra os principais vícios da época. Posto que até meados do século XIX os Estados Unidos não contavam com uma legislação específica contra as drogas, assim permanecia certa liberdade de acesso às drogas. No entanto, a partir de 1906 algumas medidas começaram a ser tomadas, ainda que leves, na direção do proibicionismo. A primeira delas foi a aprovação *da Lei Federal sobre Alimentos e Drogas* que na prática não proibia o uso de drogas, mas regulamenta a produção e venda.

Ademais, a lei citada acima representou a intervenção do Estado pela primeira vez no âmbito das drogas. Essa medida era reforçada pelos interesses de Theodore Roosevelt (1901-1909) de limitar o comércio do ópio pelo globo. Movido por esse interesse, o presidente organizou a Conferência de Xangai ocorrida em 1909 reunindo vários países com o objetivo de discutir sobre a limitação da produção e comércio do ópio e seus derivados pretendendo deixar o uso livre somente para uso médico (Rodrigues, 2012).

Historicamente, a conferência marca o início da prática diplomática dos países de se reunirem para discutir as principais abordagens intervencionistas e proibicionistas a respeito das drogas. Logo depois, em 1912, aconteceu outra conferência de maior impacto para além da produção do ópio/optácios, limitava a produção e venda da cocaína a partir da assinatura entre os países do Tratado de Haia. Aproveitando esse momento, em que os países firmaram um interesse de combater as drogas internacionalmente, os Estados Unidos trazem para o seu contexto interno o controle das drogas iniciando esse procedimento com a aprovação de leis e

medidas mais severas. Dessa forma, em 1914 o governo norte-americano aprovou a *Lei Harrison* que proibia de forma explícita qualquer uso de drogas psicoativas consideradas sem finalidade médica. Além disso, esse dispositivo legal criava a representação do traficante (quem produz e comercializa a droga) e do “viciado” (quem consome sem permissão médica). Este primeiro deveria ser perseguido e preso, enquanto o último, considerado doente, deveria ser tratado mesmo que à força (*ibidem*, p. 25).

Segundo Rodrigues (2012) a *Lei Harrison* não acabou com uso de drogas, porém mudou significativamente a relação das pessoas com as drogas, pois só poderiam agora ter acesso por meio de uma receita médica e o consumo não se restringia somente ao uso médico. Nessa esteira todo o consumo e uso fora da esfera médica se tornava ilegal, ou seja, “estava legalmente inaugurado o mercado ilícito de drogas, conseqüentemente se desenhavam os primeiros passos da economia do narcotráfico” (*ibidem*, p. 25).

Para além da proibição que estava sendo implementada por meio da aprovação das primeiras leis antidrogas, temos uma tradição focada na reprovação moral das drogas que associava as drogas a determinados grupos sociais, assumindo características xenofóbicas, racistas e preconceituosas. Chineses, mexicanos, pretos, imigrantes e outras minorias estavam sob a mira dos Estados Unidos como considerados pertencentes às classes perigosas. Por esse motivo essas pessoas passaram a ser perseguidas com o pressuposto de combate às drogas e ao tráfico (*ibidem*, 2012). A situação se agravou ainda mais quando da aprovação da *Lei Seca* em 1919. Esta proibiu totalmente desde a produção até a exportação e venda de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos.

Desde então várias organizações ilegais surgiram para suprir o mercado ilícito agigantando as redes criminosas (*ibidem*, 2012). Durante a década de 1920, os Estados Unidos, então, estavam focados em resolver problemas com o álcool, mas não ignoraram as propostas de combater a cocaína e opiáceos e seus derivados:

Foi por pressão estadunidense, por exemplo, que o Tratado de 1931 trazia uma cláusula que obrigava os Estados signatários a criar departamentos próprios de repressão ao tráfico de psicoativos nos moldes daqueles instalados pelos EUA nos anos 1920 (*ibidem*, p. 29).

Tratava-se – conforme o exposto - da imposição dos norte-americanos do modelo de repressão considerado como sendo o mais adequado para combater a produção e o comércio das drogas psicoativas. Foram criados, a saber, em 1930 a *Food and Drug Administration* (FDA) e o *Federal Bureau of Narcotics* (FBN), órgãos responsáveis pela aprovação ou não de

novas drogas/alimentos e pela repressão ao tráfico de psicoativos, respectivamente (*ibidem*, p. 30).

Entre os anos 1940 e 1950 mais leis foram aprovadas, dessa vez, a heroína, tida como droga dos chineses aliada ao medo da contaminação comunista, ao aumento do consumo entre os negros gerou um clima tenso que levaram os Estados Unidos a aprovarem o *Booggs Act*, de 1951, e a *Lei de Controle de Narcóticos* de 1956. Tais leis estabeleciam, respectivamente, 5 anos de prisão para traficantes primários; e pena de morte para quem vendesse a menores de idade. No entanto foi na década de 1960 e 1970 que o combate às drogas iria ganhar a conotação de guerra.

Embalados pela filosofia da contracultura de contestação dos padrões morais vigentes, da censura e das ideias conservadoras, o uso das drogas aumentou entre os jovens e grupos como os *hippies*. Na década seguinte Richard Nixon (1969 -1974) protocolou as drogas psicoativas como inimiga número um da América, passando o tema das drogas a ser considerado um problema de Segurança Nacional e Internacional. Dando prosseguimento à onda proibicionista, em 1974, foi criada a renomada agência antidrogas norte-americana *Drug Enforcement Administration* (DEA). Esta tinha como função coordenar e aplicar as leis proibicionistas em solo nacional e internacional (*ibidem*, 2012), nesse contexto:

Com Ronald Reagan (1981-1989), a política de combate às drogas esteve completamente subordinada às diretrizes da política exterior dos EUA. Nesse sentido, o tema das drogas, longe de ser tratado como um problema de saúde pública, de desajuste social ou da própria política proibitiva interna dos EUA, transformou-se numa questão de segurança nacional, pois os estrategistas conservadores logo trataram de relacionar o problema com agentes externos, tais como uma ‘conspiração de latinos’ (Tena, 2000; Rodrigues, 2004).

Partindo para outro viés, vamos voltar nosso olhar para o caso da Colômbia, país que ocupa a região noroeste da América do Sul, colonizado pela Espanha quase na mesma época do Brasil. Encontra-se geograficamente ao norte banhada pelo mar do Caribe; a oeste, pelo Pacífico; cortada pela cordilheira dos Andes. Os principais países com os quais faz fronteira são Peru e Equador pela região Sul; Brasil pelo sudeste e Venezuela pelo nordeste (Albuquerque, 2004). Enquanto formação histórica tem como base a colonização espanhola, negra e indígena. Com o enfraquecimento da coroa espanhola, tem-se início as lutas de independência como a de Simon Bolivar.

Já no século XIX a forma federalista se estabelece na Colômbia junto com as disputas oligárquicas locais. Na passagem do século XIX para o XX inicia-se o conflito entre liberais e conservadores como consequência a Guerra dos Mil Dias. Posteriormente, por volta de 1948,

tem-se o período sangrento da história colombiana denominado de *La violencia*. Tal período teria iniciado com a morte do líder liberal Eliécer Gaitán. Esta figura histórica contava com forte apoio popular, por isso o cenário social foi propício para a formação de um governo militar golpista entre 1953 e 1958 (*ibidem*, p. 19), nesse ínterim:

Neste último ano, os liberais e conservadores se unem para voltar ao poder e criam a Frente Nacional, um acordo que obriga a alternância no poder de presidentes conservadores e liberais. Somente após 16 anos se encerra esse acordo, que camufla de democracia uma ditadura bipartidária. Nesse período juntam-se às guerrilhas, formadas a partir de 1948, as novas guerrilhas ideológicas de esquerda. Por outro lado, cria-se a sua antítese, os grupos paramilitares de direita, entidades que vem travando batalhas e são acusadas de promoverem massacres por toda a Colômbia [...] e cuja brutalidade é agravada por um fator decisivo, o narcotráfico de cocaína, heroína e maconha reinante no país desde a década de 70 (Albuquerque, 2004, p. 19).

Sabemos que o cultivo da coca é uma atividade que remete aos povos andinos bem mais antigos. Alguns estudos arqueológicos apontam que povos anteriores aos Incas já detinham o conhecimento medicinal da folha de coca. Contudo, na década de 70 esse alucinógeno toma grande proporção. Como característica desse fato já nos anos de 1980 a Colômbia foi responsável sozinha por 80% da cocaína produzida no mundo. E é nesse contexto que emerge o narcotráfico.

Mas em se tratando de aparatos repressivos legais, Rodrigues (2004) pontua que o controle legal de drogas pela Colômbia se deu mais tardiamente se comparada a outros países. Os principais códigos referentes à proibição tratam desde as leis de 1936, 1946 e 1955¹⁸ até as de 1964, 1970 e 1972. Segundo o texto de 1970 o qual transformava os delitos e contravenções tece que:

Os crimes relacionados às drogas foram rebaixados na categoria jurídica colombiana, indicando uma nova abordagem que os considerava menos lesivos aos bens jurídicos[...] a consequência imediata disto é a diminuição da severidade das sanções. Contudo esse quadro se mantém até 1972, quando um novo decreto restabelece a interpretação anterior, reclassificando como delitos as práticas previstas em lei (Rodrigues, 2004, p. 120).

Assim, portanto, podemos compreender que a lei colombiana contra o tráfico de drogas contava com uma ação pouco efetiva do Estado no período, se comparada a outras realidades. O processo de criminalização e regulação das drogas de uma forma mais intensa vai dá-se

¹⁸ Respectivamente essas leis traziam “punições para as transgressões aos que, autorizados para a venda e administração de drogas, as fizessem de maneira ilegal; a proibição do uso e da venda desautorizados pelo saber médico é ampliada para o cultivo de plantas que pudessem servir ou fornecer matérias-primas para o fabrico das drogas narcóticas previstas em lei; a lei de 1955 se tratava de medidas que regulamentava medidas de tratamento e internação para dependentes de drogas” (Rodrigues, 2004, p. 119).

somente a partir da Convenção sobre os Psicotrópicos de 1971 que incorpora à sua lista proibicionista todos os alucinógenos utilizados em larga escala na década de 1960. Em um novo decreto de 1974, concentra-se sobre o controle e a proibição de drogas, “criminalizando tanto a produção e o tráfico ilegais quanto a posse e o consumo individual” (*ibidem*, p. 121).

Logo o Decreto de 1974:

[...] sintetiza as regulações anteriores e sistematiza a dosimetria das penas. O direito positivo colombiano vê incrementados os dispositivos de controle sobre as drogas ilegais ao incorporar os termos da Convenção Única. A consequente formulação de um novo ordenamento mais rígido capacita o Estado a intervir de maneira mais incisiva na economia da droga e, portanto, na sociedade e nas condutas individuais, no momento em que começam a se organizar no país as grandes empresas narcotraficantes sediadas em Cali e Medellín. As disposições gerais da nova norma são a base para a elaboração da lei de 31 de janeiro de 1986, atual corpo jurídico em vigor no país (Rodrigues, 2004, p. 122).

O texto de 1986 condensa paralelamente em seu corpo todas as medidas anteriores, incluindo também a *Lei da Extradicação de traficantes colombianos*, sancionada em 1979. Este ponto é importante para esta pesquisa, porque é também o momento em que os jornais maranhenses passam a dar maior importância para as notícias acerca do narcotráfico. Sendo um dos principais temas abordados a questão da extradicação.

Também a partir de 1986, o traficante passa a ser definitivamente visto como um criminoso passível de medidas carcerárias. Assim, a lei citada anteriormente coincide com a escalada dos narcotraficantes colombianos que por meio de uma onda de atentados almejavam política e militarmente barganhar o governo para pôr fim às extradicações. Levando em consideração que era um momento em que o Estado colombiano tentava consolidar a reforma, que, embora trouxesse em grande parte as medidas anteriores, trazia penas mais severas aos traficantes, como a possibilidade de prisão e extradicação. Isso colocava em xeque as desavenças e disputas entre o Estado colombiano e as organizações criminosas, dando início a uma das fases da história da Colômbia mais complicada.

No que tange ao Brasil, dentro desse contexto, podemos explicar que desde o período imperial, o país tende a tornar ilegal o consumo de drogas sem o controle do Estado, pois ainda não havia proibição. Conforme as transformações das primeiras décadas do século XX, colocaram em perigo a chegada de novos hábitos considerados inicialmente, “sofisticados”, vindos da Europa. Dentre estes, o consumo de drogas que é considerado um costume chique, pois alterava os comportamentos, se restringia inicialmente à parcela oligárquica e rica da população. Assem sendo, a comercialização de drogas de forma livre era proibida, haja vista

que o acesso só era possível com o receituário médico. Então, grande parte da droga consumida no tinha origem nos grandes laboratórios estadunidenses e europeus (Rodrigues, 2004).

A consolidação jurídica do proibicionismo brasileiro se deu a partir de 1920 com o crescimento da pressão de órgãos moralistas como a imprensa pelo aumento do consumo de drogas entre os mais pobres e também com a pressão internacional para que o Brasil aderisse à proposta da Convenção de Haia de 1912:

No caso específico brasileiro, no que tange o envolvimento do governo nas ações que procuravam regulamentar o comércio e consumo de ópio e outros alcaloides no mundo. Esta relação teve início em 1912, mais precisamente em março, quando o governo holandês encaminhou um convite ao governo brasileiro para que este designasse um plenipotenciário, incumbido de assinar o protocolo suplementar da 1ª Conferência de Haia (Carvalho, 2014, p. 165-164).

Como consequência do acordado nesse encontro, em 1921, é criada no Brasil a Lei Federal n. 4.294 que estabelecia medidas mais rigorosas para vendedores ilegais de entorpecentes¹⁹; e assim começa a sua internalização do proibicionismo. Posteriormente, outra medida significativa foi a Convenção para limitar a Fabricação e Regularizar a Distribuição de Estupefacientes de 1931, que:

Foi promulgada pelo Decreto nº 113 de 13 de outubro de 1934, durante o chamado ‘Governo Provisório’ de Getúlio Vargas. O único relatório ministerial a mencionar as atividades brasileiras no que tangia a política mundial de drogas foi o de 1934. Entretanto, o documento, sob o título ‘Luta internacional contra as toxicomanias’, se limita apenas a mencionar que o governo brasileiro vinha mantendo regularidade em colaborar com a Sociedade das Nações no que se referia ao serviço repressivo internacional contra o tráfico ilícito e o abuso de entorpecentes (Brasil, 1934, p. 20 *apud* Carvalho, 2014, p. 168).

Segundo Carvalho (2014, p. 165) um mecanismo mais forte nascido em 1935 “adquiriu força nacional para se tornar a mais alta instância sobre a política brasileira de drogas: a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE)”. Esta organização intensificou suas ações durante o Estado Novo, visando instaurar no Brasil normas mais rígidas a partir das conferências a fim de se alinhar com os anseios dos Estados Unidos.

A CNFE objetivou, portanto, “aglutinar por meio de estatísticas, relatórios, com responsabilidade de fiscalizar (...), representar um novo entendimento que significava não apenas centralizar as práticas e os discursos, mas dá força e legitimação a tal feito” (*ibidem*, p. 168). Segundo informações que constam neste trabalho, entre 1936 e 1937, os Estados Unidos aumentaram em 130% suas exportações para o Brasil. Teria sido neste contexto originou-se a criação e

¹⁹ Em 1932 e 1936 foram lançados decretos que reafirmaram as medidas anteriores.

a organização da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), instituída pelo decreto nº 780 de 28 de abril de 1936 (*ibidem*, p. 170). Assim sendo, a estruturação desta Comissão:

[...] representou a estruturação e organização dos dispositivos de gestão internacionais em solo nacional, um avanço em direção a um projeto de políticas públicas sobre drogas, que seguiu as sucessivas intervenções na economia dos usos e consumos de determinadas substâncias, reprimindo o comércio ilegal, normalizando e estabelecendo a legalidade e a ilegalidade de tais usos e consumos. Ancorado na racionalidade do estatuto médico-jurídico, a CNFE construiu um ordenamento que constituía sujeitos criminalizados fixando e sistematizando os limites entre a mania e a doença. A importância que esta instituição de caráter governamental tem no estudo da história da criminalização das drogas no Brasil é significativa, seja pelo seu status normalizador, seja pela incumbência de gestão e governança da sociedade no que dizia respeito às drogas (Carvalho, 2014, p. 172).

Já em 1938 temos a instituição de um novo regime de proibição tendo como base o relatório elaborado pelo embaixador brasileiro em 1936 e os termos assinados pelo Brasil na Conferência de Genebra. No contexto do governo de Vargas foi lançado o Decreto Lei nº 891 de 25 de novembro de 1938 que, dentre outras diretrizes, reforçava as medidas anteriores e proibia “a cultura de plantas precursoras e toda circulação (importação, exportação, armazenamento e posse) de matérias primas e produtos finais sem a autorização do Departamento Nacional de Saúde” (Rodrigues, 2004, p. 140). Além disso, esta lei torna-se relevante para esta discussão, pois procurou:

Sistematizar e desenvolver as medidas repressivas fixadas na lei de 1921 e acessórias, funda a relação legal que criminaliza de modos distintos “toxicômanos” e traficantes. Neste texto, cristaliza-se duas formas de raciocínio legal que, por sua vez, resultam em duas economias das penas: a primeira dessas relações fixa o usuário como (toxicômano) como doente, que, portanto, necessita de reabilitação por meio de internação em clínica médico-psiquiátrica; a segunda delimita o traficante como criminoso, o qual, por isso, deve ser submetido à reabilitação social por meio do encarceramento (*ibidem*, p. 147).

E por último, gostaríamos de pontuar a *Lei de Tóxicos* de 1976. Ela apresenta medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e o uso indevido de substâncias entorpecentes causadoras de dependência física ou psíquica. Haja vista que a Lei 6.368 de 1976 continuava seus efeitos legais até a Lei 11.343 de 24 de agosto de 2006 - entrando em vigência 45 dias após a publicação. Ou seja, a lei de 1976 é a que vigorava na década de 1970, quando foram publicadas estas reportagens aqui publicadas. No que diz respeito ainda a essa lei (1976), podemos destacar o artigo 2º estabelecendo que “Ficam proibidos em todo o território brasileiro o plantio, a cultura, a colheita e a exploração, por particulares, de todas as plantas das quais possa ser extraída substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica” (Brasil, 1976, p. 1). Nesse aspecto:

A lei proclama como objetivo central a prevenção, punindo somente quando as medidas de “defesa social não lograram evitar a violação dos preceitos que estabelece a ordem jurídico-penal [...]. O termo ‘combate’, que surge na lei de 1971, é considerado pouco técnico, pois, ao evidenciar o caráter bélico da guerra às drogas, fornece argumentos contrários à isenção técnica que a nova norma pretende construir. Desta maneira, ‘combate’ é substituído pelas expressões ‘prevenção e ‘repressão’, duas das preocupações centrais da nova norma (Rodrigues, 2004, p. 156).

Diante das explanações, percebemos que as criações de normas nacionais contra as drogas - tanto na Colômbia quanto no Brasil - seguem as principais diretrizes internacionais independente do regime político adotado. Contudo, é importante frisar que essas realidades possuem suas especificidades, mas seguem, em linhas gerais, uma tendência internacional em criar um corpo jurídico capaz de reprimir o uso de drogas cada vez mais presente nessas sociedades. Junto a isso temos as ligas e associações moralistas como também jornalísticas que, embasadas por discussões moralistas entram como aliadas para a difusão de ideias e representações acerca das drogas.

À luz desse entendimento, “as drogas proporcionam ao Estado a capacidade de construir um inimigo sem rosto necessário para a manutenção da guerra permanente contra o indivíduo e a sociedade” (Rodrigues, 2004, p. 162). Nesses termos, observamos a construção das bases da postura adotada pelos meios os quais visavam denunciar e combater as drogas. A imprensa funcionava na época como uma grande aliada que, por meio dos discursos proferidos e veiculados, transformava a guerra às drogas no problema social e principal a ser resolvido pelo poder do Estado.

1.4 AS GUERRILHAS POLÍTICAS E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM O NARCOTRÁFICO NA DÉCADA DE 1980

Nas fontes aqui analisadas, principalmente nos primeiros anos de nosso recorte, observamos que, a presença de notícias sobre as guerrilhas políticas era recorrente. A fim de melhor compreender nosso objeto buscamos entender as possíveis relações entre as guerrilhas e o narcotráfico. Sem olvidar que, naquele contexto, a Colômbia viveu um dos momentos mais conturbados da sua história, coexistindo tanto as guerrilhas quanto os grupos paramilitares e os narcotraficantes. Assim, Hylton (2010) expõe que o terror contra insurgentes foi financiado, em certa medida, pelo lucro obtido a partir da exportação da cocaína, pois:

No extenso vale do Magdalena Médio, nas planícies orientais, no nordeste da Antioquia e no sul de Córdoba, as elites agrárias tradicionais juntamente com as novas elites comerciais, financeiras e industriais da cocaína, estabeleceram cabeceiras

regionais que operavam como centros de proteção e operações de exércitos privados e impérios rurais de contrainsurgência à margem da lei (Hylton, 2010, p. 10).

Nesse contexto, os Estados Unidos buscavam criar uma associação entre guerrilhas de esquerda e o narcotráfico. Para isso, “em 1986, o governo Reagan incorporou à doutrina de segurança nacional a *National Security Decision Directive* (NSDD). Ela estabelecia aliança entre terrorismo de esquerda e o narcotráfico como uma ameaça letal para a segurança nacional dos EUA” (Santos, 2010), posto que:

Com a reformulação da doutrina de segurança nacional, a administração Reagan aumentou a pressão sobre determinados governos latino-americanos no sentido de erradicar os plantios e reprimir o tráfico de drogas. Além de ameaças do uso da força, pressões políticas, econômicas e diplomáticas e o treinamento e apoio logístico de forças policiais e militares latino-americanas antidrogas, o governo dos EUA estabeleceu a Certificação. Por meio desse mecanismo, o Congresso norte-americano passou a monitorar e avaliar os esforços antinarcóticos de cada um dos países latino-americanos, suspendendo a assistência econômica, impondo sanções comerciais e vetando empréstimos de organismos internacionais de crédito aos países que não estivessem de acordo com as suas diretrizes (*ibidem*, p. 2).

Sendo assim, as sanções estadunidenses apresentadas acima irão interferir no tratamento colombiano do tema. Logo, o alinhamento aos interesses norte-americanos no contexto das questões geopolíticas e de segurança na América Central farão que a Colômbia siga muitas das diretrizes impostas.

Internamente o país durante o governo de Belisario Betancur (1982-1986) pela primeira vez tece as negociações de paz com os principais grupos guerrilheiros (Farc, EPL e M-19) atuantes no país, o que chamamos de abertura democrática. Pois no governo anterior, a Colômbia de César Turbay (1978-1982), era um dos principais países aliados aos Estados Unidos na Bacia do Caribe, sendo uma forte opositora da Revolução Sandinista, ocorrida na Nicarágua²⁰. O fim das relações entre os dois países implicou uma aproximação entre Estados Unidos e Colômbia; além disso, essa aproximação foi facilitada quando Cuba resolveu ajudar militarmente o M-19, um dos principais grupos guerrilheiros colombianos.

Ainda nesse contexto, a Colômbia também não havia permitido que Cuba se tornasse representante do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Assim, Turbay pediu ajuda militar aos Estados Unidos contra Cuba e a Nicarágua. Essa aproximação deixou o país de certa forma isolado dos países vizinhos (Tufano, 2016, p. 62).

²⁰ Os jornais maranhenses fazem uma ampla cobertura desse conflito também. “A Colômbia apoiou a revolução sandinista até o final dos anos 1970. Todavia o distanciamento entre os dois países se iniciou após a vitória dos sandinistas, em 19 de julho de 1979, devido à reivindicação dos sandinistas do Arquipélago de San Andrés e Providencia” (Tufano, 2016, p. 62).

Nesse sentido, pensando nas relações da Colômbia com os países aqui estudados, Tufano (2016) aponta alguns aspectos sobre a aproximação entre a política interna e externa da Colômbia com relação aos Estados Unidos. Por exemplo, a Colômbia não contava com reservas de petróleo para aguentar as crises da economia mundial e, internamente, passava por uma deterioração do seu regime político, uma vez que a Frente Nacional²¹, embora tivesse acabado em 1978, só foi dissolvida formalmente em 1991 com a nova constituição, tal situação dava continuidade ao bipartidarismo (Tufano, 2016). Enquanto no que diz respeito à luta do narcotráfico e as relações entre os dois países, o principal acordo foi a assinatura do Tratado de Extradicação, em 1979, como um esforço de Turbay para difundir uma melhor imagem do país diante da luta contra as drogas e a violência dos grupos políticos.

Assim, Turbay contribuiu para que o conflito interno e a crise centro-americana fossem vistas como produto do conflito leste-oeste e da ameaça soviética (*ibidem*, p. 65). Dessa forma, embora o governo vigente (na época) tenha mostrado alguns resultados contra os traficantes, a cocaína já tinha se tornado o principal produto de exportação e se convertia no “pivô” das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a Colômbia (*ibidem*, p. 101).

Posteriormente, o novo presidente, Belisario Betancur, eleito em 1982, traçou novos rumos para a política externa colombiana e é nesse contexto que nossa análise se insere. Betancur se pronunciava a favor da autodeterminação, não-intervenção e soberania nacional tendo uma postura contrária ao presidente anterior. Essa conduta ficou aparente quando a Colômbia teve um navio preso nos Estados Unidos sob a acusação de possuir cocaína em suas dependências.

A imprensa local, segundo o jornal, apontava que “a drástica medida pode ser uma represália pela recusa do governo em extraditar traficantes de drogas” (*O Estado do Maranhão*, 27.01.1984, p. 4). Apesar da tentativa do agente político em se distanciar da política externa de Reagan, este ainda se manteve exercendo forte influência nos assuntos internos colombianos. Dessa maneira, “Lewis Arthur Tambs, embaixador dos EUA na Colômbia, de 1983 a 1985, foi determinante na ‘formulação teórica’ do vínculo entre guerrilha e o narcotráfico. Ele é principalmente conhecido por ter forjado o termo narcoguerrilha (Tufano, 2016, p. 68):

²¹ A Frente Nacional foi um pacto político entre os partidos Liberal e Conservador da Colômbia. “Esse pacto comprometeu formalmente conservadores e liberais a criar uma Frente Nacional que permitisse compartilhar equitativamente o poder entre os dois partidos, com a ocupação alternada da Presidência e a paridade quanto à repressão em todos os níveis governamentais. Apoiado pelas agremiações econômicas, pela igreja e pelas elites partidárias, o pacto foi programado para durar até 1974, mas na prática se manteve, com modificações, até 1990” (Hylton, 2010, p. 85).

O termo *narcoguerrilha* foi “criado” depois do descobrimento e registro de *Tranquilandia*, no Yará, o maior centro de processamento de cocaína na América Latina, em março de 1984. O laboratório era controlado pelo Cartel de Medellín, mas, supostamente, custodiado por guerrilheiros das FARC-EP. Por isso, Tams, nesse momento embaixador dos EUA na Colômbia, cunhou o termo. Abriu-se, nesse sentido, um debate sobre a veracidade do termo, que duraria até mais ou menos 1989, quando se percebeu que tal associação era ilógica. Desde então, começou a difusão da segunda acepção do termo, o da guerrilha como terceiro cartel do narcotráfico, depois do cartel de Medellín e do Cartel de Cali (*ibidem*, p. 69).

Em relação a essa associação entre narcotraficantes e a guerrilha política, num primeiro momento o jornal aqui estudado, tenta relacionar os crimes, apreensões e até atentados como se fossem frutos da união dessas duas organizações. Em trecho de notícia do jornal *O Estado do Maranhão* do ano de 1983 o então ministro da defesa colombiana, Fernando Landazabal Reys, afirmou ao jornal *Forças Armadas* que “O grande negócio da violência são os sequestradores, a extorsão e o tráfico de estupefacientes”, além de afirmar que:

Lei de Anistia²², promulgada a 20 de novembro passado, removeu do rosto dos guerrilheiros o seu disfarce político para deixá-los ‘a descoberto, como membros que são de grupos criminosos’[...] o mérito da anistia foi deixar a farsa a descoberto. Os traficantes do crime ficaram despojados da máscara política, que usaram para a subsistência e aproveitamento do seu fatídico negócio (*O Estado do Maranhão*, 26. 01. 1983, p. 4).

No entanto, em parte dos principais chefes guerrilheiros há negação de tal associação. Durante o governo de Betancur, as principais preocupações ainda são em grande parte as guerrilhas²³ e também há demonstração de preocupação com o crescimento das organizações ligadas ao tráfico de drogas. Percebemos tanto pela historiografia como pelas notícias das páginas do jornal *O Estado do Maranhão* que o governo colombiano estava sofrendo muitas críticas por não conseguir fazer negociações com as guerrilhas e muito menos barrar as quadrilhas de narcotraficantes.

Dessa maneira, o governo tendeu a ceder às pressões, pois após o assassinato do Ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla, o presidente viu-se obrigado a apoiar a extradição, o que impulsionou uma onda de atentados em várias cidades colombianas como Bogotá e Medellín. Daí, a extradição aproxima novamente a Colômbia dos Estados Unidos, uma vez que

²² “A primeira medida tomada pelo presidente para superar a crise de legitimidade do sistema político foi se distanciar das políticas de Turbay e propor, assim, uma anistia - a Lei 35 de 1982 - para todos os prisioneiros políticos e insurgentes; em um segundo momento, ele propôs um diálogo com as organizações guerrilheiras que levasse a uma negociação de um cessar-fogo e, eventualmente, até mesmo uma trégua e um acordo de paz (Tufano, 2016, p. 74).”

²³ Sobre o processo de negociação de país com as principais guerrilhas colombianas no início da década de 1980 consultar Sara Tufano (2016) páginas 73 a 83.

no início do governo Betancur, suas convicções nacionalistas deixaram brechas entre os dois países (Tufano, 2016). Além disso, Lewis Tambs, teria orientado a política externa estadunidense durante o primeiro mandato de Ronald Reagan.

1.5 DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS E SEUS REFLEXOS NA COLÔMBIA E NO BRASIL

Neste último ponto iremos nos deter a revisão bibliográfica sobre a criminalização das drogas, partindo dos postulados estadunidenses e seus reflexos nas realidades aqui estudadas. Não é segredo para o leitor, conforme trabalho aqui tecido, que a cocaína e o narcotráfico se tornaram um problema para vários países no século XX. Por essa razão, a seguir, acrescentaremos uma contextualização e discussão sobre o proibicionismo norte-americano e os impactos nas sociedades envolvidas considerando os aspectos políticos e sociais que envolvem o tema.

Assim sendo, com o fim da bipolarização geopolítica, em 1989, os Estados Unidos assumiram a hegemonia regional na América Latina. As políticas que dantes estavam voltadas para combater os movimentos insurgentes comunistas nos países latinos se voltaram para a eliminação do tráfico de drogas nos países andinos, especialmente a Colômbia, Peru e Bolívia (Guzzi, 2008). Com isso, tornaram-se os objetivos principais de Bush combater as insurgências de esquerda e o narcotráfico tendo a extradição como pauta entre os dois países, pois:

Com a ‘guerra contra as drogas’ de Reagan, organizada fora de Miami pelo então presidente George H. W. Bush, com o objetivo de combater as insurgências de esquerda, o narcotráfico e a extradição seriam o intuito principal das relações entre os governos dos Estados Unidos e da Colômbia (Hylton, 2010, p. 114).

Ao lançarmos um olhar sobre a realidade colombiana na década de 1980, nos deparamos com a relação intervencionista que os Estados Unidos estabelecem sobre a temática no país. Tais interesses se (co)relacionam aos aspectos econômicos e políticos. Em termos econômicos, os rendimentos provenientes da droga colombiana no período não eram injetados em sua grande parte na Colômbia, mas em outros países, principalmente, seu principal mercado consumidor, ou seja:

À maior estimativa da comercialização da cocaína colombiana podemos agregar a estimativa de 900 milhões de dólares de heroína, mais 250 milhões de dólares de maconha, o que resulta em um total estimado de 13.780 milhões de dólares. Destes, deve-se retirar os custos de produção de aproximadamente 20 por cento, que

equivalem a 2.780 milhões de dólares, sendo que o restante alcançaria uma quantidade aproximada de uma renda líquida de 11.120 milhões de dólares. Convém esclarecer que esses rendimentos não entram em sua totalidade na economia colombiana. O que realmente chega a retornar se situa entre 2,5 e 4 milhões de dólares. O maior lucro permanece em outras economias (Santana, 1999, p. 112).

Já destacamos anteriormente que esse tipo de economia não é contabilizado pelo sistema de contas nacionais, sendo obtidos os dados por outros meios como apreensões de drogas, relatórios policiais, pesquisas e até mesmo pelas informações divulgadas pela imprensa, etc. Por outro lado, percebemos sua importância para a economia mesmo não entrando nos cálculos em termos de agregados econômicos, isso denota interesses políticos e econômicos dos países envolvidos, pois, embora ilegal é muito lucrativo.

Na década de 1980, enquanto a mercadoria vira objeto de disputas, mesmo que indiretamente ou por “debaixo dos panos” dos países envolvidos, ela era regida pela lei da oferta e da procura e estava se consolidando enquanto um produto que ultrapassa as fronteiras nacionais, ganhando *status* de necessidade internacional ligado às demandas de um mercado consumidor cada vez mais voraz e dependente desses psicoativos.

No aspecto político, desde de 1960, a diplomacia internacional não vinha medindo esforços para construir um consenso global em torno do combate às drogas. Entre 1960 e 1970 a campanha contra as drogas ganhou teor de guerra. Em 1970, o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, veio a público anunciando que as drogas eram uma ameaça ao país e deveria ser combatida por meio de uma “guerra às drogas” (Rodrigues, 2012). Durante a década de 1980 esse discurso de se disseminou ainda mais por parte dos governos Reagan e Bush, numa tentativa de retomar o controle político-social e equilibrar a produtividade econômica interna para recuperar a hegemonia mundial (Santana, 1999).

Portanto, as políticas repressivas implementadas tinham como objetivo fazer com que diminuísse a oferta de drogas no mercado americano e, conseqüentemente, houvesse um aumento de preço bem como uma diminuição do consumo. Na prática essa política proibicionista não funcionou. Pois o mesmo Estado que declara essa guerra é também aquele que financia ou importa boa parte dos insumos que são necessários para produção de drogas e manutenção das redes criminosas do narcotráfico, segundo o exposto:

De fato, este fenômeno está ocorrendo no processo de produção onde corporações norte-americanas legalmente estabelecidas são as que fornecem importantes insumos manufaturados, tais como aviões, equipamentos de navegação, armamento, e precursores químicos necessários para a produção, por exemplo, da pasta de coca e da cocaína (Santana, 1999, p. 107).

Além disso, na década de 1990, percebemos um novo movimento: a chamada globalização do narcotráfico. Vários países de economias mais desenvolvidas que antes recebiam o título de países consumidores, ou países de trânsito, passaram a produzir também grande quantidade de drogas, impulsionados por um mercado consumidor próprio e uma demanda cada vez maior pelo vício (Rodrigues, 2002). Segundo este mesmo estudioso, em trabalho posterior, vai afirmar que o discurso da “guerra às drogas”:

Se baseou num dualismo fictício que ignora a dinâmica mais intrincada da produção e tráfico de psicoativos no mundo, que faz países como o Canadá e os EUA serem, desde os anos 1970, não apenas dois dos maiores consumidores globais de drogas, como também dois dos maiores produtores de maconha do mundo, assim como o Brasil, por sua vez, não é somente um ‘país de trânsito’, como identificado nos anos 1980, mas também um dos maiores consumidores mundiais de cocaína (Rodrigues, 2012, p. 16).

Diante dos elementos apresentados, podemos depreender que os países andinos, como a Colômbia, na década de 1990, não são os únicos a terem o problema do narcotráfico. Na realidade, este seguiu as próprias diretrizes capitalistas em direção à sua globalização, adentrando os mercados e se fixando como um dos principais ramos econômicos, embora ilegal, nos países tidos como desenvolvidos.

Mas, afinal, como se consolida esse fenômeno? Podemos concluir que o narcotráfico não é fruto somente do seu valor econômico, mas encontra raízes que remetem a políticas proibicionistas e que, conseqüentemente, fortaleceram o narcotráfico. Segundo Rodrigues (2004), no século XIX, as drogas ainda não tinham *status* de um problema social, mas devido a alguns fatores como o aumento da população, alguns Estados começaram a adotar medidas mais severas as quais visavam controlar o uso pela população.

A partir desta ótica as drogas eram vistas como uma questão de saúde pública, passando a receber essas substâncias um controle maior do Estado. Além do mais, algumas drogas passaram a ter seu consumo ligados a algumas noções preconceituosas como o racismo, a xenofobia, principalmente, nos EUA onde eram vinculadas aos negros, imigrantes, prostitutas e outras minorias étnicas (Rodrigues, 2012).

Do mesmo modo, medidas sanitárias também foram impostas, pois as drogas eram vistas, inicialmente, como uma questão de saúde pública. A proibição funcionou como estratégia e uma tentativa de manter os corpos sadios e bons para desenvolver atividades nos moldes capitalistas. A tentativa de conter o uso individual e coletivo dos psicoativos não surtiu o efeito esperado, todavia impulsionou o crescimento do submundo do crime organizado.

Assim sendo, uma das consequências imediatas no “regime da proibição, o valor das drogas seguiu extraordinariamente inflado e esses produtos continuam sendo vendidos em mercados ilegais muito acima de seus preços reais” (Serrano; Toro, 2005, p. 242 *apud* Rodrigues, 2012, p. 14). A repressão, nesse aspecto, logo depois do assassinato de Lara Bonilla ajudou a economia ilegal da cocaína a sair da crise: “No dia do enterro de Lara Bonilla, por exemplo, em Calamar, Guauviare, o preço de um quilo de pasta de coca era 200 mil pesos; uma semana depois, custava 800 mil” (Hylton, 2010, p. 107).

Simultaneamente a chamada questão das drogas ganhou destaque em várias nações, sobretudo, na segunda metade do século XX. O “perigo” precisava ser combatido. Logo as drogas passaram a representar um problema de segurança internacional (Dalmiglio; Fingermann, 2021), passando da fase de caracterização de um problema de saúde pública para um problema de ordem social. À medida em que a criminalização e a proibição das drogas foram implementadas pelos países, também foram criadas as bases de fortalecimento do que mais tarde viria ser o narcotráfico. Isto é, o narcotráfico, enquanto empresa criminosa, é fruto das medidas restritivas e policiais impostas como tentativa de controle social, pois:

Na sombra produzida pela ilegalidade e criminalização, foi gerado o narcotráfico, negócio potente que expandiu e prosperou ao mesmo tempo em que se sofisticaram as leis domésticas e internacionais visando sua repressão. A cristalização internacional do regime proibicionista foi acompanhada não pela diminuição da economia das drogas ilícitas, mas pelo aumento global da demanda por psicoativos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (Kopp, 2006 *apud* Rodrigues, 2012, p. 14).

O fortalecimento das economias ilegais das drogas parte também de um contexto em que o mundo passa por transformações significativas. O pós-guerra traz um aumento da demanda, melhoramento nos meios de comunicação, transportes e circulação, além do próprio combate ao narcotráfico que impulsiona o mercado ilícito de drogas.

São diversos os enfoques que podem ser abordados aqui, mas por hora, destacamos que, após algumas medidas repressivas e o consequente fortalecimento do narcotráfico a nível mundial, inicia-se outro movimento pelo Estados Unidos, embora vários países latino-americanos já tivessem a vários anos combatendo a seu próprio modo o problema das drogas (Rodrigues, 2012), assim “a adesão por parte dos países latino-americanos não foi uma mera sujeição à agenda de segurança hemisférica estadunidense. Ao contrário, as intenções dos EUA encontraram pontos de conexão em cada país que aderiu ao proibicionismo” (*ibidem*, p. 23). Nesse sentido:

Essa política, que seria nomeada ‘Estratégia Andina’, mencionava a necessidade de oferecer suporte econômico para que os países da região pudessem deixar de ser ‘produtores’, de modo a financiar programas de desenvolvimento alternativos (*ibidem*, p. 21).

No que diz respeito à militarização do narcotráfico, podemos elencar que no governo de George Bush (1989-1993) houve um sistemático investimento²⁴ nas forças militares de países andinos para combater o narcotráfico. Essas medidas, já mencionadas, foram intituladas de “Estratégia Andina” funcionavam como um subsídio econômico a alguns países como a Colômbia (Procópio, 1999, p. 93 *apud* Villela, 2013, p. 245). Na prática, essa medida significou um maior financiamento das forças armadas para atuarem no combate ao narcotráfico e também no combate às guerrilhas que atuavam na região (*ibidem*, p. 21).

No tocante ao proibicionismo brasileiro podemos apontar que desde a década de 1920 o Brasil começa a formular suas bases proibicionistas baseado principalmente na pressão da imprensa e agremiações moralistas, o aumento do consumo entre os mais pobres e a pressão estadunidense para que se adotasse os postulados da Conferência de Haia de 1912, da qual participaram (Rodrigues, 2004). Desde então, algumas leis foram aprovadas e estabeleceram medidas mais duras quanto à venda, uso e as medidas sanitárias. Por exemplo, a Lei federal nº 4.294 de 14 de julho de 1921, a Lei nº 20.930 de 11 de janeiro de 1930, o decreto Lei nº 790 de 28 de abril de 1936 (*ibidem*, p. 139).

As leis promulgadas no governo Vargas é uma prévia para um maior endurecimento das medidas contra as drogas no território nacional. Mas somente com o Decreto-Lei n. 891 de 25 de novembro de 1938 é lançada, em consonância com as determinações internacionais, a base de repressão às drogas psicoativas no Brasil. Aliado a este fato, temos a aprovação da *Lei de Tóxicos* de 1976 que visava garantir um controle ampliado das drogas, isto é, disposto a colaborar interna e internacionalmente (*ibidem*, p. 148-149).

Por essa ótica podemos reconhecer que o Brasil, que antes tinha uma postura ainda pouco combativa, passou a exercer um controle sobre as drogas cada vez mais forte à medida que os anos iam avançando, muito como consequência da agenda internacional. Assim, a partir da segunda metade do século XX vai aderindo à campanha internacional de combate às drogas.

²⁴ “Com o fim de combater os traficantes e a guerrilha em conflito com o Estado colombiano, os Estados Unidos direcionaram US\$1,3 bilhão em ajuda militar ao Plano Colômbia, criado pelo então presidente colombiano Andrés Pastrana. O Brasil foi um dos maiores críticos da presença militar norte-americana na América do Sul, temeroso de perder controle sobre suas fronteiras e sobre as políticas de drogas na região diante das constantes violações às fronteiras amazônicas por parte da DEA (Procópio, 1999, 93 *apud* Villela, 2013, p. 245).”

Incorporando internamente o discurso de “guerra às drogas” nas suas leis, reforçando os laços proibicionistas das drogas. Cabe lembrar as influências do Direito Internacional em que pese:

As normas firmadas internacionalmente circulam numa esfera distinta das que pertencem ao ordenamento interno dos Estados. Desse modo, um tratado internacional não tem validade alguma para um estado até que ele seja incorporado ao corpo jurídico nacional; ou seja, a norma internacional fica válida no momento em que deixa de ser internacional e passa a ser uma determinação nacional legal (Rodrigues, 2004, p. 164).

Consoante ao fragmento, podemos afirmar que o Brasil passa a combater as drogas sob a tutela de interesses internacionais aliados à emergência do aumento do problema no seu próprio território. Sua colaboração mais efetiva se dá a partir do governo de Ronald Reagan (1981-1989) durante o qual foi instaurado o processo de “certificação” que listava anualmente os países que colaboraram ou não, segundo critérios norte-americanos, à guerra às drogas no continente” (Villela, 2013). Então:

Em 1986, os dois países assinaram o Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Drogas. Este acordo seria implementado por Memorandos de Entendimento (MDE) anuais que definiriam órgãos responsáveis, contribuição das partes, bem como suas metas mensuráveis específicas (MRE, 1986). Estes termos foram renovados em 1995, com a assinatura do Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes (*ibidem*, 2013, p. 244).

A criminalização criou, dessa forma, dois mercados: o legal e o ilegal, ampliando também as redes de combate e forçando o negócio das drogas a se sofisticarem para alcançar seu alvo consumidor. Nesse cenário, vários países da América Latina implementaram medidas que reforçaram o combate e controle das drogas criminalizando desde simples usuários, o que culminou com uma série de problemas para os Estados que tinham esse inimigo em comum.

Esperamos ao fim deste primeiro capítulo ter fornecido subsídios históricos e bibliográficos para que os leitores possam compreender mais a fundo o tema do narcotráfico, bem como seu desenvolvimento e criação conceitual como também a relação que estabelece na década de 1980 com a Colômbia (o local sobre quem o jornal fala), os Estados Unidos (de onde emana o tom da abordagem das drogas) e o Brasil (um Estado que precisava alinhar sua política sobre as drogas aos interesses internacionais). Nos próximos capítulos, estaremos utilizando as nossas fontes impressas. Pois interessa-nos nessa pesquisa compreender as principais formas de combate ao narcotráfico, bem como se deu a repercussão desse discurso de guerra às drogas no Brasil e principalmente no estado do Maranhão.

Seria, em princípio, a imprensa o principal meio ou tentativa de notificar a população sobre as ameaças do narcotráfico ou as representações do narcotráfico nos jornais de circulação local ou mesmo resultado dos imaginários sociais e de sua própria experiência pertencente aos brasileiros sobre as drogas? E em que medida, os discursos estatais, de autoridades em gerais presentes na imprensa maranhense intimidam ou acentuam essa guerra contra as drogas? Partindo dessas indagações, no próximo tópico vamos analisar a história e atuação do periódico aqui estudado a fim de compreendermos como se dá essa dinâmica de tantas notícias que endossaram os discursos proferidos por autoridades, convocando uma união multilateral contra o problema discutido.

2 O PAPEL DA IMPRENSA MARANHENSE NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

2.1 A IMPRENSA DA AMÉRICA LATINA E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA DEFESA E REPRODUÇÃO DOS INTERESSES PRIVADOS E ESTATAIS

As discussões historiográficas são unânimes em apontar a importância dos jornais enquanto fonte histórica e meios de veiculação de opiniões, interesses, ideologias, etc. Não raro, entre os estudiosos da imprensa que os periódicos funcionam como um espaço de disputa nos permitindo refletir sobre os interesses que levam esses aparelhos a veicular determinadas temáticas.

Esta abordagem dos textos e notícias se torna imprescindível para a compreensão do que significa a atuação do jornal *O Estado do Maranhão* na questão das drogas, uma vez que sendo o maior jornal maranhense do período aqui estudado pertencente a um grupo que abertamente tinha objetivos bem específicos: servir exclusivamente como artifício de promoção política de seus donos e associados num primeiro momento, logo:

[...] os periódicos assumem a função de partidos políticos, que na perspectiva teórica de Gramsci, supera a função de legenda eleitoral, passando a se tornar elemento organizador da vontade coletiva em torno de um projeto político-ideológico elaborado por uma classe ou por uma coalizão de classes que visam controlar o Estado (Cunha, 2018, p. 15).

Nossa fonte nasce e assume primariamente essa função com objetivo de ajudar politicamente seus associados e o dono - José Sarney. A fundação e manutenção desse jornal é declaradamente política, visto que seu proprietário buscava eleger-se ou formar uma coalizão que tinha claramente pretensões políticas. Nessa perspectiva, os meios de comunicação tanto fazem pertencer ao Estado ou aos meios privados, de qualquer maneira são transformados em instrumento de uma instituição governamental que é capitalista. Pois na visão de Gramsci que diferencia “Estado e sociedade civil, mostra os dois como elementos de um só fenômeno, faces da mesma moeda, através de sua célebre fórmula Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (Silva, 1994, p. 199). Partindo dessa observação, percebemos que tais características condizem com as informações sobre a história do jornal o qual também irá implicar mais tarde no contexto temporal e político de onde retiramos nossas reportagens que tratam sobre as drogas. Nesse sentido a mídia:

[...] possui a capacidade de formular as preocupações públicas. O impacto da definição de agenda pelos meios é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se veem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões (Miguel, 2002, p. 171).

A análise de Silva (1994) também contribuiu para este trabalho, porque sintetiza uma visão que enxerga a relação do Estado e da sociedade civil a partir da América Latina, considerando sua especificidade com relação aos meios de comunicação e isto dialoga com o nosso objetivo: compreender o papel do Estado brasileiro em relação aos discursos contra as drogas presente na imprensa maranhense. Para o autor, o Estado tem uma estreita relação com os meios de comunicação, pois o primeiro é muito influente, de início, devido à sua importância econômica. Burguesias nacionais frágeis e mercados internos desalentados não conseguem, por vezes, manter os meios de comunicação em funcionamento sem o auxílio do Estado (Silva, 1994). Observamos abaixo o que ele afirma a respeito:

Mesmo onde a estatização dos meios de comunicação não ocorre de maneira tão direta, ela acaba ocorrendo por vias indiretas. Em muitos países da América Latina, o Estado é o principal anunciante nos meios de comunicação, exercendo, portanto, o controle econômico sobre esses mesmos meios que nos países centrais do capitalismo é exercido pelas empresas. E em diversas regiões da América Latina os meios de comunicação não conseguem sobreviver sem algum tipo de subvenção (direta ou indireta, legal ou clandestina) do Estado. É compreensível que os meios de comunicação (especialmente os impressos) não sejam lucrativos nestas regiões onde a sobre apropriação decorrente da estrutura de funcionamento do capitalismo internacional restringe necessariamente a participação econômica e cultural dos trabalhadores, que são a grande maioria da população (*ibidem*, p. 217).

Podemos enquadrar o jornal aqui estudado dentro destas características, pois sabemos que em muitos momentos de sua história esteve atrelado aos principais anseios políticos estatais, promovendo desde seus donos até os grandes feitos, como o projeto Grande Carajás²⁵ e até mesmo o desejo do país em aprofundar o combate contra as drogas. Sem a ajuda do Estado “direta ou indireta, legal ou clandestina” (*ibidem*, 1994, p. 217) dificilmente o jornal sobreviveria por tantas décadas. Porém, quando se trata de estudos que envolvem a América Latina temos o cuidado para não interpretar os meios de comunicação apenas como meros

²⁵Em 1980, o governo brasileiro deu início à implantação do Projeto Ferro-Carajás, financiado pelo Banco Mundial: as instalações na mina de Carajás, no estado do Pará, do porto de Itaquí, em São Luís, no estado do Maranhão e a construção da Estrada de Ferro Carajás, espinha dorsal do PGC. Desde então, esta industrialização acelerada, movida a carvão vegetal nativo, vem ocasionando danos ambientais irreparáveis. Na zona industrial de Marabá/PA começaram a se instalar as usinas siderúrgicas a carvão vegetal nativo, sem que qualquer impacto tivesse sido avaliado, provocando desmatamentos em proporções muito mais elevadas do que as atribuídas à época aos projetos agropecuários e madeireiros que assolavam o sul e o sudeste do Pará (Centro de Trabalho Indigenista. Brasília, 2023. Disponível em: < <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/acervo-grande-carajas/acervo-grande-carajas-online-nota-historica/> >. Acesso em: 04 out. 2023).

instrumentos de manipulação ideológicos, pois segundo Silva (1994):

Os meios de comunicação não podem ser mais considerados como instrumentos de manipulação das classes dominantes, como os encaravam os pensadores de Frankfurt, pois no seu interior ocorre, como na formação social em que estão inseridos, a luta de classes, o que permite às classes dominadas a obtenção de algum espaço compatível, é claro, com a correlação de forças existentes na sociedade (Silva, 1994, p. 198).

Isto é, não se pode ignorar que as classes sociais mais pobres também participam, entram em disputas e expõem seus anseios nesses meios de comunicação. As classes sociais mais pobres de alguma forma atuam nesses meios midiáticos. Nesses espaços são criadas e ajudam a criar representações de si e de seus inimigos com uma dosagem, é claro, de manipulação e disfarces pelos interesses daquelas forças que estão por trás dos discursos presentes nas notícias. Embora mais a frente, ainda neste capítulo, trataremos da influência da *Associated Press* (AP), gostaríamos de destacar que na mesma linha de que trata o autor acima sobre a relação dos meios de comunicação e o Estado temos que:

As relações de interesse que os proprietários responsáveis por esses conglomerados mantêm com os dirigentes políticos e governamentais em torno da concessão de estações de rádio e televisão e da comercialização no paralelo de espaços na mídia constituem um balizamento indispensável ao estado em que se encontram os indicadores (rentabilidade, evolução patrimonial, níveis de endividamento, evolução do faturamento etc.) referentes a esse setor da atividade econômica (Miceli, 1994. p. 42).

Ou seja, argumentamos nesse ponto que o meio de comunicação aqui analisado funciona como um instrumento a favor dos interesses do capitalismo, seja na esfera do Estado seja na esfera privada e que os meios de comunicação, partindo da especificidade do desenvolvimento econômico da América Latina, dependem dos recursos do Estado para sobreviver, embora muitas vezes ele queira transparecer neutralidade com relação aos conflitos inerentes a essa relação. Esses conflitos, na verdade, reforçam a sua imagem de neutralidade, portanto:

Um poder, como o governo brasileiro, que cassa a concessão de uma rede de emissoras de televisão como a rede Tupi, cujo proprietário é um senador da República pelo mesmo partido político do governo surge aos olhos do observador como um poder isento, com características de insuspeita neutralidade, ou, pelo menos, um poder que, quando necessário, submete a todos, indistintamente, aos ditames da lei (Silva, 1994, p. 204).

Gostaríamos agora de tecer relações do ponto acima com a nossa fonte em particular, tendo em vista que o jornal *O Estado do Maranhão* pertencia a uma figura de notável

participação política no Brasil e que em determinado momento chega à presidência do país, representante máximo do nosso Estado. Até que ponto podemos separar a sua empresa jornalística privada da esfera estatal? De acordo com a linha aqui observada não é algo que deve ser compreendido como separável, pois não faria diferença, uma vez que seus instrumentos de dominação continuariam os mesmos. Isto é, faz mais sentido para este estudo compreender o periódico em evidência como um meio de comunicação pertencente a uma realidade mais ampla e complexa: a da América Latina que - em relação aos meios de comunicação -, diferentemente, da imprensa europeia tem seu processo específico e suas próprias características.

Em outras palavras, a lógica de interpretação do nosso objeto de estudo não pode ser vista como algo solto, sem levar em consideração as relações as quais se estabelecem entre meios de comunicação (incluindo os impressos) e o Estado que se articulam como faces de uma mesma moeda, principalmente pela especificidade econômica, onde os meios de comunicação não conseguiriam sobreviver somente pelo poder de compra baixo da maioria da população.

Outro ponto que gostaríamos de salientar é que, muitas vezes, nós estudiosos da imprensa na América Latina, embora relutantes, acabamos caindo numa lógica maniqueísta e simplista, principalmente, quando tratamos de temas como o aqui estudado que remete ao internacional. Segundo Sarti (1979), muitos estudos ainda precisam ser feitos e ser construídos para assim os pesquisadores históricos não caírem nos riscos da “dependência cultural”. Por conseguinte, não é objetivo deste trabalho transparecer uma visão mecânica sobre a influência internacional na imprensa brasileira. No entanto, no recorte temporal, aqui explorado, a década de 1980 e a temática específica de estudo devemos vislumbrar que:

A primeira característica específica dos meios de comunicação da América Latina que salta aos olhos diante do exame de formação e desenvolvimento de seu capitalismo é a forte influência do capital internacional que neles se verifica. Esta influência se dá em vários níveis: desde a inversão pura e simples de capital estrangeiro, passando pela importação de equipamentos e técnicas até chegar à presença estrangeira no conteúdo divulgado pelos meios, com todas as suas implicações ideológicas (Silva, 1994, p. 213-214).

Entretanto, o cuidado está exatamente aqui: “a partir do equívoco fundamental de esquecer que a América Latina é capitalista e conhece diferentes articulações de classe em cada uma de suas nações” (Sarti, 1979, p. 247 *apud* Silva, 1994, p. 214). Isso se deve porque muitos autores falharam ao:

[...] realizarem abordagens mecanicistas, submetendo simplesmente a ideologia à infraestrutura; caíram no engodo do “nacionalismo radical” acreditando que as burguesias nacionais poderiam se contrapor aos interesses ‘imperialistas’ e com isso

facilitar o acesso das classes dominadas ao poder; deixarem se levar pelas correntes desenvolvimentistas crendo que soluções de domínio da tecnologia e/ou da ideologia podem levar à superação do fosso que separa os países centrais dos periféricos, entre outros (*ibidem*, p. 214).

Mas este não é um fenômeno estanque e não significa dizer que muitas mudanças não ocorreram, levando à necessidade de criar novos estudos e novas interpretações para o fenômeno que se complexifica cada vez mais. Podemos exemplificar que alguns dos meios de comunicação como a televisão brasileira (Tv Globo e suas novelas) se tornaram um grande centro de produção para outros países inseridos no contexto do capitalismo internacional (*ibidem*, p. 215).

O que procuramos refletir neste subtópico foi como se relacionam os meios de comunicação e o Estado na América Latina. Levando em consideração que essa abordagem nos permite compreender o nosso problema de pesquisa: como o Estado brasileiro recepcionou os discursos estadunidenses de guerra às drogas por meio da imprensa local maranhense no contexto da década de 1980, no auge das sofisticações tecnológicas e modernizações:

Tais estudos poderiam ajudar a compreender como e por que jornais do nordeste brasileiro, cuja a estrutura administrativa ainda se mantém basicamente sobre composições familiares e que são sustentados apenas para servirem de sinal de prestígio a grupos políticos (não correspondendo, portanto, às necessidades do mercado, sob o ponto de vista estritamente capitalista, sendo inclusive deficitários) adquirem moderníssimos equipamentos de composição e impressão, sem que haja qualquer pressão de mercado para que o façam (*ibidem*, p. 216).

Esse é apenas um pontapé inicial para compreender mais a fundo essa relação que se estabelece com os meios de comunicação. Partindo dos pontos elencados acima que adiante vamos analisar a história do jornal *O Estado do Maranhão*, não esquecendo que este é um meio de comunicação inserido no contexto capitalista específico da América Latina, possuindo estreita relação com o Estado brasileiro.

Sabendo disso, ficará mais lúcido entender o porquê esse periódico tramitar entre os anseios da sociedade em geral e os interesses do Brasil em relação ao combate às drogas. E não só isto, mas identificar como se expressa a partir das representações e da criação de um imaginário social em torno da temática, buscando, assim, conhecer como se apresentam ideologicamente. Pois a imprensa é um dos elementos onde as representações se materializam, posto que:

Nesse ponto, onde a linguagem simbólica se torna comunicável, é que entram em cena os imaginários sociais. Integrando o campo da representação, ou melhor, exprimindo a representação, o imaginário tem, portanto, sua existência afirmada pelo símbolo e

sua expressão garantida pela evocação de uma imagem seja ela acionada por palavras, por figuras de linguagens ou por objetos. Quando uma sociedade, grupos ou mesmo indivíduos de uma sociedade se veem ligados numa rede comum de significações, em que símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido; são utilizados coletivamente como dispositivos orientadores/transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos, é possível falar-se da existência de um imaginário social (Capelato, 2000, p. 135).

Essas complementaridades das representações levam ao surgimento da imaginação social. Não é que o simbólico não seja real, ao contrário: “o simbólico é inseparável do mundo social-histórico” (*ibidem*, p. 233). Haja vista que o político é compreendido como inseparável do poder social, adentrando o conjunto social e as diversas outras esferas da sociedade. Podem ser campos específicos, mas que se articulam. Assim, neste cenário, em “que a representação é poder e o poder é a representação, o real surge [...] como imagem fantástica na qual o poder se contempla absoluto” (*ibidem*, p. 230).

Tendo essas precauções e concepções arroladas, iremos logo abaixo fornecer elementos históricos a respeito do jornal estudado, enfatizando e relacionando o local até seu alcance em temáticas transnacionais. Além de contextualizar nossa fonte e objeto, procuramos também traçar uma análise de intercruzamento de historiografia e fontes com o objetivo de identificar os apontamentos, lógica de trabalho desta pesquisa, que se articula com os conceitos listados acima (representação e imaginário social). Como também a preocupação em contribuir para a produção historiográfica sobre a imprensa maranhense e sua colocação dentro de uma história conectada não só do narcotráfico, mas da imprensa pertencente a uma rede complexa de inter-relações políticas, sociais e econômicas que se estabelecem no contexto específico da América Latina, repercutindo e não só reproduzindo informações, representações, desejos e anseios em relação às vivências, às problemáticas enfrentadas pela sociedade brasileira urbana da década de 1980.

2.2 MARGENS HISTORIOGRÁFICAS PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO JORNAL *O ESTADO DO MARANHÃO*

O jornal *O Estado do Maranhão* tem sua “pré-história” quando ainda atendia pelo nome de *Jornal do Dia*²⁶ que começou a circular pela primeira vez em 1953. Passando pela

²⁶A estreita proximidade entre jornalismo e política sempre foi uma particularidade marcante dentro do *Jornal do Dia*, e a década de 1960 aponta muito bem isso. Num cenário de popularidade de suas publicações, principalmente na capital São Luís, marca-se o estágio de ascensão política de José Sarney. Naquele momento (1969), o diário, sob a direção do então deputado federal Artur Carvalho, se fortifica como um dos principais

direção de vários diretores até em 1 de outubro de 1959, com a criação da empresa Jaguar LTDA o periódico jornalístico passa a ser administrado por essa organização. Dentre aqueles que assinaram o contrato estava Alberto Aboud²⁷ com a maior parte das ações. Este fato marca o início de uma nova fase do jornal depois de passar mais de um ano sem circular. Além disso, esse acontecimento é considerado pelo Sistema Mirante de Comunicação o marco de fundação do jornal *O Estado do Maranhão*.

Segundo Cunha (2018) embora o Sistema Mirante admita o dia 1º de maio de 1959 como ano de fundação do jornal, sabe-se que esta data está no período em que o jornal não circulou entre outubro de 1958 e janeiro de 1960. A troca de nome do jornal se deu em 1º de maio de 1973 (primeira edição com o título *O Estado do Maranhão*) quando foi adquirido por José Sarney. Daí, o aniversário desse meio de comunicação passou a ser 1º de maio, porém o marco de fundação continuou a ser 1959 pelo interesse do *Sistema Mirante* de criar uma longa tradição do jornal (Costa; Conceição, 2008), pois:

Em novembro de 1968, segundo citação de José Sarney, na edição do dia 01 de maio de 1999, do jornal *O Estado do Maranhão*, ele trocou sua casa na rua Rio Branco, Número 228, Centro de São Luís, pelas ações de José Ribamar Marão, ficando com metade delas, pouco depois, adquire as outras, tornando-se o proprietário do *Jornal do Dia* (*ibidem*, p. 5).

Autores apontam que a aquisição do jornal por José Sarney foi essencialmente política, como afirmou numa entrevista realizada em 2002: “Eu criei o jornal porque eu tinha que ter um instrumento político [...]. O jornal não era de empresário, não era um negócio que nós estávamos precisando, era uma inspeção do processo político” (D’elboux, p. 37 *apud* Costa, 2008). Dessa forma, entende-se que nas décadas de 1960 e 1970, como afirma Benedito Buzar, “o jornalismo maranhense nessa época funcionava sob o tripé: sociedade, política e esporte. Os jornais, portanto, tinham apenas a incumbência de noticiar, ou mesmo defender, o que interessava aos donos, ao grupo político proprietário do jornal” (*ibidem*, p.5).

meios de comunicação da época. As páginas dos jornais naquele período são provas dessa forte relação (Cunha, 2018, p. 4).

²⁷ "Alberto Wadih Chames Aboud nasceu em São Luís, no dia 15 de junho de 1922, filho de Wadih Aboud e de Malvina Aboud. Industrial, ingressou na política filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleito deputado estadual no pleito de outubro de 1958. Transferindo-se para o Partido Social Democrático (PSD), em outubro de 1962 conquistou uma cadeira de deputado federal. Após a vitória do movimento civil-militar de 31 de março de 1964, com a extinção dos partidos políticos determinada pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a consequente instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime. Foi, ainda, prefeito de São José de Ribamar (MA). Faleceu em São Luís no dia 29 de julho de 1980" (Cunha, 2018, p. 2).

Em termos agregados, a propaganda governamental, torna o setor público o maior anunciante na indústria cultural brasileira. O tripé formado pelos grandes anunciantes, pelos maiores conglomerados da informação e do entretenimento e pelos intermediários políticos aninhados no setor público garante a aliança de interesses, a um tempo econômicos e políticos, que está na raiz das políticas culturais no setor de comunicações (Miceli, 1994, p. 45).

Na década de 1980, período no qual está inserido nosso recorte, notamos que o jornal em questão ainda fazia uma grande divulgação política de seu dono, bem como dos feitos ligados a ele – José Sarney – figura pública e política importante naquele contexto. É notável também que o periódico fez uma ampla cobertura de notícias internacionais, com bastante destaque para a América Latina e o narcotráfico colombiano. Neste período histórico colombiano já era conhecido pelas atividades das Forças Armadas pelos atos de violência política e pelos problemas com o tráfico de drogas. “O narcotráfico (...) é negativo na presença da Colômbia como nos demais países (...), conclui-se a negatividade do tratamento dado à Colômbia deriva do peso do narcotráfico nas notícias a seu respeito” (Soares, 2004, p.77).

Tal constatação nos levou a refletir na razão da divulgação de notícias relacionadas à temática no Maranhão, o que não parece ser motivada simplesmente ou somente pelo teor negativo já divulgado por outros jornais. Por exemplo, “O crescimento do Mercosul foi acompanhado pelo crescimento do interesse da mídia (...) e pela mudança no noticiário a respeito dos países membros, numa direção menos negativa” (*ibidem*, p.77). Assim sendo, podemos pensar em dois pontos importantes sobre a postura do jornal: primeiro, destacamos que embora o jornal seja maranhense, o seu dono, José Sarney, já era naquela altura uma das figuras políticas mais importantes do país. Aliado ao Regime Militar, por meio da União Democrática Nacional (UDN), em outubro de 1965, ganha as eleições para governador do estado do Maranhão exercendo o mandato entre 1965 e 1970. Deixou o cargo antes do fim do mandato para candidatar-se a Senador, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), do governo federal. E assim logrou êxito: foi eleito Senador de 1971 a 1979. Outrossim, foi reeleito para o Senado, então, Sarney exerceu o segundo mandato entre 1979 e 1985.

Logo que assumiu o cargo foi eleito para a presidência nacional da Arena. Em 1980, após a abertura política que legalizou a pluralização dos partidos, o Senador participou da fundação do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena. Em 1984, devido às divergências entre a posição do governo diante do avanço das liberdades democrática, Sarney abandonou o partido e formou a Frente Liberal, mais tarde transformada no Partido da Frente Liberal (PFL) que apoiou a candidatura de Tancredo Neves à presidência (Bittencourt, 2019).

Conforme Costa e Conceição (2008, p. 8): “...foi uma troca mútua: os militares

necessitavam de apoio para o seu projeto, tanto do ponto de vista econômico quanto ideológico, Sarney pretendia consolidar-se política e economicamente, foi uma aliança perfeita". Em 1986, o político maranhense “trânsfuga de última hora do velho regime, escolhido como vice de Tancredo” (Sallum, 1996, p. 122) e assume a presidência da república.

Com esse êxito de fortalecimento político e econômico sua empresa jornalística, portanto, passou a propagar seus interesses pessoais e também estatais. Ou seja, o jornal de Sarney já tinha consolidado sua base ideológica antes da década de 1980. Em suas páginas, o periódico endossava os discursos políticos, criando as bases da representação a qual mais tarde seus leitores fariam de si e do outro.

É perceptível como os projetos são apresentados com riqueza de detalhes, os investimentos como muito animadores e a parceria com órgãos e agências federais e regionais promissoras. No entanto, o mais marcante é a construção da figura do governador na busca desses recursos e empreendimentos para o Maranhão. Isto posto, quer dizer que essas “melhorias” só estavam chegando graças ao seu empenho pessoal. O alinhamento com o projeto político-econômico do governo federal, da maneira como foi apresentado pelos jornais, significou a chegada do ‘desenvolvimento’. O estado sairia do atraso e entraria numa “nova” fase. Mas isto só era possível graças ao talento e compromisso do “jovem governador”. Tendo em vista que o jornal em questão era o de maior circulação no estado, o alcance do público foi maior. O leitor deparava-se com aquelas notícias e já ficava esperançoso, principalmente pela construção feita do grupo político anterior como arcaico, representante do atraso. Agora, pela primeira vez estava sendo erigido um governo que atenderia aos anseios do povo. Com os jornais sendo tão eficazes no seu poder de persuasão, ficava difícil o leitor ver o que realmente estava por trás de toda aquela propaganda (Bittencourt, 2019, p. 64).

Essa visão de que os principais meios de comunicação se articulam com o Estado e a ciência não são neutros, nos proporciona um melhor esclarecimento do significado da ampla presença de temáticas de maior relevância internacional e nacional. Mas antes um cuidado específico quando se tratar das fontes jornalísticas:

É importante destacar, que o fato de afirmarmos que apoio dos jornais foi fundamental para criação de consenso na sociedade civil, isso não quer dizer que a população é passível de ser manipulada e aceitar todas as notícias como verdade absoluta. Se a população absorveu a campanha feita pelo jornal, há vários fatores que influenciaram isso, como o cenário político, a maneira como foram veiculadas as matérias e a própria atuação de José Sarney no chamado ‘corpo a corpo’ com os eleitores (Bittencourt, 2019, p. 64).

Consoante ao excerto, isso se respalda na análise da década de 1980 com relação ao tema estudado com um alto grau de aceitação por parte da população maranhense? Nem tudo se explica da forma que o jornal apresentou. Outros fatores e acontecimentos devem ser levados em consideração, mas, sem dúvidas ter clareza do papel político desse jornal nos ajuda a

compreender a temática como um problema de urgência para a sociedade maranhense como também para as autoridades que administravam o país.

Em segundo lugar, temos a emergência da penetração de grupos de narcotraficantes no território brasileiro e conseqüentemente maranhense. José Arbex Júnior. (1993) relata que estimativas feitas em 1991 apontava para a existência de mil pistas de pousos na floresta amazônica sendo 60% delas utilizadas pelo narcotráfico controlado pelo Cartel de Medellín. Esta organização já atuava no Brasil desde de 1984 em associação com os chefões da máfia italiana (Arbex Júnior, 1993). Na reportagem abaixo no tópico “Repúdio” a gazeta afirma que:

[...] os chefes de estado manifestaram seu repúdio a todos as formas de terrorismo e reafirmaram sua vontade de lutar contra o narcotráfico que ameaça a estabilidade social e política. Nesse aspecto os presidentes expressaram sua solidariedade para com o governo e o povo colombiano, pelo firme e decidido combate contra o problema (*O Estado do Maranhão*, 27.10.1989, p. 6).

Tal declaração demonstra o comprometimento do então presidente por intermédio do seu jornal no combate ao narcotráfico. É notório frisar o foco da reportagem: é a integração continental, e não o narcotráfico; mesmo assim ele é destacado entre as pautas do encontro ocorrido entre 25 e 26 de outubro de 1989 como um elemento que deve ser combatido. Nesse sentido, Hirst (2010) escreve sobre o contexto em que o Brasil se insere no que diz respeito à sua política externa e quanto aos interesses norte-americanos em regiões conflituosas na América Latina:

Nesse mesmo contexto, países como a Argentina e o Brasil cederam às pressões de Washington aderindo ao Tratado de Não Proliferação e coordenaram com Washington ações no âmbito regional, como a negociação de paz entre Equador e Peru e a concentração de forças antidemocráticas no Paraguai. A região parecia disposta, portanto, a endossar e ser parte de uma ordem hegemônica consensual institucionalizada (Hirst, 2010, p. 26).

É bastante pertinente desenvolvermos uma breve discussão sobre os interesses políticos envolvidos, levando em conta que os principais temas abordados ou percebidos, inclusive na sua grande imprensa, eram “comércio regional, defesa da democracia, proteção aos direitos humanos e segurança coletiva” (Hirst, 2010, p. 26). Como observamos, o jornal não somente traz importantes informações em suas reportagens, como também pertence ao então presidente do Brasil, José Sarney, durante quase todo o nosso recorte e esses fatos não deveram ser pontos a ser ignorado pela nossa análise.

Assim sendo esta pesquisa percorre duas linhas acerca dos interesses da divulgação das notícias sobre o narcotráfico: não só a presença das drogas na sociedade maranhense, mas

também como esse jornal admite uma prestação propagandística dos desejos políticos e diplomáticos do grupo ao qual a gazeta pertence. São reflexos da política externa de Sarney com os países vizinhos, tendo em vista o processo de abertura democrática que o seu governo vai iniciar, não raro, dar ao seu periódico uma abertura maior, uma vez que anteriormente a imprensa era censurada num maior grau.

Daí, dentro de uma perspectiva geral, procuramos compreender como se comportava a imprensa maranhense nos anos que precederam nosso recorte temporal e assim poder traçar um paralelo com a nossa pesquisa nos anos entre 1984 e 1993. Nesse cenário, voltando nosso olhar para a política externa “O acirramento do conflito leste-oeste [...] produz na América Latina uma relativa abertura de espaços, na qual os países da região, agrupados pela mazela comum da dívida externa veem a oportunidade de concentrar políticas e aproximar destinos” (Côrtes, 2010, p. 56). Segundo este expoente, internamente, Sarney não possuía bases políticas sólidas devido à situação que o levou à presidência bem como ao contexto político que a ditadura brasileira provocou. Sentia-se mais à vontade para tecer as relações diplomáticas internacionais, principalmente, com os vizinhos do Cone Sul:

Posto que esse é um ponto marcante que o presidente ressalta: se na política interna sua ação era limitada pelas condicionantes existentes, no plano externo tinha o mandatário liberdade para atuar de forma significativa mais desimpedida (Côrtes, 2010, p. 56).

Pois é nesse cenário de aproximação do governo Sarney com os países vizinhos e também de maior abertura, valorização dos temas internacionais e nacionais na imprensa o jornal irá repercutir tomando partido na guerra contra as drogas. O jornal maranhense, como dito antes, desempenhava funções ligadas aos desejos sociais maranhenses de se verem socialmente representados ou ouvidos diante da onda de violência causadas pelas drogas. As mazelas das drogas eram diariamente denunciadas nas páginas desse noticiário maranhense, mas este mesmo periódico era uma forma do próprio governo alimentar ainda mais suas bases políticas internas, propagando seus feitos, como também um jeito de se articular diplomaticamente em suas relações internacionais.

Nesse sentido, o narcotráfico seria um tema que propiciava essa articulação ou era também uma maneira de articulação de combate interna ou de responder às pressões externas? Esse ensejo parece ter unido o útil ao possível naquele momento histórico. Um exemplo de sua atuação na política externa é mostrado na reportagem abaixo:

Imagem 1: Brasil e Equador assinam declaração

O ESTADO DO MARANHÃO São Luís-MA, 27 de outubro de 1989

Brasil e Equador assinam declaração

Quito — A questão da dívida externa representa uma ameaça para a paz política e social e para o desenvolvimento, advertiram ontem em Quito os presidentes do Brasil, José Sarney, e do Equador, Rodrigo Borja, em uma declaração conjunta assinada horas antes de Sarney concluir uma visita oficial de 28 horas ao Equador.

Os dois chefes de estado reiteraram o critério da corresponsabilidade entre devedores e credores na busca de meios efetivos para reduzir seu montante e o de seu serviço e para reorientar os fluxos de recursos financeiros para os países em desenvolvimento. A intensificação dos esforços coletivos é de vital importância para a superação dos obstáculos que se opõem ao tratamento econômico, crucial para reverter o estancamento ao qual está sujeita a maioria dos países da América Latina e Caribe, disseram.

Os chanceleres dos dois países assinaram, por outro lado, um ajuste a um anterior acordo de cooperação técnica na indústria naval e na construção civil, um acordo de cooperação cultural e educativa, outro de modernização dos organismos encarregados das relações exteriores e um protocolo de intenção sobre cooperação comercial.

Projeto

A balança comercial entre os dois países chegou a 141,7 milhões de dólares em 1988, com um déficit de 120,6 milhões para o Equador. Serão examinados imediatamente como a comercialização de produtos equatorianos e terrenos marcadou,

aproveitando a estrutura brasileira.

Sarney anunciou que o Brasil concedeu ao Equador um aumento anual automático de 5% das cotas fixadas aos produtos incluídos na lista de abertura de mercados, no plano da Associação Latino-Americana e Integração (Aladi). Além disso, uma comissão mista convocada por 1990 tentará resolver atrasos equatorianos a créditos brasileiros por 250 milhões de dólares.

Os presidentes manifestaram sua disposição de examinar o financiamento para a primeira fase do represa Daule-Peripa, na Península de Santa Elena, que irrigará 50.000 hectares e será construída pela Empresa Brasileira Odebrecht. Tanto o projeto, cujo custo é de 122 milhões de dólares, como outras obras de infraestrutura para as quais o Brasil mostrou disposição de conceder créditos adicionais, não falamos em números, declarou Borja.

Programa

Os chefes de estado também concordaram em estabelecer um plano básico de cooperação técnica para o biênio 1990-1991, que detalhará os programas.

Além disso, destacaram o excelente estado das relações entre os dois países, seu apoio ao tratado de cooperação amazônica e, em exercício de seus direitos soberanos, sua vontade de promover o desenvolvimento, preservar a ecologia, dar um novo impulso para a cooperação bilateral na Amazônia e apoiar a paz e a integração econômica entre o Pacífico e o Atlântico, através da região.



Sarney, em Quito, diz que os princípios nacionais estão voltados para a integração

Integração continental

QUITO — O presidente brasileiro José Sarney, defendeu ontem, em Quito, a prioridade da integração latino-americana e a vigência da democracia em seu país, antes de concluir uma visita oficial de 28 horas ao Equador.

Em uma entrevista coletiva junto a seu homólogo, Rodrigo Borja, o presidente Sarney destacou que a própria Constituição de seu país e os princípios nacionais estão orientados para a integração latino-americana.

Tenho sido um defensor desta causa, afirmou Sarney ao explicar que com sua viagem ao Equador visitou todos os países da América do Sul com regimes democráticos.

O presidente brasileiro concordou com Borja no sentido positivo que tem o problema da dívida externa e relembrou seu trabalho para que os países industrializados tomem consciência da situação.

Sarney considerou também que entre as preocupações do presidente norte-americano, George Bush, deve estar a manutenção da democracia no Brasil, enfatizando que o processo democrático brasileiro não será modificado de modo algum.

Mudança

As forças armadas do Brasil mantêm uma posição firme em termos de apoio, participação e consolidação do processo democrático, enfatizando que o Brasil de hoje não aceita nenhuma mudança neste processo que está sendo construído.

Sarney, após anunciar a formação de uma comissão de Brasil e Equador que buscará a solução dos problemas comerciais entre os dois países, qualificou sua visita ao país de herança já que é a primeira vez que um presidente brasileiro visita o Equador.

Fonte: Brasil e Equador assinam declaração. *O Estado do Maranhão*, 27.10.1989, p. 8

A reportagem trata dos objetivos de José Sarney com relação à dívida externa da América Latina visando uma Integração Continental dos países latinos com interesses comuns, inclusive o combate às drogas. Essa relação do presidente era proporcionada, porque os países de fronteiras amazônicas, naquele momento, também estavam livres de ditaduras, o que impulsionou os contatos bilaterais e trazia consigo o sonho de colaboração regional (Côrtes, 2010), usando um problema comum aos países, o narcotráfico, como estratégia de aproximação com os países vizinhos e com o maior consumidor do norte, os Estados Unidos. Nesse contexto as discussões em torno da Guerra Fria encaminharam-se para o seu epílogo a partir da segunda metade da década de 1980. Ressalta-se que a mesma notícia mencionada acima é destaque na capa do jornal, porém com o título “Brasil e Equador condenam o narcotráfico”. Certamente, o narcotráfico era uma forma de chamar atenção do leitor para outros temas que envolviam política e economia. O título é bastante chamativo e encontra-se em destaque logo abaixo do título do jornal *O Estado do Maranhão*:

Imagem 2: Brasil e Equador condenam narcotráfico



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 27.10.1989. Capa.

Seguindo a lógica da chamada grande imprensa, o jornal supracitado cuidou em criar um novo rosto para o conflito na América Latina. Um novo inimigo alinhado aos discursos oficiais. O jornal de Sarney funcionava como um importante dispositivo político que, de certa forma, ligava o Brasil aos rincões maranhenses e à América Latina, demonstrando como os problemas sociais atravessam as fronteiras bem como respaldava os interesses na aproximação das economias vizinhas, já que internamente a abertura era tímida e precisava ser segura.

2.3 O JORNAL *O ESTADO DO MARANHÃO* NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

Com o fortalecimento político e econômico de José Sarney, principalmente, após chegar à presidência sua empresa jornalística passou a transmitir notícias de maior relevância internacional, visto que no seu plano de governo era uma das prioridades assumir compromissos diplomáticos com os países vizinhos e, assim, propagandear seus feitos, acordos e viagens diplomáticas, posto que internamente ele não conseguia governar com plenitude devido aos resquícios da ditadura brasileira. Seu periódico estrategicamente o servia muito bem. Assim sendo, *O Estado do Maranhão* passou a ser objeto de barganha política e consequentemente:

O jornal teve que se submeter ao estilo da cadeia nacional de impressos. O texto passou por adequações, pois o fluxo de matérias “de fora” exigia, dos jornalistas

locais, um texto similar; a disposição das notícias e sua hierarquia também foi modificada; a prioridade passou a ser do conteúdo internacional, depois do nacional, o regional, até chegar ao local, que ficava, em sua maioria, restrito à última página (Pinto, 2018, p. 5).

Temos então uma readequação dos jornais aos temas internacionais levando a América Latina e o narcotráfico a ganhar destaque neste meio de comunicação. Esse aspecto da história do jornal é fundamental para o entendimento do porquê tais notícias são difundidas nos jornais maranhenses. Logo, a transformação na forma de impressão trouxe consequências diretas na formatação das notícias: “A quantidade de páginas dos dois jornais se manteve semelhante, no entanto, levando em consideração o maior tamanho da folha de impressão, abriu-se espaço para mais informações de todo tipo” (Cunha, 2018, p. 5). Pois:

De certo modo, os anos 1960 e 1970 foram o auge da grande imprensa tradicional, se forem consideradas a vendagem e a circulação dos diários. Eram vendidos aproximadamente 5 milhões de jornais e os diários mais influentes haviam passado por reformas recentes, tornando-se empresas mais sólidas. Também a diversificação no perfil da imprensa, com a entrada em cena de diários que disputavam o público de mais baixa renda. O acirramento da competição e as pressões exercidas pelo regime militar levariam à redução do número de jornais no início dos anos 1970, gerando fenômeno de concentração nas empresas maiores, ao mesmo tempo que as tiragens aumentavam (Motta, 2013, p. 63).

Por outro lado, visando atrair ainda mais a atenção do seu público, o jornal passou por transformações que chamavam a atenção do leitor como o uso pioneiro de imagens coloridas, passando a vivenciar em sua confecção avanços tecnológicos promissores para a época como por exemplo: o advento da telefoto, telex, policromia e da informatização. Constituindo-se um jornal moderno e atualizado, sendo assim pioneiro no uso da fotografia colorida no Maranhão²⁸: “São Luís estava entrando no roteiro de grande produção jornalística a nível regional e isso significava um avanço não só no sentido técnico, mas também político tendo em vista o papel da imprensa como mecanismo estratégico para as disputas ideológicas e partidárias” (Cunha, 2018, p. 27). Ainda sob o prisma de Cunha (2018):

O editorial inicial, escrito pelo seu fundador, descreve o objetivo do jornal: ‘Modernizar a imprensa maranhense. Inovar em termos de artes gráficas e renovar em termos de elevá-la, dar-lhe dimensão cultural, estimular vocações novas, semear ideias, discutir problemas. Um simpósio permanente sobre o destino de nossa vida, da vida de nosso Estado, da vida de nossa cidade, reflexo e alma do nosso grande povo’ (Secma, 2007, p. 185 *apud* Cunha, 2018, p. 27).

²⁸ Durante a pesquisa na biblioteca Benedito Leite, aos termos contato direto com o jornal impresso pudemos notar essas melhorias, mas certamente esse tema deverá ser abordado num outro trabalho futuro.

Na reportagem abaixo temos uma fotografia de Pablo Escobar, amplamente divulgada e que aparece outras vezes neste trabalho, mas nessa reportagem ela aparece colorida pela primeira vez no nosso recorte, centralizada, em destaque fazendo a chamada ao leitor para a página da notícia. O detalhe é que quando “as luzes se apagam” para narcotraficante colombiano, o jornal o ilumina com o seu colorido enfeitando a reportagem com os seus feitos, nem sempre criminosos em vida (iremos tratar disso no próximo capítulo):

Imagem 3: Escobar morre com tiro na cabeça



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 03.12. 1993, p. 1.

Na notícia acima, na primeira página, o jornal chama a atenção do leitor para a reportagem sobre a morte de Pablo Escobar. Na legenda lemos “Uma das últimas fotos de Pablo Escobar” a qual demonstra que o periódico se mantinha atualizado em relação ao traficante. Usa-se o termo “ontem”, na escrita da matéria, para remeter ao dia em que o traficante foi morto (2 de dezembro de 1993). Isso indica que a reportagem foi publicada logo ao dia seguinte no jornal *O Estado do Maranhão*, no dia 3 de dezembro de 1993. Muitas notícias sobre o narcotráfico eram apresentadas na capa dele. Por conseguinte, o uso da cor, sem dúvidas, passou a ser um grande diferencial também para a atração do público pela notícia:

Afirmar a novidade como termo fundamental no jornalismo significa dizer que a notícia surge historicamente para dar conta da tarefa de prover a sociedade com um relato padronizado sobre novas ações, situações, debates e opiniões, entre outros, que tenham relevância para uma coletividade (Franciscato, 2005, p. 147).

Haja vista que devemos ter em mente que não somente o exposto acima explica as reportagens em grande quantidade no jornal. Por isso, esta pesquisa buscou refletir sobre a origem dessas reportagens, uma vez que não encontramos indícios acerca de quem as escrevia por via das fontes analisadas (trabalho que pode ser realizado por intermédio das fontes orais e entrevistas com quem trabalhava na época na redação deste jornal). Percurso que não é fácil de descobrir, ao passo que as notícias não são assinadas, isto é, não sabemos quem as escreveu e, para uma investigação mais elaborada, necessitaríamos de um trabalho de levantamento de fonte oral com as testemunhas do período, o que – de fato - não é foco deste trabalho.

Porém, ao longo desta pesquisa, procuramos compreender a relação com os discursos estatais, muitos dos quais estavam alinhados com a política de guerra às drogas deflagrada pelos Estados Unidos, detectáveis no texto das notícias. Isso nos levou à seguinte indagação: como esses discursos são percebidos/obtidos pelos jornais maranhenses? Este é o ponto que iremos discutir a seguir: a disseminação e distribuição geopolítica dos discursos de guerra às drogas tendo a imprensa como principal meio de divulgação. Segundo encontramos endereçada nas nossas próprias fontes, a maioria das notícias partem da *Associated Press* (AP), uma das mais antigas agências de notícias internacionais que atuam no Brasil com sede nos Estados Unidos.

2. 4 A ASSOCIATED PRESS (AP) COMO ORIGEM DA MAIORIA DAS NOTÍCIAS

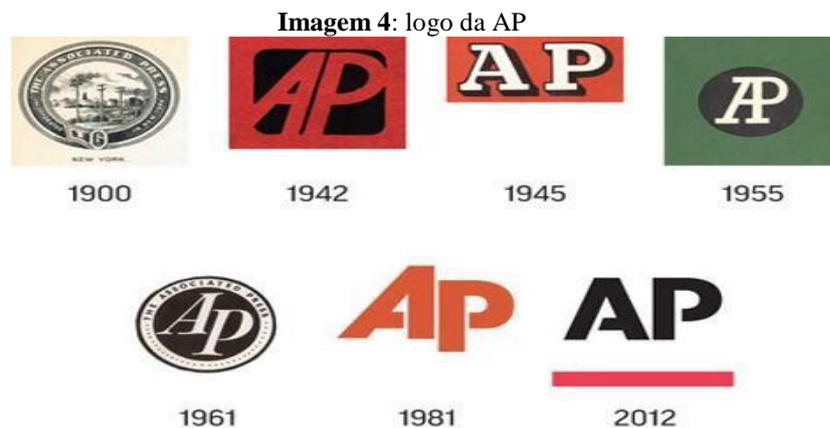
Quanto à origem da maioria das reportagens encontradas nos jornais maranhenses não sabemos ao certo quem fornecia a eles, todavia é possível afirmar que a fonte original das notícias partia da *Associated Press* ou AP (como aparece em algumas reportagens), uma das mais antigas agências de notícias norte-americana do mundo. Segundo informações que constam no site oficial da empresa, foi criada em 22 de maio de 1844. Surgiu quando cinco jornais estadunidenses da cidade de Nova York uniram-se com o objetivo de tornar os custos da cobertura da guerra contra o México mais baixos:

Em 1985 a agência modificou sua estrutura de pacotes de notícias e começou a cobrar dos jornais associados (membros) com base em suas tiragens, em vez da população de suas áreas. Depois de dominar o cenário jornalístico mundial durante mais de um século, nas décadas seguintes a AP começou a travar uma batalha feroz e desesperada contra o avanço da modernidade. Isto, porque, o modelo de negócios da AP, desenvolvido na era da informação escassa, já não funcionava mais quando o acesso

às notícias se tornou tão fácil e comum que seu preço caiu a praticamente zero. Em virtude disto, ficou insustentável manter uma estrutura com 240 escritórios e quase mil correspondentes espalhados em até 121 países. Neste período difícil, apesar de relutar constantemente contra novas tecnologias, a AP aderiu a elas como elemento vital para sua sobrevivência²⁹.

Para exemplificar, temos abaixo uma imagem que corresponde a evolução da logo da *Associated Press*. Como observado, desde de 1942, aparece a sigla “AP” nas imagens ligadas à empresa. Do outro lado, temos a foto de uma reportagem do jornal *O Estado do Maranhão* em que se denuncia a violência colombiana. Nesta reportagem, tem-se logo abaixo do título da notícia a cidade, “BOGOTÁ” e em seguida “(AP)”. Pontuamos que essas informações partiram da sede da AP na Colômbia, país tido como centro do conflito do narcotráfico na época, que por sua vez muito provavelmente recebia informações complementares da própria AP dos Estados Unidos, país que além de ser a sede internacional da agência, se comportava na década de 1980 como um dos mais interessados na disseminação e execução da “guerra às drogas”.

Portanto, esse país da América do Norte funcionava como um epicentro das principais manchetes sobre as drogas e, assim, outros países eram afetados com a grande circulação de notícias contra as drogas, já que a maioria dos países ainda dependia do jornalismo de agências internacionais, inclusive o Brasil que iniciava uma campanha nos moldes do que a imprensa internacional transmitia.



Fonte: Associated Press

²⁹ As fontes: as informações foram retiradas e compiladas do site oficial da empresa (em várias línguas), revistas (Fortune, Forbes, Newsweek, BusinessWeek e Time), sites especializados em Marketing e Branding (BrandChannel e Interbrand), Wikipedia (informações devidamente checadas) e sites financeiros (Google Finance, Yahoo Finance e Hoovers).

Imagem 5: Ministro colombiano diz que violência é grande obstáculo



Fonte: *O Estado do Maranhão*, São Luís, 23.01.1983, p. 4

Julgamos importante destacar a importância dessa agência de notícias para a compreensão da recepção pelo Estado brasileiro dos discursos contra as drogas, sobretudo, a colombiana, porque aponta numa direção que explica o excesso de citações ligadas aos postulados estrangeiros principalmente estadunidenses.

Cabe destacar que os estudos ainda são escassos sobre o jornalismo de agências no Brasil e também sobre a forte influência internacional desse modelo na imprensa brasileira. Dessa maneira, torna-se fundamental fazermos alguns comentários acerca do tema a qual deve colaborar para uma possível interpretação do porquê de os jornais maranhenses enfatizarem - com muita preocupação - em suas páginas a denominada "guerra às drogas".

Um dos estudiosos do tema no Brasil, Pedro Aguiar (2020) chama atenção para a rica e complexa tradição do jornalismo de agências de notícias no país, tendo uma longa tradição desde o século XIX denunciando também seu apagamento na historiografia da imprensa brasileira. Com isso o autor destaca que por muito tempo estudiosos cometeram erros em relação à história das agências atuantes no país. Segundo o autor supracitado, muitas informações encontram-se desconstruídas entre os pesquisadores da temática, visto que:

Em certos casos, no lugar do absoluto silêncio, uma sucessão de equívocos pouco ajuda e mais atrapalha. Barbosa (2007, p. 85), ao tentar enumerar as agências atuantes no país pelo início do século XX, erra data e títulos (diz que a AP só fornecia inicialmente ao *Correio da Manhã*, quando já incluía o *Jornal do Brasil* e *O Imparcial* de Macedo Soares entre seus clientes desde 1919) e, mais à frente (2007, p. 231), chama a Associated Press de ‘*Association Press*’. Ao longo da obra, a autora reduz a presença na imprensa nacional à francesa Havas e praticamente ignora agências brasileiras. Morais (1994, p. 266) comete o desatino de afirmar que, ao ser criada a Meridional, em 1931, ‘só existiam cinco agências no mundo’, listando Havas, Reuters, Wolff, Associated Press e United Press (em realidade, havia mais de uma centena). Logo a seguir, diz que, antes da agência de Assis Chateaubriand, ‘no Brasil, a única experiência no gênero havia sido tentada na década de 1910 por Cásper Líbero e Raul Pederneiras ao fundar a Agência Americana’, ignorando todas as precedentes, como a AAT, o Centro Telegraphico da Imprensa e a Agência Brasileira (AB, depois ABN). As duas falsidades têm sido reproduzidas em inúmeros textos acadêmicos e leigos desde então (Aguiar, 2020, p. 3).

Esse “apagão” historiográfico que a história das agências merece destaque, pois a maioria dos trabalhos que envolvem os jornais não citam a origem das notícias e, embora saibamos da importância das próprias agências brasileiras que atuavam desde o século XIX, destacamos a influência a qual os jornais maranhenses sofreram do modelo internacional de jornalismo de agências, principalmente, da *Associated Press* (AP). Sendo assim, a análise dos jornais nos permite identificar que as notícias não aparecem assinadas, mas na primeira linha da maioria das notícias aparece a cidade e logo em seguida, entre parênteses, a sigla “AP” que significa *Associated Press*.

A exemplo dessa informação podemos citar as notícias que aparecem no Caderno Internacional do jornal *O Estado do Maranhão*: “LOS ANGELES (AP)”, “BOGOTÁ (AP)”, “CARACAS (AP)”, etc. Algumas vezes, a identificação da origem das notícias aparece normalmente em caixa alta; percebe-se que a maioria das notícias vieram da Colômbia por intermédio da AP ou dos Estados Unidos também da AP. Além disso, em muitas notícias aparecem trechos de jornais supracitados colombianos, de jornais norte-americanos assim como trechos de possíveis discursos, falas de autoridades estatais e policiais contra as drogas.

À luz dessas características, Barbosa (2005) afirma que a economia de noticiários internacionais interfere diretamente na sua geopolítica, ao utilizar o material das agências de notícias internacionais localizadas, geralmente, em países centrais do capitalismo é uma forma de contribuir para a reprodução da história dos vencedores, ou seja, “é utilizar como óculos para enxergar o mundo os mesmos dos países centro do capital” (Barbosa, 2005, p. 195). Este fato em certa medida, justifica a presença e a reprodução pelos periódicos maranhenses de trechos de falas, discursos, decretos, ordens de autoridades ligadas aos países centro desse conflito e, que ao mesmo tempo, como no caso dos Estados Unidos, representa a tentativa de

homogeneização de visões do “centro” em direção às periferias, isto é, aos países que não são considerados de Primeiro Mundo.

Logo os temas ligados ao narcotráfico nas notícias advindas da AP objetivam transmitir, de maneira geral, uma visão “apartidária” e “homogênea”, seguindo a postura de mercado das agências internacionais. No entanto, não devemos deixar de atentar para o que o autor alerta ser ingenuidade: “acreditar que as agências internacionais, sediadas em países diretamente interessados em resoluções de conflitos, na ascensão ou na queda de governos, nos caminhos tomados por regiões do planeta, não [partidarizar] informações” (Barbosa, 2005, p. 195).

Existia, sobremaneira, uma preocupação do jornal maranhense em mostrar sempre os dois lados desse conflito. Geralmente as reportagens são construídas a partir da demonstração dos objetivos dos países envolvidos bem como as ações dos narcotraficantes que quase sempre aparecem justificadas, muitas vezes, como uma forma de revidar à extradição para os Estados Unidos ou até prisões de companheiros do tráfico pelas autoridades. Por vezes, fica difícil identificar se essas informações contidas nas páginas dos jornais maranhenses são retiradas desses periódicos estrangeiros como o jornal colombiano, *El Tiempo*, ou são informações obtidas da própria AP sediada nesses países ou ainda se são compradas de outros jornais brasileiros.

Todavia, ao fim e a cabo, as informações partem dessa agência de notícias, tão importante, numa era em que as informações eram ainda majoritariamente receptadas por meio impresso. Assim, tomamos como fundamental a trajetória e influência da *Associated Press* no Brasil como uma das principais fornecedoras de notícias internacionais para o jornal maranhense. Como um dos poucos e importante estudo realizado no país sobre a história das agências, temos a tese de doutorado de Maria Cleidejane Silva Esperidião (2011). Este trabalho traz uma análise sobre as agências de notícias internacionais, dentre elas, a AP. As agências mais importantes no cenário internacional que possuem alcance mundial até os dias atuais surgiram no contexto da expansão econômica do capitalismo na Europa a qual passou a contribuir com o desenvolvimento de uma rede internacional de informação, conforme fragmento abaixo:

Países do bloco capitalista controlavam o “circuito mundial de notícias através de cinco agências” e reiteravam um fenômeno econômico com os países da América Latina, consumindo os produtos industriais e comerciais do mundo desenvolvido, bem como ‘as informações dali procedentes’ (Rossi, 1980, p. 81; 89 *apud* Sotona, 2018, p. 262).

Nesse aspecto, a comunicação e o comércio passaram a andar juntos rumo ao fortalecimento do sistema capitalista que precisava cada vez mais de uma rede internacional de transporte e comunicação. Inicialmente Paris, Londres, Berlim e Nova York controlavam as rotas do comércio, concentravam os recursos e a distribuição de informação (Esperidião, 2011). Daí, se convencionou chamar de agências internacionais aquelas empresas que possuem presença dominante e constante na cadeia internacional, como por exemplo, a *Agence France Presse*, *Reuters* e *Associated Press* (*ibidem*, p. 78).

Mas, afinal, o que são essas agências de notícias? Segundo a autora supracitada:

As agências de notícias globais são organizações cuja a razão de ser continua sendo coletar e vender notícias pelo mundo para o uso da mídia varejista (principalmente jornais, emissoras e seus websites, bem como portais, sites e agregadores que se utilizam de agências) e organizações não midiáticas, incluindo organizações financeiras como corretoras de mercadoria, bancos, governos e indivíduos (Boyd-Barrett, 2008, p. 57 *apud* Esperidião, 2011, p. 79).

A AP faz parte do que se denominou chamar da *Big Four*³⁰ ou as “quatro grandes” cooperativas de imprensa. Para a criação da AP, segundo José da Silva Junior (2006) *apud* Esperidião (2011), são três as justificativas: criar uma rede de apuração que abarcasse o imenso território americano; neutralizar e atenuar os custos de uma assinatura das agências estrangeiras; aproveitar a expansão da malha ferroviária e comunicação dos Estados Unidos. O funcionamento da AP, no século XX, pode nos ajudar a esclarecer a origem, a dinâmica da distribuição das notícias que chegavam até os jornais maranhenses, bem como os discursos impregnados nos textos obtidos dessa agência.

O fluxo de notícias dos jornais maranhenses do Caderno Internacional, como já sabemos tem origem nessa agência de notícia norte-americana, por isso nos interessa saber como ela agia e fornecia essas informações a jornais tão distantes dos grandes centros distribuidores de informação e por que o tema aqui pesquisado se mostrou exaustivamente nas páginas desses periódicos brasileiros. Portanto, resgatar parte de sua história, pode em parte esclarecer o tom da abordagem do jornal.

Por muito tempo a *Reuters* e a *Havas* tiveram forte monopólio informacional sobre territórios como as colônias britânicas, China, Japão assim como os países mais notáveis da Europa e da América Latina (*ibidem*, p. 83). A exemplo do Brasil que ficou dividido entre as duas com a instalação do primeiro telégrafo em 1874. Dessa forma, algumas áreas vistas possivelmente como menos interessantes ou as áreas “neutras” ficaram abertas a “qualquer

³⁰ *United Press International, Associated Press, Reuters e Agence France Presse.*

explorador” como países da América Central e países mais remotos da Ásia e África (*ibidem*, p. 83). Assim:

Em 1918, a AP, que já se encarregava do fluxo de entrada e saída nos Estados Unidos, como membro júnior do cartel desde de 1975, negociou com a Havas uma concessão para distribuir notícias na América do Sul, bem como prospectar assinantes sul-americanos (*ibidem*, p. 83).

Pode, a partir daí, uma maior aderência de jornais brasileiros para com as notícias produzidas pelas agências internacionais. Não sabemos como se davam as negociações para adquiri-las, os intermediários, os agentes especiais ou mesmo se obtinham de jornais da região sudeste, como São Paulo ou Rio de Janeiro. Estes locais na década de 1980 se via diante da explosão da violência urbana e o aparecimento de grandes facções como Primeiro Comando da Capital (PCC). O que descobrimos é que o discurso já vinha desde a fonte, marcadamente imposto/importado por uma rede de interesses internacionais que de alguma forma culminou com os interesses nacionais estatal amplamente veiculados na imprensa.

Reiteramos que a questão demanda um estudo mais apurado das relações de produção das notícias no Maranhão, o que não é o objetivo central desta pesquisa. Estamos buscando alguns pontos de referência que expliquem a origem para as informações encontradas nos jornais ligados à história, estrutura e logística da AP, uma vez que os jornais não apresentam maiores informações, como por exemplo, o nome do redator das notícias. Para um futuro trabalho talvez seja necessário estudar essa estrutura a fim de compreender como se dar essa intermediação/comercialização das informações obtidas pelos jornais maranhenses³¹. Observada esta proposição, seguimos a discussão acerca da AP:

Essa maior cobertura da AP vai seguir alguns critérios como por exemplo, o critério histórico mantendo as bases em áreas que já tinha influência das *big four*; logístico analisando a capacidade de movimentação de cada sucursal e a sua localização em pontos estratégico; político levando em conta o controle imposto aos correspondentes; comercial caracterizando-se pela capacidade de cada país produzir notícias e, ao mesmo tempo, comprá-las; temporário, esse aspecto levava em conta os momentos de crise, qual a conjuntura, grandes tragédias, eleições de impacto global, conflitos étnicos entre outros (Esperidião, 2011, p. 86).

Consoante ao fragmento, ao olharmos o critério logístico ou temporal e atentarmos na observação das páginas do jornal *O Estado do Maranhão* percebemos essa organização. No

³¹ “A despeito das pesquisas citadas, ainda existem lacunas nos estudos voltados para o trabalho dos jornais brasileiros com material proveniente das agências internacionais de notícias, especialmente no que diz respeito ao levantamento de dados e elementos para o entendimento de momentos históricos específicos (Sotona, 2018, p. 254).”

Caderno Internacional do jornal, onde se encontram a maioria das notícias estrangeiras, vislumbramos que nas várias cidades de onde vem as informações, por exemplo, na reportagem citada abaixo, temos uma página datada em 29 de janeiro de 1988. Nela aparecem várias pequenas notícias, inclusive sobre o contexto colombiano. As reportagens apresentam na sua primeira linha a cidade de onde partiu a informação e, muitas vezes, entre aspas aparece a sigla “AP” que indica a agência de notícia de onde se originaram as informações.

Esses elementos se tornam imprescindíveis para compreendermos o teor dos discursos dessas notícias nos jornais maranhenses. Assim, percebemos que a AP muito provavelmente possuía bases em vários países da América Latina - sobretudo aqueles países que enfrentavam grandes conjunturas políticas, sociais e econômicas, como na época apareciam a Colômbia, a Nicarágua, Panamá dentre outros - também pelo mundo.

Por isso, segundo Alexandre Barbosa (2005) “a dependência das agências de notícias é comum tanto nos veículos que conseguem manter correspondentes, caso raro na imprensa latino-americana, quanto nos que não tem capital para tanto, o que é mais comum” (Barbosa, 2005, p. 194). O autor afirma ainda que a imprensa brasileira só mandava correspondentes em situações bem específicas como em casos de guerras de grandes proporções, mortes de grandes impactos ou um atentado de grande repercussão e mesmo com o envio de correspondentes era muito comum usar as agências de notícias internacionais como a fonte da notícia, geralmente como complemento ou ilustração da informação (*ibidem*, p. 194).

Sotana (2018) em um trabalho na área de História sobre as agências internacionais de notícias nos momentos iniciais da Guerra Fria e sua repercussão nos jornais brasileiros, constata que nos momentos iniciais da Guerra Fria, “o comunismo substituiu o nazismo como inimigo e foi representado, principalmente na imprensa, como a grande ameaça que [o mundo] devia combater” (Reichel, 2004, p. 207 *apud* Sotona, 2018, p. 262). Essa observação nos faz retomar o movimento que *O Estado do Maranhão* faz quando no contexto do final desse período de tensão geopolítica o periódico maranhense começa a enfatizar nos seus textos (muitos deles adquiridos da AP) que um novo inimigo surgia: o narcotráfico.

Com isso depreende-se que a imprensa brasileira já adotava os parâmetros de comunicação internacional desde as décadas anteriores ao nosso recorte, sendo o narcotráfico uma “substituição” ao tema preferido anteriormente, a Guerra Fria. E quando se tratava da Colômbia, no jornal, as guerrilhas deram lugar às denominadas narcoguerrilhas e ao narcotráfico como também ao surgimento de cartéis de droga. Ou seja, os jornais brasileiros já tinham certa experiência quanto à interferência do jornalismo internacional:

Sem diminuir o papel exercido por outros meios de comunicação para a divulgação de imagens relativas ao embate entre EUA e URSS, a imprensa escrita pode ser tomada como fonte para o pesquisador ocupado com os efeitos da Guerra Fria em território brasileiro, pois, assim como os filmes, as canções e as histórias em quadrinhos, a imprensa também produziu ‘imagens extremamente ideologizadas e estereotipadas do confronto, motivo pelo qual, tais fontes, outrora menosprezadas, têm sido reconhecidas como de grande relevância para o estudo dos efeitos gerados pela Guerra Fria ao longo do século XX’ (Munhoz, 2004, p. 275 *apud* Sotona, 2018, p. 256).

Este movimento percebido por Sotona (2018) pode servir-nos de parâmetro comparativo no que diz respeito ao narcotráfico tendo em vista o iminente esfriamento do conflito leste-oeste. O narcotráfico passa a figurar nas agências internacionais como tema principal carregado de um viés ideológico. Esses veículos passam a vender imagens estereotipadas desse novo inimigo que surge. Outro ponto a considerar é “que as agências distribuía textos “a partir de uma perspectiva particular”, relacionada à cultura ou a política governamental do seu país de origem (Moreira, 1996, p. 23 *apud* Sotona, 2018, p. 262).

Por isso a forte apelação dos textos jornalísticos brasileiros quando remetiam a essas temáticas internacionais como o narcotráfico: “Assim, os EUA se transformavam em centro a partir do qual as agências internacionais de notícias recebiam e divulgavam informações aos jornais brasileiros” (Sotona, 2018, p. 262). No entanto, esta análise, até mesmo pela falta de estudos sobre³², deve ser tomada a partir de certas ponderações para não incorreremos ao erro de analisar essas notícias apenas como meras reproduções mecânicas pelos jornais brasileiros, pois:

É preciso indicar, entretanto, que os textos não foram reproduzidos mecanicamente pela imprensa do Brasil. Os jornais selecionavam, traduziam e recortavam o material noticioso proveniente das agências internacionais de notícias e escolhiam o espaço para vinculá-lo. E, esporadicamente, criticavam a qualidade do material recebido e suspeitavam da sua neutralidade (Sotona, 2018, p. 273).

Pelas informações listadas acima, notamos que a imprensa brasileira adquiria notícias para seus Cadernos Internacionais de agências (também) externas. Naquela época, as agências estadunidenses prevaleciam pondo os EUA como país central, justamente porque era de lá que vinha todo o peso ideológico das notícias, embora, como apontado acima, nem sempre os jornais brasileiros não reivindicassem uma melhor qualidade das informações. Nessa linha

³² Segundo o autor sobre o que ressaltou Bourdieu, “é fundamental refletir sobre como “são informadas as pessoas encarregadas de nos informar” e entender que os jornalistas mantêm relações de troca muito complexas com as agências internacionais de notícias, tema que carece, certamente, de estudos numa perspectiva histórica. Bourdieu (1997, p. 35 *apud* Sotona, 2018, p. 273).

também, acreditamos ter seguido o jornal *O Estado do Maranhão*, porquanto era uma prática de muitos jornais antes mesmo da década de 1980 quando recebiam as notícias por vias telegráficas, historicamente:

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* recorreram às agências Reuters, United Press International e Associated Press International para produzirem o noticiário internacional e municiarem os redatores dos seus editoriais, mas também de olho no alinhamento do governo brasileiro às diretrizes estadunidenses e, com frequência, alimentados por uma tradicional posição anticomunista e ambicionando abocanhar uma fatia maior das verbas publicitárias provenientes de empresas multinacionais que se mostravam promissoras na órbita capitalista do planeta (Sotona, 2018, p. 273).

Ainda que com eventuais críticas e desconfianças, a opção dos periódicos brasileiros contribuiu para o fortalecimento da “ordem americana” (*ibidem*, p. 273). Este fato explica em parte a presença norte-americana nas manchetes maranhenses, irradiando toda uma pressão para que o país se envolvesse de forma mais incisiva no conflito contra as drogas, especialmente, a cocaína e o flagelo do narcotráfico que se espalhava por várias regiões. É interessante frisar que não só as notícias acerca do narcotráfico, mas quase todas as outras de cunho internacional tinham como fonte as agências mais prestigiadas como *Agence France-Presse* (AFP), uma agência de notícias francesa, considerada uma das mais relevantes no mundo, fundada em 1835 e a AP.

Imagem 6: terroristas promovem explosão na Colômbia



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 14.05. 1990, p. 6

Na reportagem acima notamos que a AP era responsável pelas notícias da América Latina “México (AP)”, “Bogotá (AP).”³³ Já a AFP noticiava predominantemente as notícias vindas da Europa e da África, “Nova Deli (AFT)”, “Cidade do Cairo (AFP)”. Sobre o conteúdo da notícia trata-se de um conjunto de textos os quais se referem a presença marcante das drogas na Colômbia e dos constantes atentados cometidos a mando de Pablo Escobar.

Partindo deste conhecimento prévio sobre a influência internacional no jornalismo brasileiro, iremos discutir as representações sobre as drogas no jornal maranhense tendo como base o contexto nacional e internacional. Para tanto, as informações publicadas no jornal contribuirão para a construção de imagens representativas no que tange ao narcotráfico e uma consequente imaginação social sobre as drogas e as formas de combatê-las.

2.5 A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE AS DROGAS NO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO NA CIDADE DE SÃO LUÍS

A imprensa destaca-se como uma arena de múltiplas ideias e espaço de embates políticos e sociais. O jornal, por sua vez, funciona como uma “mina do acontecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas [...]. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas” (Capelato, 2000, p. 120). E é partindo dessa compreensão nos elucidará as fontes impressas, em sentido de conhecer mais a sociedade maranhense na década de 1980 que, por sua vez, passava por algumas mudanças significativas e também começava a enfrentar um problema a qual ganhava as principais cidades da época - o aumento das drogas.

Num contexto mais amplo, o Brasil sem dúvidas ocupava um papel importante no que diz respeito ao combate às drogas ou pelo menos precisava adotar políticas que combatessem a onda de violência que adentrava os morros e favelas de cidades tidas como cartões-postais como o Rio de Janeiro. Mas como essa questão era vivenciada nas cidades mais afastadas dos grandes centros marcados pela violência, diariamente noticiados na grande imprensa? Embora não tenhamos encontrado trabalhos que discutam este ponto é necessário, ainda que de caráter preliminar, contextualizar a cidade-sede deste jornal. E quais são os jogos e intenções por trás da ampla divulgação? Longe de serem imparciais, as notícias podem nos contar um pouco mais e assim nos auxiliar na compreensão desse tema tão complexo que é o narcotráfico.

³³ Nessa página aparece “Moscou (AP)”, no entanto é muito raro.

Aliado a isso, o contexto histórico de São Luís na década 1980 mostra que houve um significativo avanço da política de modernização empregada pelo grupo político que mantinha estreita relação com o periódico. Neste período o Maranhão passava pela implementação de projetos que iria dinamizar bem como contribuir para uma maior circulação de pessoas e mercadorias:

Passou por transformações qualitativas, sobretudo a partir do II PND quando as regiões Norte e Nordeste, finalmente, passaram a ser o carro chefe de grandes projetos industriais (baseados na exploração e ou produção de ferro, aço, celulose e alumínio). A dinamização desse processo permitiu a instalação de megaprojetos industriais hegemônicos pelo Programa Grande Carajás (PGC), no bojo do qual o Maranhão se reestrutura e volta a se inserir na dinâmica do capitalismo internacional como corredor de exportação de minério de ferro (Barbosa; Almeida, 2013, p. 41).

Essas transformações levaram ao surgimento e a abertura de novas estradas e rodovias, interligando regiões que antes não se conectavam tão fácil. Dada a conjuntura da globalização dos mercados, a maior fluidez dos capitais por meio da internacionalização do sistema financeiro, a aceleração dos meios de transportes e a revolução das telecomunicações desenharam uma realidade altamente propícia para o avanço acelerado do crime organizado (Couto, 2019). À luz deste contexto, o acesso ao Maranhão pelo narcotráfico, sem dúvida, foi facilitado, pois:

[..]as rodovias, desde sua implantação tiveram intensa participação na vida de muitas pessoas que precisavam se deslocar pelo território amazônico e nacional; a ferrovia, também contribuiu para o deslocamento de pessoas e, principalmente minérios e outras mercadorias, em nível regional; os portos com a finalidade de interligar o Brasil ao resto do mundo, também trazem contribuição notável ao país (Santos, 2009, p. 7).

Os grandes projetos econômicos legalizados passaram a fazer parte da nova dinâmica comercial capitalista maranhense, mas também se observa um crescimento assustador do consumo e tráfico de drogas entre os maranhenses, seus reflexos aparecem nas notícias aqui estudadas. Como dito anteriormente, a economia das drogas não era somente local, mais seguia a tendência internacional, transnacional e global. Ou seja, suas ramificações percorriam fronteiras muito extensas para além da floresta Amazônica e dos países latino-americanos produtores de cocaína. Dessa maneira:

Analisando as fontes dos jornais publicadas nas décadas de 1980 e 1990 e as avaliações das transformações urbanas realizadas por historiadores [...] é possível reconstituir o cenário de uma cidade em transformação, onde o aumento da população, as obras públicas realizadas e o sentimento de progresso e desenvolvimento que estas mudanças provocaram ocupavam um lugar paralelo aos problemas de saneamento

básico e pavimentação de ruas e o assustador fantasma da violência urbana que, hora parecia superada, ora ressurgia em todo ímpeto, potencializada, seja pela ação de assassinos e traficantes, seja pela incompetência ou conivência da polícia e da Justiça (Brito, 2012, p. 173).

A problemática das drogas já era uma preocupação recorrente das autoridades do Maranhão. Um estudo geográfico de Fernandes (2018) aponta o bairro da Divinéia, em São Luís, como um local que funcionava como um ponto de chegada dessas drogas em solos maranhenses por meio dessas rotas alternativas, já que as fronteiras para os Estados Unidos, na sua grande maioria, estavam bloqueadas. Sendo assim, cidades como São Luís “tornam-se ‘nós’ pelos quais conectam fluxos de drogas que abastecem os mercados. Assim, as cidades enquanto ‘nós’ de uma rede são importantes para a fluidez da droga” (Couto, 2019, p. 129).

Portanto, os negociantes criminosos investiam em novas rotas: “os principais locais de origem dos materiais que servem a produção das drogas (...) na Divinéia são do Paraguai e o Pará, este último seja o corredor dos narcóticos de cocaína oriundos da Colômbia e do Peru” (Fernandes, 2018, p. 302). Esse movimento não passou despercebido pela polícia ou pela imprensa maranhense que passaram a fomentar constantemente a necessidade urgente de combater este tipo de crime cada vez mais presente no norte e nordeste do Brasil, visto que:

O aumento da ocorrência de matérias comunicando prisões em *blitz* realizadas pela Polícia Federal sugere que, ao longo da década, os agentes da lei intensificaram o combate a esta prática criminosa, o que levou os criminosos a buscarem caminhos alternativos para o escoamento das drogas e a manutenção do tráfico (Brito, 2012, p. 173).

Partindo disso, podemos depreender que as representações das drogas na imprensa, partia também de uma realidade experimentada na prática dos maranhenses e dos jornalistas que publicaram as manchetes. Isto é, o jornal cumpria um papel importante na denúncia daquilo que o Estado e a polícia não conseguiam controlar – o narcotráfico. Assumindo, em parte, um caráter “pedagógico” para os efeitos narcóticos da droga tão midiaticizada. Não sendo à toa que quem fala são as autoridades tidas como especialistas no assunto: médicos, policiais, presidentes e economistas.

Por isso, diante da falta de sucesso nas investidas contra tráfico e narcotráfico criou-se, por outro lado, as figuras representativas desse outro oposto – lado obscuro, violento, perigoso e terrorista. A exemplo temos a figura de Pablo Escobar. E quando este é eliminado, é dado espaço para que outro inimigo construa sua imagem nesse espaço de representação. Porém, o narcotráfico configura-se num campo mais amplo como se não tivesse fim. Uma guerra contra um inimigo que não se localiza em um único local, pois: “a inquietação causada

por essa prática proibida é intensa, porque ela é apresentada como um inimigo sem rosto, uma força potente e difusa difícil de ser localizada se oculta como um animal artiloso” (Rodrigues, 2012, p. 7 *apud* Couto, 2019, p. 7). Enfim, que os jogos recomessem novamente!

Logo, a representação social:

[...] é o reflexo das relações complexas, reais e imaginárias, objetivas e simbólicas que o sujeito mantém com o objeto. Essas relações fazem da representação um sistema simbólico organizado e estruturado, cuja função primordial é a apreensão e o controle da realidade, permitindo sua compreensão e interpretação. Em outras palavras, a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade, que dirige as relações dos indivíduos com seu entorno físico e social, já que determina seus comportamentos, condutas e práticas. É um guia para a ação, que orienta tanto as ações como as relações sociais, e também um sistema de pré-modificação da realidade, dado que determina um conjunto de antecipações e expectativas (Morera *et al.*, 2015, p. 1060).

Para tanto, a imprensa desempenha seu papel de tornar aquele objeto mais conhecido, tomando a realidade das drogas para modificar o comportamento social. Orientando as ações que deveriam ser tomadas para combatê-las. O objeto da representação, neste caso, as drogas são ou não vistas, consumidas ou não, estão presentes na sociedade via imagens, dos textos nas notícias passando também a modificar as suas relações - sejam imaginárias ou reais. Dessa maneira a:

Representação caracteriza-se, então, pela relação entre o signo e o objeto. Representar é, portanto, estar no lugar de outro, de tal forma que, para uma mente interpretante, o signo é tratado como sendo o próprio objeto, em determinados aspectos (Gambarato, 2005, p. 211).

Entendemos, assim, que o signo é um objeto que representa outro, ou seja, está no lugar de outro, diferente dele mesmo. Isso nos faz refletir acerca do significado do objeto representado e seu signo, pois “a significação é uma representação (...) o signo conduz imediatamente ao significado, sem a presença de intermediários. O signo não está fixado a um só significado, o da coisa em si. Ele apenas a representa sob algum aspecto” (*ibidem*, p. 207).

A exemplo de um desses aspectos representativos sobre as drogas, temos a própria representação da Colômbia como um território dominado pelo narcotráfico:

Imagem 7: Colômbia destaca força de elite contra crime



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 29. 04. 1990, p. 9

Na imagem acima percebemos a intenção do jornal de apresentar a Colômbia por intermédio de um mapa do país representando seu território, muito provavelmente desconhecido pelo público do jornal. Uma oportunidade de mostrar o país de que tanto se falava nas reportagens. E abaixo na legenda lê-se “A Colômbia está com seu território submetido aos traficantes”. O país sempre citado e alvo de centenas de reportagens agora aparece para o público por um mapa e, dessa forma, cria-se a imagem mental daquele território. Demonstrando que ele “existe”, pintando-o com um significado o qual poderia até não ser o seu real, apenas imaginário. Isto é, num outro contexto ou época histórica esse mapa colombiano poderia ter um significado distinto que não remetesse ao um território dominado pelo tráfico.

No entanto, nesse contexto, ele assume a responsabilidade de representar uma realidade tomada pela violência. Tomar o lugar da coisa é tornar possível o seu significado. Para isso conta com a ação do signo que consegue se realizar de forma intencional no imaginário social pelas representações como esta - atribuindo sentido. Nesse sentido:

A atividade do pensamento constrói signos-conceitos a partir da coisa percebida. O signo-conceito, gerado por meio do processo de semiótica (ação do signo), é aquele que apresenta ao intelecto um objeto intencional. Este não é, necessariamente, um objeto no mundo que obsta ao pensamento, pode não existir no mundo, mas se realiza na mente. Objeto intencional é, portanto, um possível lógico. O possível é anterior ao existente (Gambarato, 2005, p. 208).

Segundo Capelato (2000) existe uma relação lógica entre linguagem, símbolo, imaginário e representação. O que a imagem representa? A imagem exerce função simbólica estabelecendo comunicação. Esse simbolismo é necessário para a capacidade de imaginar. Imaginar é conceber aquele território como epicentro da cocaína e do narcotráfico. A linguagem simbólica se torna comunicável por intermédio do que está posto na imagem do país, veiculada na imprensa e dos inúmeros textos sobre o problema (Castoriadis, 1982, p. 154 *apud* Capelato, 2000), reiteramos:

O símbolo é um signo implicado numa relação de representação e a representação é a imagem mental mediada, tornada possível, pelo uso dos signos. A relação simbólica, entre o signo e o que ele dá a conhecer, é, portanto, uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar com o recurso ao imaginário (Capelato, 2000, p. 128).

Diante o trecho, esse recurso ao imaginário permite a formulação das representações sobre as drogas. Essas relações também envolvem uma concordância com o discurso. Uma conjunção entre representação e poder: “ou seja, o poder se dá representações, produz representações de linguagem e imagem. Por outro, que a ‘representação’, o dispositivo da representação produz seu próprio poder, produz-se como poder” (*ibidem*, p. 229). É refletindo justamente sobre a relação entre os sujeitos envolvidos e o lugar do Maranhão como território-rede para o desenvolvimento do narcotráfico que buscaremos investigar a construção na imprensa maranhense de suas representações e dos imaginários sociais articulados na guerra às drogas.

3 A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE AS DROGAS NA IMPRENSA: O LUGAR DO MARANHÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COMBATE AO NARCOTRÁFICO

3.1 DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS NA IMPRENSA MARANHENSE: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO LÍDER DO NARCOTRÁFICO

Foram muitos os personagens forjados na imprensa quando se tratava de “coisificar” ou mesmo criar um rosto para um inimigo. Movimento este que perpassa pela representação que fazem do objeto da representação. A construção da imagem do líder do narcotráfico na América Latina na década de 1980 não fugiu a essa regra tendo a imprensa papel fulcral nesse processo.

Por meio da representação, foi alicerçado um conjunto de classificações, divisões e hierarquizações que passaram a definir a compreensão do mundo social ligado ao narcotráfico. Segundo Magalhães (2016) as representações pelo viés de seus discursos - aparentemente neutros - estão sempre articulando estratégias de poder e dominação. Dessa forma são criadas algumas classificações como os “cartéis da droga”, por exemplo, cuja imprensa maranhense definia em suas manchetes como: “tenebrosas organizações que administram o multimilionário negócio”, “a maior organização Mundial” de Pablo Escobar como o “líder máximo”; “líder mafioso”; “mandante”; “lendário criminoso”, “czar da droga”; “chefe”, “narcotraficante mais poderoso do mundo” e “o inimigo público número 1 do povo colombiano”.

Essas categorias, portanto, funcionam como projeções que se construiu ao longo da grande exposição desses elementos na sociedade por intermédio dos meios de comunicação. Diante disso:

O caráter social da representação deriva-se da utilização de um sistema de códigos e de interpretações fornecidas pela sociedade ou da projeção de valores e de aspirações sociais. Nesse sentido, a representação é também considerada como a expressão de uma sociedade específica (Morera *et al.*, 2015, p. 1061).

Essas categorias e o grande destaque atribuído pelos jornais maranhenses à perseguição aos narcotraficantes na Colômbia nos surpreendeu quando realizamos uma pesquisa inicial de PIBIC durante a graduação que resultou num trabalho monográfico. Durante o período, catalogamos ao todo, nos dois jornais estudados na época, *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* cerca de 369 notícias. Para este trabalho de dissertação, escolhemos trabalhar a

análise da fonte fundamentalmente com o jornal *O Estado do Maranhão* (embora em alguns momentos recorremos a algumas reportagens do *O Imparcial* para reforçar o relato do *O Estado do Maranhão* sobre um mesmo fato noticiado), onde localizamos um maior quantitativo de reportagens. Esse periódico - escopo dessa pesquisa - chegou a publicar, somente em 1989, 104 manchetes. Observe na tabela abaixo a quantidade de notícias ligadas ao tema em cada ano do recorte:

Tabela 1: Número de reportagens no jornal O Estado do Maranhão por ano entre 1984-1993

Número de reportagens no jornal <i>O Estado do Maranhão</i> por ano		
Ano	Quantidade de reportagens	Jornal
1983	2	O Estado do Maranhão
1984	10	O Estado do Maranhão
1985	5	O Estado do Maranhão
1986	13	O Estado do Maranhão
1987	12	O Estado do Maranhão
1988	24	O Estado do Maranhão
1989	104	O Estado do Maranhão
1990	71	O Estado do Maranhão
1991	23	O Estado do Maranhão
1992	29	O Estado do Maranhão
1993	24	O Estado do Maranhão
Total	315	

Os anos finais da década de 1980 ficaram marcados pelo acirramento da guerra do Estado colombiano e o estadunidense contra os narcotraficantes. Findando a Guerra Fria em 1989, os Estados Unidos assumiram a hegemonia regional na América Latina. Sendo assim, políticas que antes estavam voltadas para combater os movimentos insurgentes comunistas nos países latinos, se voltaram agora para a eliminação do tráfico de drogas nos países andinos, especialmente, Colômbia, Peru e Bolívia (Guzzi, 2008).

O que não significa dizer que essas diretrizes antidrogas já não existiam. Na realidade, as medidas contra o tráfico de drogas são anteriores e remetem ao governo do presidente estadunidense Richard Nixon (1969-1974) que passou a utilizar o discurso antidrogas para intervir nos principais países produtores de drogas, embora na década de 70 os norte-americanos enfrentassem alguns problemas como a crise do petróleo e os escândalos envolvendo o próprio Nixon.

Essa estratégia geopolítica foi retomada com força na década de 1980 durante os dois mandatos seguidos de Ronald Reagan (1982-1989) e o mandato de George Bush, pai, (1989-1993) que levaram ao recrudescimento do combate ao tráfico de drogas (*ibidem*, p. 27). Assim,

como já demonstrado no capítulo anterior, o conhecimento da conjuntura geopolítica nas Américas e, principalmente, o conhecimento das relações entre Colômbia, Estados Unidos e Brasil mostram-se de extrema importância para a compreensão das temáticas divulgadas na imprensa maranhense.

3.1.1 O enfraquecimento das guerrilhas e a ascensão do narcotráfico

Desde o início da década de 1980 notamos maior destaque para os crimes ligados ao narcotráfico na imprensa maranhense. As negociações de paz com as guerrilhas e o fim próximo da Guerra Fria surtiria efeito para a ascensão dos discursos em torno da questão das drogas na América Latina. Os discursos proferidos criaram um novo inimigo - o narcotráfico. Esse tipo de discurso, como consequência, exacerbava o medo da população em relação aos usuários de drogas. Assim, a política de combate às drogas ganhava cada vez mais espaço na agenda norte-americana e, sobretudo, nas relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina. Em 1986, Belisário Betancur (1982 - 1986), deixa o governo da Colômbia e o periódico aqui estudado, assim conclui os feitos desse mandato:

O presidente Belisário Betancur termina amanhã seu período constitucional de quatro anos em meio ao reconhecimento quase geral de ter sido um governante honesto, esforçado e bom, embora no balanço final deixe sem resolver os problemas fundamentais no país: o restabelecimento da paz, o tráfico de drogas e o desemprego. Na busca de uma paz negociada com as guerrilhas esquerdistas na luta frontal com as quadrilhas de traficantes, Betancur e seus ministros jogaram todas as cartas e puseram em jogo suas vidas, conseguindo avanços significativos, mas deixando um rastro de luto [...] (*O Estado do Maranhão*, 06. 08. 1986, p. 6).

Embora esse presidente não tenha conseguido vencer a luta contra os narcotraficantes, exerceu importante papel no sentido de tentar negociar a paz na Colômbia. O jornal faz esse balanço tendo em vista os diversos atentados sofridos por políticos e também pelo assassinado de muitos juízes e pessoas ligadas à imprensa a qual denunciavam constantemente os narcotraficantes e grupos paramilitares.

Betancur foi sucedido pelo presidente liberal Virgilio Barco (1986 - 1990). Este almejava fazer algumas reformas e criar marcos legais para combater as guerrilhas. Porém, desde o início de seu governo sofreu alguns golpes dos narcotraficantes. Logo em 1986 assassinaram o diretor do jornal *Occidente*, Raul Enchavarría, posteriormente foi a vez famoso e respeitado diretor do jornal *El Espectador*, Guillermo Cano, apenas cinco dias depois da Corte Suprema suspender o Tratado de Extradição. Como consequência, Barco respondeu com uma

“guerra total” contra o narcotráfico e passou a tratar a Colômbia como vítima de um problema e negócio global que não podia ser resolvido sem a ajuda de outros países consumidores ou produtores, mantendo a extradição como forma de pressionar os criminosos (Melo, 2017).

Na reportagem abaixo, ao ser perguntado sobre qual seria o lado vencedor da guerra contra os traficantes, parafraseando Barco, para vencer tal conflito a Colômbia precisaria do apoio internacional e que os objetivos dos criminosos era enfraquecer as instituições democráticas da Colômbia, por isso “Vamos ganhar a guerra. São eles que vão fracassar, e a Colômbia, uma das democracias mais antigas da América Latina, sairá fortalecida dessa nova prova” (*O Estado do Maranhão*, 06. 08. 1986, p. 6), afirmou o presidente colombiano à revista *ABC de Madri*, segundo consta na reportagem do jornal maranhense:

Imagem 8: Barco: ‘Com crime não há diálogo’

O ESTADO DO MARANHÃO

Descoberto complô para raptar filha de Barco

Bogotá — A polícia colombiana descobriu um dos planos mais ousados das máfias do narcotráfico que previa o sequestro de uma filha do presidente Virgílio Barco e atentados contra outras pessoas.

Os detalhes foram divulgados ontem na edição do jornal *El Tiempo*. Além da filha do presidente, entre os ameaçados figuravam o senador e pré-candidato presidencial Hernando Duran Dussan, o general Miguel Maza Marquez, diretor do D.A.S. (Departamento Administrativo de

Segurança), e o coronel Oscar Pelaez, diretor da Polícia Secreta (F-2).

O general Maza Marquez saiu ileso meses atrás de um atentado com um carro-bomba quando se dirigia a seu escritório em Bogotá.

As informações sobre o plano das máfias foram obtidas pela polícia de três sicários - Jesus Corté, Cuilelmo e Jesus Laverde - que pediram em troca o perdão judicial por sua participação no assassinato do ex-pré-candidato presidencial liberal Galán Sarmiento.

Também se soube que o *Cartel de Medellín* pretendia assassinar o líder do Partido Comunista Colombiano, Gilberto Vieira.

Em relação ao coronel Oscar Pelaez, chefe da polícia colombiana, síncios do cartel queriam matá-lo por ter ordenado a captura de vários homens de Gonzalo Rodríguez Gacha (*ou El Mexicano*), na jurisdição de Facho, 50 quilômetros a Noroeste de Bogotá.

Barco: ‘Com crime não há diálogo’

Madri — “Com criminosos comuns, com assassinos sem entrâncias, com aqueles que buscam acabar com a democracia e a liberdade de imprensa, com aqueles que envenenam os jovens de todo o mundo e matam homens de bem para proteger sua criminoso empresa do vício, não há diálogo”, diz o presidente da Colômbia, Virgílio Barco, em uma entrevista publicada ontem pela revista dominical do jornal madrilenho *ABC*.

O presidente colombiano acrescenta que dialogar com criminosos desta natureza é simplesmente dar aparência de honestidade ao crime.

“Essa é e tem sido a posição inflexível deste governo”, afirmou, acrescentando que os narcotraficantes não têm lei e a Colômbia não é sua pátria.

Confisco de bens

Com relação a se dão bons os resultados da ação empreendida contra o tráfico de drogas, Barco diz que os resultados permitem que sejam otimistas, pois foram desmanteladas muitas bandas criminosas a serviço do tráfico de entorpecentes e confiscados bens, aviões, helicópteros, veículos, ativos financeiros e propriedades cujo valor atingem muitos bilhões de pesetas.

“Os narcotraficantes já não contam na Colômbia com uma infraestrutura logística e de segurança que lhes permita viver tranquilamente, porque as pessoas, os colombianos de bem se levantaram contra o terrorismo e os ‘capões’ tem lugar seguro para se esconder. A capacidade dos ‘trafantes’ de continuar com o tráfico de drogas diminuiu consideravelmente”, disse Barco.

O presidente colombiano aceita que em seu país existe pobreza, mas seu mesmo tempo diz que “a luta contra a pobreza é o maior firme compromisso deste governo”.

Contra o terrorismo

Em respeito ao que está fazendo o governo colombiano para acabar com os grupos paramilitares, Barco expressou que desde o começo, seu governo tem empreendido uma luta frontal não apenas contra o narcotráfico, mas também contra todo o tipo de terrorismo e seus dirigentes. “Por isso, esta luta é crucial para a democracia colombiana”.

Os propósitos que escondem

afirmações de outros caráter são muito claros: desprestigiar o braço armado da democracia, que são nossas forças armadas, para debilitar sua vontade de luta. Nosso exército é verdadeiramente um exército do povo, dos colombianos. Na Colômbia, nos sentimos orgulhosos de que nossas forças armadas tenham uma tradição de lealdade democrática que se destaca no contexto da história da América Espanhola”.

Ação Internacional

O presidente colombiano acredita, porém, que nas forças armadas ocorrem casos isolados em que algum membro da instituição viola a lei.

“Nesses casos, não existe tolerância alguma e são aplicados todas as sanções previstas”, disse Barco.

Com relação aos direitos humanos o presidente da Colômbia afirma que está deploravelmente equivocados aqueles que imaginam que os direitos humanos são para nós um assunto secundário ou que pode ser adiado.

“O respeito aos direitos humanos é a base da convivência na Colômbia. Asseguro que a plena vigência dos direitos humanos na Colômbia é neste momento talvez o nosso maior desafio”.

Perguntado sobre quem vai ganhar a guerra contra o narcotráfico, Barco disse que para ganhar tal guerra é necessária uma ação internacional concertada, pois somente pela cooperação internacional a Colômbia conseguirá vencer os narcotraficantes que “pretendem destruir a vontade do povo e debilitar nossas mais preciosas instituições”.

“Vamos ganhar a guerra. São eles que vão fracassar, e a Colômbia, uma das democracias mais antigas da América Latina, sairá fortalecida dessa nova prova”, afirmou Barco.

O presidente colombiano V. Barco

Contra o terrorismo

Em respeito ao que está fazendo o governo colombiano para acabar com os grupos paramilitares, Barco expressou que desde o começo, seu governo tem empreendido uma luta frontal não apenas contra o narcotráfico, mas também contra todo o tipo de terrorismo e seus dirigentes. “Por isso, esta luta é crucial para a democracia colombiana”.

Os propósitos que escondem

afirmações de outros caráter são muito claros: desprestigiar o braço armado da democracia, que são nossas forças armadas, para debilitar sua vontade de luta. Nosso exército é verdadeiramente um exército do povo, dos colombianos. Na Colômbia, nos sentimos orgulhosos de que nossas forças armadas tenham uma tradição de lealdade democrática que se destaca no contexto da história da América Espanhola”.

Ação Internacional

O presidente colombiano acredita, porém, que nas forças armadas ocorrem casos isolados em que algum membro da instituição viola a lei.

“Nesses casos, não existe tolerância alguma e são aplicados todas as sanções previstas”, disse Barco.

Com relação aos direitos humanos o presidente da Colômbia afirma que está deploravelmente equivocados aqueles que imaginam que os direitos humanos são para nós um assunto secundário ou que pode ser adiado.

“O respeito aos direitos humanos é a base da convivência na Colômbia. Asseguro que a plena vigência dos direitos humanos na Colômbia é neste momento talvez o nosso maior desafio”.

Perguntado sobre quem vai ganhar a guerra contra o narcotráfico, Barco disse que para ganhar tal guerra é necessária uma ação internacional concertada, pois somente pela cooperação internacional a Colômbia conseguirá vencer os narcotraficantes que “pretendem destruir a vontade do povo e debilitar nossas mais preciosas instituições”.

“Vamos ganhar a guerra. São eles que vão fracassar, e a Colômbia, uma das democracias mais antigas da América Latina, sairá fortalecida dessa nova prova”, afirmou Barco.

ATM Turismo
Rua 2, N.º 398 - São Francisco
São Luís - MA
FONE: 227-4564

FARMÁCIA GIRASSOL

Fonte: *O Estado do Maranhão*, 06. 08. 1986, p. 6

A foto do presidente colombiano aparece no centro da página do jornal *O Estado do Maranhão* e, nesta reportagem, assim como em outras o político é colocado como aquele que definitivamente está vencendo os narcotraficantes. No período de seu governo, o periódico maranhense aumentou consideravelmente o número de reportagens a respeito do tema. Ademais, em seu mandato costumava afirmar que com as quadrilhas narcotraficantes não

haveria diálogo. E que “essa é e tem sido a posição inflexível deste governo”, afirmou, acrescentando “que os narcotraficantes não têm lar e a Colômbia não é sua pátria” (*O Estado do Maranhão*, 06. 08. 1986, p. 6).

Em outra reportagem com o título *Presidentes examinam plano para erradicar narcotráfico*, alguns presidentes como George Bush, dos Estados Unidos, Virgílio Barco, da Colômbia; Alan Garcia, do Peru; Jaime Paz Samora, da Bolívia “lançaram ontem o exame de um ‘plano integral’ para erradicar o narcotráfico, atacando com medidas repressivas e preventivas todos os escalões da cadeia de produção, distribuição e consumo de cocaína” (*O Estado do Maranhão*, 16. 02. 1990, p. 9). O plano tinha como principal objetivo “pôr fim a anos de recriminações sobre a responsabilidade do problema dos narcotráficos era dos países produtores ou dos consumidores de drogas, abrindo uma nova era de operações unilaterais para combater um dos maiores flagelos da humanidade” (*O Estado do Maranhão*, 16. 02. 1990, p. 9).

Imagem 9: Presidentes examinam plano para erradicar narcotráfico



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 16. 02. 1990, p. 9

Destarte, é a primeira vez que notamos uma preocupação do jornal em não escolher culpados, pois, segundo a historiografia, os Estados Unidos sempre se comportaram como um país-vítima e usando esta desculpa para intervir nas regiões afetadas. No início de 1990 a posição norte-americana continuava com as mesmas características. O fato de a guerra contra as drogas ter ganhado mais destaque entre os principais jornais pelo mundo fez com que os

Estados Unidos funcionassem como aqueles iriam prover apoio financeiro e econômico para a Colômbia e até mesmo para o Brasil.

Nas entrelinhas do jornal, os países produtores e responsáveis pelo problema ainda são os países latinos responsáveis pela produção. Na mesma reportagem num tópico denominado “Plano quinquenal”, o jornal afirma que Bush anunciou esse plano de ajuda econômica no montante de 2,2 bilhões de dólares para as três nações sul-americanas que têm a chave para deter a produção de coca, seu refino e exportação para o mercado norte-americano, além de negociações de acordos bilaterais e multilaterais de cooperação econômica, como também medidas de controle contra o narcotráfico. A notícia reitera alguns discursos proferidos durante o encontro de autoridades dos principais países envolvidos no debate. Por fim, ao centro da notícia aparece uma foto de Alan Garcia com a legenda “Alan Garcia fala em reunião de cúpula contra as drogas que acontece em Cartagena”.

3.2 COMBATE AO NARCOTRÁFICO E AO TERRORISMO: OS USOS POLÍTICOS DO PROBLEMA DO TRÁFICO DE DROGAS NA COLÔMBIA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

Ao longo de todo o recorte da pesquisa encontramos diversas menções às ações dos traficantes de cocaína da Colômbia, assim como a Pablo Escobar como “terrorista”, “terror ataca”, “traficante terrorista”, etc. Entendemos que a forma como o jornal usa o termo deve passar por uma problematização que ressalte como o uso desses termos relacionava-se com as estratégias da política externa dos Estados Unidos na época, no que se direcionava à América Latina. Além disso, procuramos observar à medida em que o jornal endossou o uso desses termos e, com isso, os objetivos políticos dos interessados nesse conflito.

Entendemos, então, que o discurso de combate ao terror se mostra eficaz para justificar a visão dos Estados Unidos da política de paz sobre o narcotráfico facilitando assim a sua “ajuda” aos colombianos como veremos a seguir e também aos brasileiros. Não raro, é comum encontrar reportagens com o posicionamento do governo dos Estados Unidos sobre a questão do narcotráfico como se pode observar nesse discurso de Bush:

[...] A mensagem que está sendo transmitida a governos e líderes da América Latina é que as controvérsias devem ter limites quando o perigo é comum e quando se arrisca perder não só o controle da economia senão também a interferência na vida política (*O Estado do Maranhão*, 06.09.1989. p. 8).

O temor norte-americano perante a ameaça das drogas leva o país a adotar um forte discurso de combate às drogas passando a intervir e a ajudar a Colômbia econômica e militarmente na luta contra o narcotráfico. Tais atitudes estavam baseadas no medo criado em torno da problemática das drogas como uma ameaça à segurança nacional. Nos fragmentos seguintes observamos tal postura norte-americana: “O fenômeno pode estender-se até nossas fronteiras. O povo norte-americano deve compreender o verdadeiro custo de travar uma campanha agressiva contra o tráfico de narcóticos’ disse Robert Kupperman” (*O Estado do Maranhão*, 13.09.1989. p. 8).

Havia uma séria preocupação com a atuação dos traficantes dentro do território dos Estados Unidos, pois “Se os cartéis da droga lançarem uma campanha para ensanguentar as ruas dos Estados Unidos, ‘não há garantia alguma de que possamos impedi-la’ disse Oliver Revell, chefe investigador da Direção Federal de Investigação - FBI” (*ibidem*, p. 8.). Logo, a ajuda estadunidense nesse período era um “plano de combate ao tráfico de drogas com custo estimado em 7,9 bilhões de dólares” (*O Estado do Maranhão*, 07.09.1989. p. 10). Conquanto que o jornal *O Estado do Maranhão* qualifica como “um consumo da pesada” o fato de quatro milhões de norte-americanos consumirem drogas mais de 200 vezes por ano (*ibidem*, p. 10).

Apesar disso, o problema do narcotráfico colombiano foi discutido em reuniões de vários países, como mostram diversas reportagens. Os Estados Unidos e os países latino-americanos estiveram frente a frente para discutirem estratégias no combate e controle do tráfico de drogas. Assim “a guerra contra o narcotráfico conta com o apoio dos presidentes do Brasil, México, Venezuela, Argentina e Uruguai [...]” (*O Estado do Maranhão*, 11.10.1989. p. 1).

A análise das reportagens demonstrou que o recurso aos termos “terror”, “terrorismo”, etc., expressavam uma maneira de ressaltar a ousadia e a violência que marcaram as ações do Cartel de Medellín e de Pablo Escobar. Tais termos foram empregadas sempre que o jornal noticiou atentados a bombas com explosão e atentados a tiros. É importante notar também que essas ações denominadas terroristas pelo jornal tiveram um aumento considerável durante o ano de 1989, quando a guerra contra ambos - Pablo Escobar e o Cartel de Medellín - alcançou seu ápice.

Na matéria intitulada “Terror”, abordou uma explosão cometida contra um monumento feito em memória do ex-Ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla. O jornal ressaltou que ele foi dinamitado na madrugada da noite anterior no âmbito da intensificação da “onda de terrorismo e [sic, intimidação] atribuída aos cartéis da droga [...]. **O atentado**

terrorista ocorre 36 horas depois do assassinato de Álvaro Gonzalez Santana³⁴ [...]” (*O Estado do Maranhão*, 07.05.1989. p.?, grifo nosso).

Em outra reportagem, há um relato sobre a cidade de Medellín. Esta foi colocada sob toque de recolher, das 22 às 6 horas, após “uma **onda de ataques terroristas**” no momento em que o governo preparava a extradição de narcotraficantes para os EUA” (*O Estado do Maranhão*, 31.08.1989. p. 11, grifo nosso). Nesta outra notícia a manchete é enfática: “Terroristas fazem de Medellín uma praça de guerra”³⁵ - “Cinco carros oficiais do município de Medellín - capital colombiana da cocaína - foram incendiados, ontem durante **um atentado terrorista** [...] acredita-se que os atentados estejam ligados a onda de violência decretada pela máfia do narcotráfico [...]” (*O Estado do Maranhão*, 09.09.1989, p. 8. grifo nosso).

O ano de 1989 é significativo para essa pesquisa, tanto pelo número considerável de reportagens, quanto por ser o período mais crítico e intenso da guerra colombiana contra o narcotráfico. Encontramos várias notícias apresentando dados quantitativos de mortos ou de atentados em consequência das ações dos narcotraficantes: “Entre 22 de agosto e 13 de setembro se registraram 31 atentados terroristas com bomba [...] 21 artefatos explosivos [...] 2 mortos [...] 21 feridos, 1,5 bilhão de dólares, segundo estatísticas oficiais [...] de Medellín” (*O Estado do Maranhão*, 16.09.1989. p. 8). *O Estado do Maranhão* (jornal) também associou a onda de atentados a uma represália dos traficantes contra a extradição dos membros do Cartel de Medellín. Em 1990 a tática de atentados com explosões continuou:

Três **atentados terroristas**, atribuídos aos narcotraficantes, provocam 37 mortes, mais de 200 feridos e prejuízos materiais [...] marcando a escalada terrorista iniciada em agosto do ano passado, que já deixou 247 mortos em 271 atentados [...] é uma resposta dos narcotraficantes à perseguição policial do líder do cartel da droga Pablo Escobar Gaviria [...] (*O Estado do Maranhão*, São Luís, 14.05.1990. p. 6, grifo nosso).

A forma como *O Estado do Maranhão* enfatizou os dados relativos aos saldos de vítimas das ações dos traficantes na Colômbia mostra-se bastante relevante. porque ajuda a compreender as representações que embasaram o imaginário difundido pelo jornal no tocante à Colômbia sobre o narcotráfico, termo este que cunha os criminosos, ações, crimes, tráfico e

³⁴ Na época de seu assassinato era ex-governador do Departamento de Boyaca.

³⁵ Importante enfatizar que nessa mesma reportagem, há uma lista de 12 chefões do narcotráfico colombiano (integrantes do Cartel de Medellín e Cali) emitida pelo Procurador Geral dos EUA - Dick Thornburgh- na qual consta os nomes dos traficantes que poderiam ser extraditados: Pablo Emílio Escobar Gaviria, Gustavo Jesus Gaviria-Rivedo, José Gonzalo Rodrigues Gacha, Jorge Luis Ochoa Vasquez, Juan David Ochoa Vasquez, José Santa Cruz Londono, Gilberto Rodrigues Orjuela Caballero, José Ivan Duarte Acerco e Gerardo Moncado. É provável que a publicação dessa lista tenha provocado a ira dos traficantes levando-os a praticar os atentados.

cartéis da droga simultaneamente. A seguir algumas notícias que repercutiram as ações tidas como terroristas por parte dos narcotraficantes:

Imagem 10: Colombianos estão sob clima terrorista



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 16. 02. 1992, p. 21

Não cessa por aí: em 1990 foram doze notícias sobre as bombas e explosões. No entanto, com a prisão de Pablo Escobar em junho de 1991 e da maioria dos membros do Cartel de Medellín nos anos seguintes, os atentados diminuíram consideravelmente. Portanto é notável que esses atentados foram cometidos na sua maioria a mando do Cartel de Medellín, embora em algumas notícias percebemos referências ao de Cali e ao de Medellín. Ambas as organizações brigavam pelo mercado externo para exportação de cocaína em 1989. Com a fuga de Pablo Escobar da prisão de Evingado, em julho de 1992, percebem-se novas notícias de atentados, mas em menor número e com maior foco na perseguição, captura do líder do Cartel de Medellín.

Ademais, *O Estado do Maranhão* traz em suas manchetes a intensificação da caçada aos traficantes na Colômbia após o assassinato do Ministro da Justiça - Rodrigo Lara Bonilla - em 1984. A luta se intensificou também no sentido de desestruturar os principais pontos de fabricação de drogas contando com grandes apreensões. Nesse periódico, posto em evidencia nesta pesquisa, há notícias sobre o combate ao narcotráfico na Colômbia e apresenta mais dados

que em outros jornais estudados durante a graduação. *O Estado do Maranhão* enfatiza a determinação e a violência do governo colombiano na tentativa de barrar o Cartel de Medellín, Pablo Escobar e companhia. Com base na documentação e ampla leitura da historiografia, podemos elencar os anos de 1988 e 1989 como ápice da luta sangrenta contra as drogas na Colômbia:

A percepção do seu agravamento e do fracasso da política adotada pela administração Reagan levou, já na administração Bush, ao recrudescimento da política antidrogas nos Estados Unidos e à promulgação de uma nova Lei Anti-abuso de Drogas ao final de 1988, prevendo medidas mais agressivas para conter o tráfico interna e externamente e instalando a maior cooperação dos Estados Unidos com outros governos [...] a essa lei, seguiu-se o anúncio, em setembro de 1989, da Estratégia para o Controle Nacional de Drogas estabelecendo, dentre suas prioridades internacionais, o desmantelamento dos cartéis de drogas, a redução da oferta de cocaína mediante o isolamento das principais áreas de cultivo da coca, ajuda econômica, militar e policial aos países andinos, a repressão ao tráfico de precursores químicos e a intensificação dos esforços de [interceptação] da droga antes de sua entrada nos Estados Unidos (Procópio Filho; Vaz, 1997, p.7-8).

Nesse contexto de implementação de políticas mais rígidas que visavam combater os criminosos fora dos Estados Unidos, temos na imprensa brasileira uma ampla divulgação de diversas notícias das tentativas de prender os principais criminosos, cujas manchetes sempre evidenciam as grandes operações do Estado em “busca dos cabeças no tráfico [...] as operações *sic* [se] desenvolveram em Medellín [...] onde se acredita que estejam vivendo [...] alguns dos poderosos chefes dos grupos que controlam a nível mundial o tráfico de cocaína e maconha” (*O Estado do Maranhão*, 22.12.1986).

Para além de uma luta nacional com altos investimentos em termos de aparato policial, o governo colombiano alertou para uma luta internacional, cobrando responsabilidades também de países consumidores de drogas. De certa forma, isso fazia parte dos objetivos do principal mercado consumidor, pois o governo de Reagan adotou uma estratégia que buscava “reduzir a oferta de drogas através de medidas de repressão ao tráfico no plano doméstico e à produção, ao processamento e ao tráfico no exterior, configurando o que o próprio presidente denominou de ‘guerras às drogas’” (Procópio Filho; Vaz, 1997. p.7).

Ainda nas esferas internacionais percebe-se uma ampla comoção em torno de grandes acordos internacionais envolvendo a Organização das Nações Unidas (ONU), os Estados Unidos e países produtores de droga numa tentativa de combate ao tráfico de cocaína. Nessa perspectiva, destacam-se notícias acerca da “ajuda” oferecida pelos Estados Unidos para intervir na Colômbia, tais como: “o Fundo das Nações Unidas que conta com recursos orçamentários anuais da ordem de US\$ 40 milhões pretende investir, em 1985 e 1986, na

América Latina cerca de US\$ 50 milhões, em projetos de substituição da cultura de cocaína” (*O Imparcial*, 23.11.1985. p. 6). No jornal *O Estado do Maranhão* as notícias sobre esta preocupação internacional não passam despercebidas: “Diante da crescente gravidade do problema da droga, os participantes da reunião tentarão encontrar melhores formas de cooperação, especialmente no que diz respeito à extradição de traficantes [...]” (*O Estado do Maranhão*, 17.06. 1987, p. 8). Como pode-se observar essa visão de combate e cobrança da atitude de outros países perante as drogas pode ser identificada frequentemente na imprensa maranhense em geral.

Logo, as estratégias de combate ao narcotráfico na Colômbia deram início a uma guerra entre o Estado e os traficantes. Há indícios da intensificação desse conflito a partir de 1989, ano em que o jornal mais noticia a perseguição aos criminosos e também pelo aparecimento do Cartel de Cali que, após a extinção do Cartel de Medellín, assumiu a liderança do narcotráfico na Colômbia. Assim sendo, “a Colômbia está em guerra. Sim, isto é uma guerra [...]. Virgílio Barco demonstra aos colombianos que está disposto a levar o combate contra a máfia dos traficantes, ramificada em dois poderosos cartéis, até às últimas consequências” (*O Imparcial*, 28.08. 1989, p. 2).

A guerra declarada aos traficantes teve como resultado uma onda de violência sem precedentes. A estratégia militar de combate às drogas nos permite observar que a partir de 1989 apareceram as primeiras derrotas do Cartel de Medellín e, assim, a imprensa segue noticiando:

[...] no *front* de guerra, o Exército colombiano já começou a comemorar o que chama de “o princípio do fim” do poderoso Cartel de Medellín, organização responsável por 80 por cento da cocaína que entra nos Estados Unidos. O motivo da festa foi a [prisão] de Freddy Rodriguez Celades filho do folclórico “el mexicano” Gonzalo Rodriguez Gacha [...]. Outro golpe duro contra os traficantes foi a prisão de Luís Fernando Galeano [...] aparentemente tem relações com peixes grandes do tráfico, como o mega-traficante Pablo Escobar Gaviria, provavelmente o homem mais poderoso da Colômbia que iniciou sua carreira com fortunas de automóveis (*ibidem*, p. 2).

Embora a organização principal do narcotráfico estivesse sofrendo consideráveis derrotas, tanto o Cartel de Medellín como a figura de Pablo Escobar, aparecem nos dois maiores jornais maranhenses, respectivamente, como “responsável por 80% da produção de cocaína” e como o “homem mais poderoso da Colômbia”. Na gazeta *O Estado do Maranhão* os informes sobre a questão do combate ao narcotráfico abordaram como temas centrais as extradições, prisões e assassinatos dos principais líderes do Cartel de Medellín, dentre eles, Pablo Escobar, em 1993. Outrossim, as extradições estabelecidas em 1979 se tornaram, como dissemos, uma

das principais estratégias para desestabilizar ou combater o narcotráfico e, ao mesmo tempo, um ponto de desavença entre os países sul-americanos e os Estados Unidos (Guzzi, 2008).

Com base nos apontamentos acima e nas características gerais da abordagem do narcotráfico feita pela imprensa maranhense, a seguir vamos aprofundar como a extradição para os Estados Unidos significou uma medida assertiva, ao passo que também era uma grande arbitrariedade em relação aos direitos humanos e aos dizeres democráticos colombianos.

3.3 A EXTRADIÇÃO PARA OS ESTADOS UNIDOS: APROFUNDAMENTO DO CONFLITO ENTRE A COLÔMBIA E OS NARCOTRAFICANTES

À medida que ocorreram as extradições, prisões e mortes dos criminosos, o jornal escopo desta pesquisa narra uma gradual ruína do Cartel de Medellín, todavia os fatos apontavam que estava longe de deixar de ser a principal ameaça à segurança nacional. *O Estado do Maranhão* acompanhou a evolução do crítico contexto colombiano e a consolidação do narcotráfico como principal inimigo do governo. A princípio, as notícias frisaram a luta do presidente do país para se livrar do “terrorismo”, vinculando-o a uma série de atentados cometidos por “elementos desconhecidos” e pela guerrilha política. Mas somente com o assassinato do Ministro da Justiça, em fim de abril de 1984, que o chefe do poder executivo colombiano aumentou as sanções na tentativa de achar os culpados (*O Estado do Maranhão*, 03.05.1984. p. 6).

Consequentemente, a ameaça de um tratado de extradição para traficantes de drogas trouxe para a Colômbia uma onda de violência sem precedentes. E, essa luta, segundo a cobertura registrada no jornal, foi violenta e sangrenta. Essa guerra foi acentuada quando se aproximavam as eleições que levariam Virgílio Barco à presidência local. Encontramos 25 (vinte e cinco) reportagens que citam direta ou indiretamente a guerra contra as drogas e a intenção de construir um esforço junto a outros países para restabelecer a paz na Colômbia.

Esse foi teor (extradição) do discurso do presidente Barco quando participou de uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em outubro de 1986. O discurso também enfatizou a disposição para fortalecer a luta contra o terrorismo e o tráfico de drogas unindo-se aos esforços por uma solução pacífica conjuntamente com os países da América Central (*O Estado do Maranhão*, 02.10.1986. p. 6).

O jornal, ao tratar do narcotráfico, apresenta a posição das forças policiais e dos traficantes detalhando as “reivindicações” destes últimos. Muitas dessas solicitações ligavam-se ao questionamento da questão da extradição. Uma das tentativas de negociação dos

traficantes com o governo foi a denominada “Carta-Aberta” direcionada ao próprio governo. De acordo com a notícia foi assinada por 65 (sessenta e cinco) líderes do tráfico de drogas da Colômbia, na qual se comprometeram a investir seus recursos financeiros no país se as autoridades os livrassem do Tratado de Extradicação. Segundo o jornal os narcotraficantes:

[...] pediram ao governo que lhes conceda o “direito de sermos julgados na Colômbia, por juízes colombianos e que se convoque um plebiscito nacional para que o povo se pronuncie sobre o tratado de extradição subscrito com o governo dos Estados Unidos (sic) que se converteu no mais poderoso instrumento de luta contra este tipo de delito. Os traficantes asseguraram [...] que nada tiveram a ver com om assassinato de Rodrigo Lara Bonilla [...]. Embora um dos subscritores da Carta-aberta, Pablo Escobar Gaviria, esteja citado para responder a julgamento [...] Assinalam que lhes deve garantir ‘o direito de trazer para o país nossos capitais, que atualmente estão em países estrangeiros’ para que possam ‘gerar empregos, impostos e divisas que ajudariam a aliviar nossa tão debilitada economia’. Em 1984 os cabeças do tráfico de tóxicos haviam proposto pagar a dívida externa que então era de 11 bilhões de dólares em troca da derrogação do tratado de extradição (*O Estado do Maranhão*, 01.10. 1986. p. 6).

Destacamos a menção à Carta Aberta no jornal maranhense, posto que ela demonstra a importância dos impasses gerados pelo Tratado de Extradicação, fio condutor da abordagem da questão do desenvolvimento do tráfico de drogas, do Cartel de Medellín e da figura de Pablo Escobar na Colômbia. Frequentemente era defendida por algumas autoridades estatais. Em outras palavras, esse tratado aparece no jornal como a base explicativa para as ações mais violentas dos traficantes, tais como a ameaça aos juízes e autoridades em geral, sequestros, atentados a bomba, ameaças contra a imprensa etc.

A imprensa, parece ser também uma importante porta-voz dos grupos criminosos atuantes na Colômbia. Embora, na maioria das vezes, a imprensa esteja denunciando em outras menos frequente, o inimigo tem direito a se explicar e reivindicar (uma forma de validar e apontar as ações a serem combatidas). Dessa maneira, a extradição se torna um impasse sobre as punições que os narcotraficantes deveriam receber por seus crimes. De um lado era fruto o forte interesse e articulações com os norte-americanos, por outro demonstrava certa fragilidade da Colômbia gerir seus próprios problemas. Mas também as notícias maranhenses repercutiam a tonalidade da abordagem transmitida pelas agências internacionais estadunidenses presentes nos textos que vendiam e não conseguiam se isentar dos discursos nada neutros ou imparciais presentes nestas abordagens que eram comercializadas na América Latina.

Ao longo das páginas do Caderno Internacional entre 1984 a 1986 temos certa escassez de notícias (apenas 18) comparado aos anos posteriores. Neste primeiro momento, estas se debruçam especialmente sobre as guerrilhas, sobretudo, o Movimento 19 de abril, e notícias

ainda esporádicas sobre narcotraficantes. Porém, a partir desse ano, as notícias aumentam e dão maior visibilidade ao slogan “guerra às drogas”. Desde então temos uma maior produção de reportagens sobre crimes e acontecimentos relacionados ao narcotráfico colombiano. Esse dado é importante, pois em 1986 é o momento em que o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, declara “guerra ao narcotráfico”. Considerando que os narcotraficantes eram “uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos. Daí não se tratava mais de uma luta contra as guerrilhas, mas da luta contra um inimigo comum, o narcotráfico (Arbex Júnior, 1993). Dentro desse contexto, torna-se interessante localizar que:

O poder de intervenção dos Estados Unidos na América do Sul reduziu-se notavelmente, na etapa final da Guerra Fria, em função da convergência ideológica construída nos anos dourados do conflito Leste-Oeste. Não obstante, o império conservou sua capacidade coercitiva exercida através de seu poder de pressão e de agenda, logrando gerar uma ilusão de comunhão de interesses na primeira década do pós-Guerra Fria (Hirst, 2010, p. 27).

Conforme o exposto, fica evidente por intermédio dos discursos das autoridades o esforço deste país norte-americano em pressionar os países latino-americanos a cederem à pressão internacional no combate ao novo inimigo comum. Assim como boa parte da imprensa mundial, o jornal maranhense enfatiza também tal estratégia. A maioria dos meios midiáticos noticiaram como se estivessem numa grande campanha a favor da captura dos narcotraficantes e, ao mesmo tempo, empenhados na luta contra as drogas exercendo uma pressão social, política e econômica sobre os governos que enfrentavam a luta contra as drogas bem como a violência em seus territórios.

Nessa perspectiva, os países se viram forçados a exporem ou indicarem ações de combate às drogas. Por meio das palavras, geralmente entre aspas de autoridades ligadas à segurança, o jornal, enfatizou não só a luta norte-americana, mas também que a Colômbia estava em guerra contra os traficantes e, que os países como um todo, inclusive o Brasil, deveriam engajar uma luta sem precedentes contra esse novo inimigo que ameaçava a segurança nacional e internacional de muitas nações.

Segundo Hirst (2010), a Colômbia vai seguir o modelo denominado de zona de segurança, que cobre também os territórios do México, América Central e Caribe. Segundo a autora, em certa medida, esses países não possuíam autonomia, já que suas políticas de defesa obedeciam totalmente ao modelo estratégico americano, isto é, “as ameaças que provinham dessas áreas passaram a representar um tema de segurança pública nos Estados Unidos, como se deu com respeito ao problema das ‘maras’ e do narcotráfico” (Hirst, 2010, p. 27). Essa visão perdurou durante os anos aqui analisados de forma que vários discursos de autoridades são

dirigidos à garantia da segurança nacional dos países envolvidos. Seus discursos, portanto, são palavras de ordem contra as drogas.

Porém, na nossa visão, o argumento proposto anteriormente em que a América Latina recebe de forma passiva esse discurso é fruto talvez do pouco conhecimento que temos desse período histórico, principalmente com relação à temática estudada nesta pesquisa. A ampla construção das representações na imprensa e, conseqüentemente, dos imaginários sociais sobre os latino-americanos são forjados muitas vezes de forma preconceituosa, midiática, xenófoba e racista provocando o enraizamento dessa percepção.

Conforme essa premissa sabemos que esses países tidos como produtores lidavam a séculos com a cultura das drogas e também já detinham políticas próprias de controle. Mas somente quando as drogas ultrapassam as fronteiras se tornando um negócio, um dos pilares mundiais do capitalismo financeiro e ilegal, envolvendo os lucros dos principais bancos, cria-se ou começa-se a dá forma e rosto para esse inimigo (externo) que muitas vezes é apresentado na historiografia de forma não crítica e sob uma perspectiva não histórica.

Nosso objetivo não é contribuir para o fortalecimento de uma América Latina submissa e receptiva com relação ao que emana os Estados Unidos, mas é sobretudo explicar que talvez a resposta não seja única. Isto é, os jornais em algum momento para além de meros reprodutores dos discursos oficiais e defesa dos interesses dos seus donos e associados poderiam representar, a voz de uma sociedade, a maranhense, vivendo numa realidade impactada pela desigualdade social e pelo aumento do consumo de drogas trazendo consigo o aumento da violência urbana.

Afinal de contas, a quem interessava ler tantas manchetes sobre a Colômbia e o narcotráfico se não seus leitores? Por que o jornal de maior circulação de uma capital ligado a uma família de políticos de grande influência iria colocar o narcotráfico por anos como principal temática do seu Caderno Internacional, senão pela manutenção das suas relações diplomáticas e políticas a serem fortalecidas? As autoridades calaram-se diante dos assombrosos números de jovens negros assassinados no Rio de Janeiro ou outras capitais?

Pensando no papel desempenhado pela imprensa no que diz respeito à cobertura dessa temática buscamos compreender como a crise da segurança nacional influenciou também essa disseminação de ideias na imprensa brasileira já que essas notícias partiam dos grandes centros em direção às cidades brasileiras menores. Como não encontramos na historiografia pesquisada nenhuma análise acerca da realidade maranhense e o narcotráfico, tomamos o importante trabalho de Carlos Nobre (2005). Ele aborda a reportagem e o narcotráfico no Rio de Janeiro entre as décadas de 1980 e 1990.

Segundo esse autor [na época] o Rio ainda mantinha uma certa capacidade de repercutir ações e comportamentos que extrapolavam o local para se tornarem fatos de impactos nacionais (Nobre, 2005). Esta análise está de acordo com o novo modelo de disposição das notícias do jornal maranhense o qual passou a priorizar os conteúdos de interesse internacional, nacional, regional e local em ordem de importância (Pinto, 2007). Dessa maneira, podemos apontar que os acontecimentos mais importantes seguiam de certa forma o modelo dos principais centros urbanos do país, seguindo o modelo da grande imprensa nacional.

Daí, o exemplo do Rio de Janeiro pode ter sido seguido, porque tinha uma realidade que adentrava na década de 1980 com sérias dificuldades para gerir a crise da violência urbana, inclusive o narcotráfico que, para além da realidade colombiana já afetava e se tornava um grave problema de segurança pública para o Brasil. Sendo assim, esse estado do sudeste brasileiro tido como principal cartão-postal brasileiro e, ao mesmo tempo, sendo tomado por uma realidade negativa que deixa sua imagem abalada tornando-se tema dos principais jornais brasileiros pode ter contribuído para o aumento da importância do tema na imprensa maranhense. Assim, esta região brasileira passou a exprimir influência negativa sobre as outras regiões do país, principalmente “tensões, conflitos e receios, ou seja, as cidades brasileiras médias ficaram assustadas com as crises de segurança pública do Rio de Janeiro e temeram que essa crise pudesse atingi-las” (Nobre, 2005, p. 106). Por isso:

Essa nova violência que se caracterizava pelo aumento do consumo de drogas, como maconha e cocaína, por segmentos médios e altos da população carioca, propiciou que a imprensa em geral, jornal, rádios e televisões priorizasse a cobertura das atividades do narcotráfico, uma vez que os traficantes ganhavam força e estavam se tornando um ‘poder paralelo’, corrompendo policiais e autoridades públicas e empregando milhares de crianças e adolescentes entre seus quadros (*ibidem*, p. 106).

Nesse contexto em que aparecem diversas notícias sobre o narcotráfico temos a colocação de um personagem principal: a figura do chefe do crime. Fazendo que os jornalistas glamourizem o narcotráfico. Nesse caso temos o narcotraficante Pablo Escobar como sendo “um dos líderes do Cartel de Medellín”, “líder máximo”, “mandante”, o “chefe” e tendo como principal pauta a questão da extradição que tinha sido acertada com os Estados Unidos em 1979 e posta em prática em 1984.

Além disso, se voltarmos um pouco antes, segundo aponta brevemente Rodrigues (2004) a questão da regulação das drogas não se definia somente pelas proibições médico sanitárias no Brasil, pois, nas primeiras décadas do século XX a imprensa se transformava num grande veículo empresarial. Dava-se maior espaço às notícias policiais e, conseqüentemente,

iniciou-se um debate do uso e controle de drogas - pelo saber médico e sanitário. Principalmente, depois da Convenção de Haia de 1912, numerosas notícias diariamente eram lançadas numa campanha contra o uso de drogas e sua consequente degradação moral e física. Nesse sentido, as “campanhas não defendiam a punição aos usuários, que eram rapazes aristocráticos, mas a perseguição aos fornecedores” (Rodrigues, 2004, p. 134).

Dessa maneira, a imprensa começou a cobrar por novas leis que reforçassem o aparato repressivo estatal, pois desde o final da década de 1910 o uso das drogas não estava mais restrito às camadas sociais mais ricas, mas sim passaram a representar um “risco” eminente, pois tinha se expandido o consumo entre as “classes laboriosas” o que poderia gerar um desequilíbrio social sem precedentes trazendo consequências para a classe moralista, econômica e burguesa (*ibidem*, p. 134).

Sendo assim, nos anos seguintes a 1989 o raciocínio alinhado aos discursos de guerra às drogas de um lado e de outro a figura de Pablo Escobar (e o Cartel de Medellín) fornecem dados importantes para análise dos discursos dos sujeitos presentes nos textos jornalísticos analisados. Haja vista que havia uma cobrança recorrente para um envolvimento prático de todos os países na luta contra esse inimigo comum.

Pois, como vimos anteriormente, foi a partir da década de 1980 que a maioria dos crimes passaram a ser associados ao Cartel de Medellín e a Pablo Escobar. Motivos de preocupação tanto para a Colômbia quanto para os Estados Unidos, conforme o periódico: “[...] as autoridades americanas o consideram [Pablo Escobar] líder do narcotráfico internacional e que figura nas revistas especializadas como um dos 20 homens mais ricos do mundo” (O Estado do Maranhão, 31.03.1989. p. 8).

Imagem 11: Jornal pede guerra total na Colômbia



Fonte: *O Estado do Maranhão*, São Luís, 31.03.1989. p. 8

Por muitas vezes esta denominada “guerra” não é somente do Estado, mas a imprensa

se torna uma das principais interessadas no fim dessa violência, uma vez que muitos jornalistas perderam a vida ou foram ameaçados pelos criminosos ao tentarem fazer cobertura ou denúncias nos jornais em que trabalhavam. Nesta reportagem, os agentes do narcotráfico são acusados de terem mandado assassinar o advogado Hector Giraldo Galvez e o jornalista Guillermo Cano, ambos colombianos. Cano recorrentemente, depois do ocorrido, era citado em outras reportagens. Dentre os nomes que foram assassinados no período a mando das quadrilhas de narcotraficantes Guillermo Cano é o mais citado. Este jornalista colombiano tinha assumido uma postura de enfrentamento contra Pablo Escobar de forma aberta e isso lhe custou a vida.

Foi o diretor do jornal *El Espectador*, Guillermo Cano, responsável por buscar as provas judiciais que faltavam para incriminar Escobar. O jornalista procurou, em arquivos do jornal, e encontrou uma associação de Escobar com o tráfico, em uma matéria datada de junho de 1976, quando Escobar ainda não tinha tanta notoriedade (Couto, N., 2019, p. 18).

Essa não é uma cena rara de se observar estampada no jornal *O Estado do Maranhão*, ao contrário. Desde o início do recorte o jornal já enfatizava com certa naturalidade a violência, os assassinatos e atentados. Como vimos, é em uma imagem grande e centralizada no meio da reportagem que aparece uma foto do procurador Carlos Hoyos, morto pelo Cartel de Medellín, dias antes. O jornal enfatiza que as “tenebrosas organizações que administram o multimilionário negócio” devem ser combatidas, inclusive com a extradição. Para tanto:

A imprensa, assim, passa a construir narrativas capazes de atrair o público por meio de um enquadramento que provoque a comoção (Lage, 2006) e, com essa lógica, se intensifica uma tendência, instituída ainda com as ‘folhas-volantes’³⁶, no sentido de dar espaço para as notícias sobre violência, tragédias e catástrofes, por exemplo. O principal motivo para isso é esse tipo de acontecimento atingir os critérios necessários para ser considerado uma notícia (*ibidem*, p. 7).

Sempre que algo foi noticiado sobre assassinato de personalidades e/ou explosões, o tema ganhava grande destaque nas páginas do periódico, aparecendo em alguns casos numa página inteira com mais de uma notícia. Note que pelo título percebemos que é a imprensa que pede guerra. Como também num outro fragmento de uma notícia o jornal ressalta que Antonio Morales, então presidente da Associação de Trabalhadores do Poder Judiciário colombiano, denunciou que:

A delinquência organizada do tráfico de drogas [...] poderia até tomar o poder se o governo não tomar medidas urgentes para desbaratar os grupos armados. Em

³⁶ Segundo a autora “Eram ‘folhas volantes’”, publicações não periódicas em que cada edição se dedicava a temas específicos e não a um conjunto de notícias. Conforme afirma Traquina, a maioria das informações se direcionavam, sobretudo, a provocar alertas moralistas e religiosos (Couto, N., 2019, p. 7).

referência aos chefes do Cartel de Medellín, a maior organização mundial dedicada ao tráfico de drogas, Morales disse que ‘os extraditáveis ameaçaram matar um juiz por cada operação que se produzir contra suas propriedades’ (*O Estado do Maranhão*, 19.08.1989. p. 8).

O fragmento acima revela o receio das autoridades desse país de perder o controle político e de haver uma onda de assassinato em massa dos magistrados, o que de fato ocorreu. No trecho, o Cartel de Medellín aparece como “a maior organização Mundial” dedicada ao tráfico de psicoativos. A fama e a violência do cartel liderado por Pablo Escobar teriam levado o governo colombiano a intensificar a luta com medidas mais severas contra os traficantes e a criar uma força policial mais eficaz.

Nisso o jornal apontou o “decreto do governo que criou a força policial antiterrorista que poderá ser integrada até por mil homens [...]” (*O Estado do Maranhão*, 24.04.1989, p. 8). As operações teriam se intensificado de forma mais latente após o assassinato do senador Luís Carlos Galan, candidato à presidência nas eleições de 1990 e que estava ameaçado de morte pelo Cartel de Medellín. O crime causou comoção no país, onde a menos de 48 horas os traficantes tinham assassinado o juiz Carlos Valencia.

Ao mesmo tempo em que o jornal dava maior atenção ao Cartel de Medellín e destacava a figura de Pablo Escobar como líder do grupo de narcotraficantes, também anunciava a decadência desse grupo, na medida em que noticiava as constantes baixas sofridas pelo cartel. Enquanto Pablo Escobar se encontrava livre iniciaram-se operações policiais que visavam de forma estratégica, não somente a captura dos líderes do narcotráfico, mas causar instabilidade econômica entre eles ao tocar nas suas propriedades, bens particulares como mostravam os saldos das apreensões realizadas nas operações de captura:

Nas últimas 72 horas detiveram 11 mil suspeitos [...] foram apreendidas quatro toneladas de cocaína, trinta quilos de pasta de coca, 330 armas de pequeno e longo alcance, 1.600 veículos, 2.000 cabeças de gado, além do confisco de mansões, fazendas, discotecas e escritórios (*O Estado do Maranhão*, 22.08.1989. p. 1).

Reiteramos que esses números são questionáveis, pois não temos como confirmar a veracidade deles. Segundo essa notícia estas informações foram repassadas por autoridades policiais e, nesse contexto, de desmoralização das forças policiais colombianas era importante demonstrar ou ressaltar para a imprensa nacional e mundial qualquer sinal de vitória. Pois, tal questão era encarada como uma guerra. Nesse sentido, Maria Helena Capelato aponta que após a modernização da imprensa ela além de informar, passa a funcionar como uma “intermediária entre os governos e os cidadãos para expressar a “opinião pública”. Nesse sentido, a imprensa

ganhou uma dupla identidade: comercial e política. Acaba por interferir na política em nome da “opinião pública” e como instituição privada atua como geradora de lucros. Essa dupla identidade permite aos donos de jornais justificarem suas opiniões, intervenções políticas como “representativas da opinião pública”. A imprensa, dessa forma, funciona como intermediária entre cidadãos e governantes na esfera pública, mas também ao mesmo tempo quer garantir os interesses econômicos e políticos das empresas jornalísticas na esfera privada (Capelato, 2000, p. 121-122).

É comum encontrar nas notícias dos jornais maranhenses trechos de periódicos colombianos, destacando opiniões de autoridades políticas e policiais. Além disso, a perseguição aos jornalistas colombianos pelos narcotraficantes se constituiu numa das questões centrais nas publicações analisadas. Isso permite-nos compreender o empenho em declarar guerra às drogas. E assim, as notícias seguem enfatizando uma guerra constante contra os delinquentes “[...] as forças armadas continuavam fazendo ‘batidas’ em fazendas, edifícios, hotéis e outras instalações num esforço para quebrar o poder econômico dos grandes grupos de tráfico de drogas [...]”. Essa estratégia fica evidente como explicou o general José Manuel Bonnet Locarno “[...] lhes aplicamos golpes contundentes a suas imensas fortunas, dentro de uma estratégia [*sic*, para combater] o tráfico de drogas dando-lhes prioridade à guerra econômica” (*O Estado do Maranhão*, 22.08.1989. p. 8). Os esforços colombianos se concentravam na destruição e captura de Pablo Escobar e outros chefes do tráfico. Pois a captura ou derrota do cartel simbolizava, de certa maneira, para o Estado um passo importante nesse conflito contra as drogas.

Pelo lado do narcotráfico, segundo José Arbex Júnior (1993) a principal questão de Pablo Escobar girava em torno de sua extradição para os Estados Unidos. Assim, o “chefão” colombiano fazia uma espécie de jogo duplo: em primeiro lugar, queria garantir sua própria segurança (ficar preso na prisão que ele mesmo mandou construir na Colômbia) e; em segundo lugar, sua entrega para o governo irá constitui-se num acerto de contas com o Estado, prometendo que o Cartel de Medellín iria cessar suas ações violentas. Na verdade, “El patrón” queria a proteção do governo contra o Cartel de Cali e os agentes da Drug Enforcement Administration (DEA). Em outras palavras, a real pretensão era usar dos atributos policiais do Estado à sua proteção pessoal e familiar (Arbex Júnior, 1993).

Nesse íterim, a relutância do governo quanto à aceitação dessa negociação, segundo o jornal relatava, fez com que Escobar ameaçasse atuar com mais violência, se o governo da Colômbia negasse pleitear a paz. Não permitindo a reintegração dos narcotraficantes à sociedade (*O Estado do Maranhão*, 31.08.1989). Daí, fazendo referência a uma decisão da

Corte de Justiça de não extraditar por meio de procedimentos administrativos do Estado de Sítio, “os traficantes exigiram do governo que respeite a decisão da Corte Suprema [...]”. Chama a atenção que Pablo Escobar também é um dos que os:

Os promotores norte-americanos trabalham em pedidos de extradição para os chamados ‘doses do patúbulo’, os chefões do tráfico de entorpecentes [...] Há na lista membros do Cartel de Medellín [...]: Pablo Escobar Gaviria, Gustavo Jesus Gaviria-Rivedo, José Gonsalo Rodriguez Gacha, Jorge Luis Ochoa Vasquez, Juan David Ochoa Vasquez [...] (*O Estado do Maranhão*, 09.09.1989. p. 8).

Nesse sentido, o maior problema da Colômbia na década de 1980, o tráfico de drogas, era tratado como um crime comum o que dificultava a punição daqueles que iam presos. Mas após a eleição de César Gaviria (1990-1994). Em 1990 iniciou-se um período de negociação com os chefes dos cartéis prometendo diminuir a penas daqueles que se entregassem e a suspensão do tratado de extradição (Albuquerque, 2004). Essa medida foi essencial para a entrega de dois dos chefões em 1991 - Pablo Escobar e Fábio Ochoa Vásquez.

Nas reportagens de 1990 Pablo Escobar figura nas manchetes como líder do cartel e como o narcotraficante mais poderoso do mundo (*O Estado do Maranhão*, 05.01.1990), além de ser considerado “o inimigo público número 1 do povo colombiano” (*O Estado do Maranhão*, 27.04.1990. p. 17), sendo responsável pelos principais crimes que ocorrem em Medellín.

No entanto, o Cartel de Medellín já demonstra sinais de enfraquecimento, embora ainda se tenha notícias de atentados e assassinatos. Como veremos nesta reportagem: “O grupo de ‘los extraditables’ afirma na carta que aceita o triunfo do Estado, das instituições e do governo [...] deporemos então as armas e objetivos de luta dos mais altos interesses da pátria” (*O Estado do Maranhão*, 18.01.1990. p. 8). Nessa outra notícia expõe que:

Os narcotraficantes do Cartel de Medellín entregaram seus três maiores laboratórios de fabricação de cocaína, avaliados em 20 milhões de dólares [...] Segundo os repórteres [...] os laboratórios eram uma verdadeira cidadela industrial para produção de cocaína em escala [...] O objetivo do cartel cujo lema é **‘preferimos uma tumba na Colômbia que a prisão nos Estados Unidos’** é a suspensão das extradições (*O Estado do Maranhão*, 15.12.1990. p. 9, grifo nosso).

De fato, a luta que o Cartel de Medellín e Pablo Escobar travaram contra o governo nas páginas de *O Estado do Maranhão* sempre fora o tratado de extradição no qual os “narcotraficantes do Cartel de Medellín se declaram em estado de alerta para enfrentar a decisão do governo de continuar extraditando membros do grupo” (*O Estado do Maranhão*, 05.03.1990. p. 6). Entretanto, a resposta do governo em relação ao possível acordo foi a de “que não negociará com os cartéis da droga” e o braço armado do Cartel de Medellín se declararam

“traídos” (*O Estado do Maranhão*, 31.03.1990). Nos anos finais do recorte desta pesquisa tem-se a intensificação da campanha pela captura do grande narcotraficante “El patrón” e as constantes baixas sofridas pelo Cartel de Medellín ganham destaque.

A seguir, mostraremos uma série de notícias que demonstram a preocupação do jornal com a situação, conforme mostram as manchetes de 1990: “Colômbia premia quem auxiliar na prisão de Gaviria” (OEM³⁷, p. 8); “Colômbia aumenta prêmio para capturar Gaviria” (OEM, p. 8); “Polícia colombiana desmantela rede de narcotráfico” (OEM, p. 6); “Baixa no Cartel” (OEM, p. 12); “Rede de Tráfico é destruída pela força boliviana” (OEM, p. 10).

Diante o exposto, em uma dessas notícias fala-se que o prêmio pela captura de Pablo Escobar pode chegar a 600 mil dólares e por outro lado aponta que o valor alto é para deter a “campanha de suborno” deflagrada por ele: em que oferece dinheiro para os camponeses ficarem em silêncio sobre o seu paradeiro. Arbex Júnior (1993) explana “com apelos populistas e demagógicos, distribuindo entre camponeses e indígenas as migalhas de um negócio bilionário, os narcotraficantes formam imagem de respeitabilidade que dificulta sua captura” (Arbex Junior, 1993. p. 43).

As autoridades, então, duplicaram a recompensa “para quase um milhão de dólares” e intensificaram a campanha de sua captura. Foram lançados vários panfletos de helicóptero com este fim. O jornal chama a atenção que Pablo Escobar não responde a processo nenhum na Colômbia como traficante (informação contraditória); e, sim, como mandante intelectual de vários assassinatos. Ao fim das notícias é corriqueiro aparecer justificativas das autoridades de que estão vencendo a guerra contra os traficantes, pois concluíram que o cartel já perdera vários membros em confronto com a polícia, inclusive Gustavo de Jesus Gaviria, primo de Pablo Escobar.

Em 1991 as reportagens passaram a noticiar ainda mais que o narcotráfico teria sofrido diversas derrotas, principalmente, as quadrilhas que o cartel utilizava para realizar suas ações violentas. Além disso, aumentam as expectativas em torno das negociações de entrega de Escobar e outros membros do Cartel de Medellín, fica evidente neste trecho: “Pablo Escobar Gaviria, chefe do Cartel de Medellín, enviou uma mensagem ao Presidente César Gaviria Trujillo na qual expõe suas condições para uma possível rendição à justiça” (*O Estado do Maranhão*, 14.05.1991). Nesta outra mensagem declara ser o “primeiro a querer a paz e para obtê-la, está disposto a se entregar [...]” (*ibidem*, p. 8). O símbolo maior da guerra contra os narcotraficantes estava preso e isto acalentava as autoridades: “Pablo Escobar, preso, diz-se em

³⁷ A sigla OEM foi utilizada para abreviar o termo *O Estado do Maranhão*.

paz” é uma reportagem bem longa como as outras e dá destaque para a mensagem que Escobar teria divulgado antes de se entregar:

[...] Escobar Gaviria 42 anos, disse que sua rendição ‘é um ato de paz’ e assegurou que está disposto a passar ‘todos os anos de prisão necessários’ para saldar sua dívida com a sociedade [...] O capo do Cartel de Medellín é acusado de múltiplos delitos que vão desde assassinatos, sequestros e atentados terroristas até o contrabando de drogas (*O Estado do Maranhão*, 21. 06. 1991. p. 6).

Na página da reportagem acima, com título expressivo, notamos que são duas reportagens numa mesma página sobre a rendição de Pablo Escobar. Na primeira, destaca-se que Escobar por se entregar livremente não será extraditado para os Estados Unidos como parte do acordo feito entre César Gaviria. Na segunda notícia intitulada - “Reações: pró e contra” temos o fragmento segundo o jornal de uma opinião de Gabriel García Márquez³⁸ “prêmio Nobel de literatura” em que este elogia o feito do governo. Por outro lado, temos a reação do jornal *El Expectador*³⁹ que afirma ser a entrega de Escobar “fruto da negociação política do terrorismo”, ou seja, sua prisão foi comandada por ele próprio e não pelo Estado.

Já numa notícia de 1991 veiculada na capa do jornal observamos que com a entrega de Escobar, os outros maiores membros do cartel também entraram em acordo para se entregarem à polícia: “Escobar diz que mais de doze se entregam” (*O Estado do Maranhão*, 22. 06. 1991, p. 1). Essa notícia está direcionada para a página 12 em que os Estados Unidos pressionam por uma pena exemplar para o traficante, ficando claro na notícia os debates e tensões sobre a questão.

Logo, diante da prisão de Escobar e de outros membros, o Cartel de Medellín começa a perder espaço para um novo elemento - o Cartel de Cali. Como mostra parte deste fragmento: “Boucher [...] Acrescentou que o Cartel de Cali havia assumido muitas das operações do Cartel de Medellín e defendeu uma ação enérgica e rápida contra os novos chefes [...]” (*O Estado do*

³⁸ Segundo comentário de Flávio Aguiar (2014) ao Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe mantido pela USP: “Entre o elenco de grandes narradores que a América Latina revelou ao mundo literário nas últimas seis décadas figura esse escritor e jornalista colombiano, uma das personalidades intelectuais mais atuantes e populares do mundo. Marco na narrativa do real maravilhoso, o Nobel de Literatura (1982) instaurou, com o romance *Cien años de soledad* (1967), a coluna central para uma literatura que funde no universo múltiplo próximo do Caribe a musicalidade do idioma espanhol com o mundo mágico de seus povos mestiços, herdeiros diretos ou enviesados dos indígenas, negros e europeus”. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/gararcia-marquez-gabriel>. Acesso em: 10. 09. 2023.

³⁹ “Dentre os veículos de imprensa, o jornal *El Espectador* de Bogotá ficou marcado historicamente como o que teve atuação mais incisiva nas denúncias sobre o narcotráfico. O editor-chefe do impresso, Guillermo Cano Izasa, foi uma das vítimas das retaliações de Pablo, sendo assassinado no dia 17 de dezembro de 1986, ao sair da redação do jornal. Cano virou um símbolo da imprensa livre, sendo homenageado pela UNESCO com seu nome no prêmio de liberdade da imprensa concedido anualmente pela organização (Alves, 2021, p. 11)”.

Maranhão, 22.06.1991, p. 6). E mais uma vez a notícia chama atenção para o que disse o chefe da Agência Antidrogas norte-americana, a DEA. Ele afirma que – juridicamente - a pena colombiana não é o suficiente para fazer Escobar pagar por seus crimes, sendo necessário medidas mais duras como a extradição para os Estados Unidos.

Imagem 12: Escobar: EUA pedem pena severa



Fonte: *O Estado do Maranhão*, São Luís, 22.06.1991, p. 6

A reportagem acima divide-se em três partes e as informações contidas na reportagem partem de Robert Bonnerdo, chefe da Administração de Repressão e Combate as Drogas (DEA) e do porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Richard Boucher: a primeira trata-se do impasse entre as autoridades americanas e colombianas. Os norte-americanos pensam na possibilidade de extraditar Escobar, tendo em vista que o local onde ele estava preso não parecia uma prisão; a segunda parte intitulada “Propaganda” é relatado que o governo colombiano mandou distribuir vários panfletos informando a prisão de Escobar e de “todos os líderes do Cartel de Medellín”. O texto tem a intenção de fazer propaganda do êxito em ter conseguido prender Pablo Escobar; a terceira parte relata a rendição do irmão de Escobar, Roberto Escobar Gaviria, considerado “o número dois do Cartel de Medellín”.

Em outra reportagem intitulada “Cai ministro da Colômbia” do ano de 1991. O jornal em evidência indica que dois dos principais periódicos - *El Tiempo* e *El Nuevo Siglo* - acrescentam que um dos motivos da saída do cargo do Ministro da Justiça (Jaime Giraldo Angel) teria sido “a pouca efetividade da polícia no combate ao Cartel de Cali, que aparentemente superou o Cartel de Medellín no tráfico mundial da cocaína” (*O Estado do*

Maranhão, 08.08.1991.p. ?).

Paulatinamente, notamos que as notícias no que tange o cartel foram diminuindo à medida em que essa organização estava sendo desmantelada pelas constantes investidas policiais e prisões de seus principais integrantes. Em algumas notícias relatou-se como “Gaviria Trujillo afirmou no domingo anterior que o Cartel de Medellín havia sido destruído, pois todos os seus principais cabeças estão mortos ou no cárcere”, numa ação policial que teria provocado a “ira dos narcotraficantes” (*O Estado do Maranhão*, 26. 06. 1991. p. 6). É evidente que essa organização ainda não havia sido exterminada e representava - dentro da Colômbia - um elemento de extrema importância tanto social como economicamente, como observamos na questão da grande quantidade de dinheiro que se obtinha via tráfico de drogas:

Uma inesperada abundância de dólares, sem precedentes na história da Colômbia, converteu-se numa tremenda dor de cabeça para o governo de Bogotá[...]. O ministro da Fazenda colombiano anunciou a redução de tarifas alfandegárias para importar automóveis, eletrodomésticos, calçados, roupas, leite e carne. Os impostos chegaram até 300 por cento, haviam elevado os preços dos automóveis [...] aos mais altos do mundo [...]. Segundo o governo, o vasto ingresso de dólares é proveniente do turismo, das remessas de dinheiros dos colombianos que vivem no exterior [...] **alguns analistas dizem que, na realidade, grande parte dessa enxurrada de dinheiro estaria vindo do tráfico de drogas** (*O Estado do Maranhão*, 15. 06. 1991. p. 6, grifo nosso).

Por conseguinte, os lucros obtidos pelo mercado ilícito das drogas psicoativas não permanecem fora dos circuitos legais, mas, ao contrário, transitam com desenvoltura pelos fluxos financeiros. Esse dinheiro é chamado de narcodólores. Cujas origens ilegais se apagam após serem feitos depósitos e transações em grandes bancos e paraísos fiscais sendo reaplicados em negócios clandestinos e não clandestinos (Rodrigues, 2012). Sendo assim, as operações do tráfico de drogas eram bastante significativas na economia colombiana, ainda mais se considerarmos a constante afirmativa de que o Cartel de Medellín era responsável por 80% da exportação da cocaína para os Estados Unidos; e Pablo Escobar, dono de imensa fortuna, se ofereceu para pagar a dívida externa do país (Albuquerque, 2004).

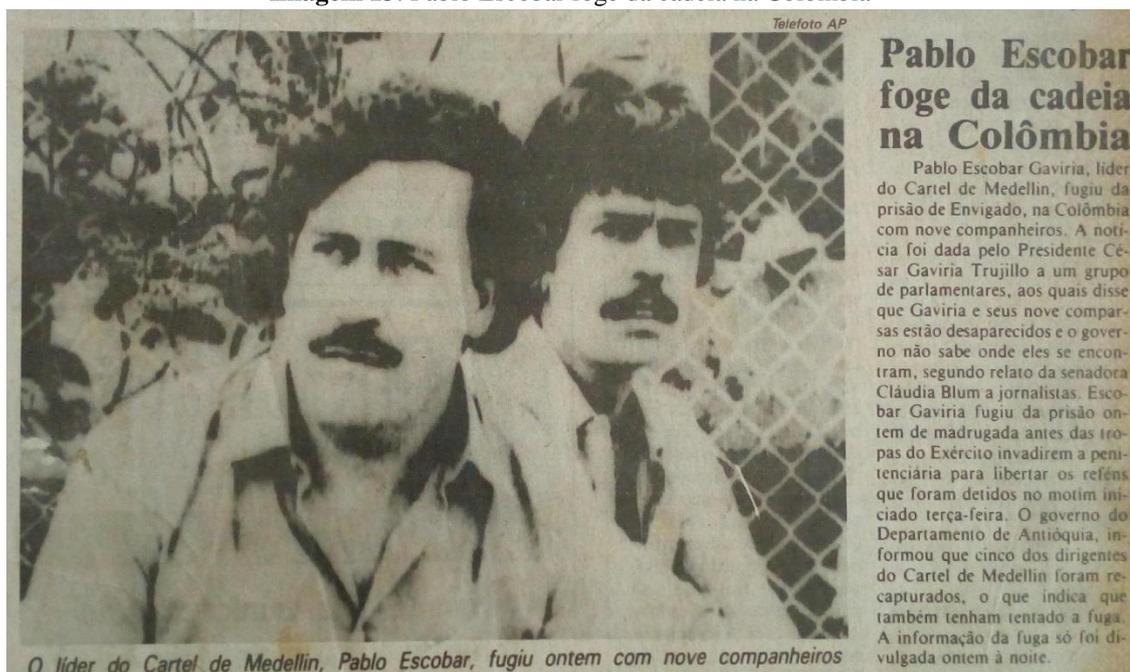
Em julho de 1992 mais um capítulo dessa epopeia: Pablo Escobar foge da prisão. O motivo dessa fuga foi a decisão do governo colombiano, pressionado pelos Estados Unidos, de transferir o narcotraficante para um quartel militar regular e protegido. Com a quebra do acordo antes firmado, Escobar responsabilizou o presidente caso acontecesse uma guerra civil. A fuga trouxe de volta “o problema real e permanente de um governo que se via duplamente pressionado: de um lado por Washington, de outro pela máfia do narcotráfico” (Arbex Júnior, 1993, p. 40-41).

Esse evento foi noticiado no jornal como responsável por “levar uma crise à Colômbia” na qual Blackburn, do Partido Liberal disse “sempre ouvir o presidente dizer que, manter na prisão o senhor Escobar era a pedra angular da política contra o narcotráfico e agora ficamos envergonhados ante o mundo [...]” (*O Estado do Maranhão*, 24. 07. 1992. p. 7). A fuga de Escobar causou também uma série de demissões de altos líderes militares; e autoridades do sistema carcerário renunciaram ou foram restituídas por sua responsabilidade na fuga misteriosa (*O Estado do Maranhão*, 25. 07. 1992. p. 12).

Em relação a possível responsabilidade do presidente César Gaviria Trujillo na fuga de Escobar, *O Estado do Maranhão* intitulou da seguinte forma uma das suas reportagens: “Governo facilita fuga de traficante” e frisa que o presidente da Colômbia foi alvo de severas críticas - tanto por ter dado ordens equivocadas como por ter permitido que Escobar gozasse de conforto e plena autoridade local (*O Estado do Maranhão*, 02. 09. 1992. p. 8).

A seguir temos uma série de reportagens sobre o ocorrido mencionado acima:

Imagem 13: Pablo Escobar foge da cadeia na Colômbia



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 23.07.1992, p. 1

Imagem 14: Fuga de Escobar leva crise à Colômbia



Fonte: O Estado do Maranhão, São Luís, 24.07.1992. p. 7

Imagem 15: Recompensa por Escobar causa debate



Fonte: O Estado do Maranhão, 13. 08. 1992, p. 12

Imagem 16: Fuga de Escobar provoca demissões



Fonte: *O Estado do Maranhão*, São Luís, 25. 07. 1992, p. 12

Desde então as notícias que giram em torno do Cartel de Medellín e Pablo Escobar considerado pelo jornal, a essa altura como “o líder fugitivo do Cartel de Medellín”, são as de que expõe uma possível rendição e da procura por esse narcotraficante. Mas o cartel de Medellín, diante da perseguição de seus familiares, criou uma nova onda de atentados (*O Estado do Maranhão*, 16. 12. 1992, p. 21). Ainda no último ano do recorte, aparecem reportagens sobre ataques provocados pelo Cartel de Medellín, no entanto Escobar já não era considerado o inabalável e perigoso líder do cartel, mas, sim, um fugitivo, um perseguido prestes a ser preso:

Três poderosas cargas explosivas destruíram ontem um centro de lazer campestre de Pablo Escobar Gaviria [...]. Fontes bem informadas disseram que todos os parentes de Escobar Gaviria, estão agora escondidos, temendo serem assassinados pela onda de terror decretada contra o outrora onipotente chefe do cartel de droga, alvo de uma implacável perseguição por parte de um grupo que se autodenomina Los Pepes⁴⁰ (*O Estado do Maranhão*, 20. 02. 1993, p. 7).

Assim, Pablo Escobar se configura como o elemento mais importante para as representações do narcotráfico até 1993 na imprensa maranhense. Desde o início como figura poderosa até o momento em que, nas páginas do impresso, a estrutura que o cercava mostrava-se cada vez mais fragilizada e “praticamente sozinho com a rendição de 16 de seus mais próximos companheiros e a morte de outros quatro, Escobar tentou, a duas semanas, enviar a Miami seus filhos mais novos [...], mas a operação fracassou” (*O Estado do Maranhão*, 04.03.1993, p. 7). Logo:

40 O termo “Los Pepes” significa perseguidos por Pablo Escobar.

Os mitos modernos se constroem a partir dos discursos produzidos por uma exposição demasiada nos veículos comunicativos como os jornais. Dessa forma, tem-se a construção no imaginário social de uma persona que é maior do que realmente é, isto é, as imagens passam por edições, retoques, modificações o que contribui ou alimenta a fantasia dos consumidores de imagens (Machado, 2012, p. 26).

A essa altura a imagem de Pablo Escobar e a do Cartel de Medellín apareceram cada vez mais debilitadas: “A estrutura do Cartel de Medellín sofreu mais um golpe [...] o assassinato do advogado Zapata, que supostamente estaria a seu serviço” e até mesmo pequenas apreensões segundo o jornal abalavam o “reduzido círculo que protege Pablo Escobar Gaviria, líder do cartel” (*O Estado do Maranhão*, 05. 03. 1993, p. 5). Nesse momento as autoridades locais intensificaram ainda mais as buscas por esse traficante colombiano, acreditavam na sua entrega voluntária já que este estava cercado, pois “Para a polícia, a situação de Escobar é crítica, uma vez que todos os outros membros da cúpula do Cartel de Medellín estão mortos ou presos” (*O Estado do Maranhão*, 08.10.1993. p. 7).

Sabemos que o narcotráfico não acabou com o fim de Escobar, muito pelo contrário até os dias atuais ainda é um grande desafio, sobretudo, porque sofreu modernizações em várias áreas de sua atuação. Mas é interessante notarmos que, ao fim do recorte, vislumbramos uma nova postura do jornal perante o traficante. O narcoterrorista parecia enfraquecido, sua força diante das investidas do Estado já não eram as mesmas e até o Cartel de Medellín, conhecido por empregar a violência, agora era substituído pelo de Cali, com uma fama de ser mais recatado e “inteligente”, pois como uma forma de não chamar a atenção das autoridades e da imprensa não costuma fazer muitos atentados. A representação agora perpassava pela fraqueza do crime. Pela necessidade de vencer o mal, o inimigo. Baczko (1985) ao pensar os poderes concorrentes, remonta a criação de novas técnicas para dominar o imaginário:

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por outro lado, estas visavam a constituição de uma nova imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa definiam e para o qual pretendiam obter maior número de adesões (Baczko, 1985, p. 300).

Portanto, primeiro criou-se a grande imagem de um mito. Um verdadeiro culto a um criminoso e assassino, mas também houve o cuidado de desvalorizar as suas ações. Ou seja, era necessário criar técnicas de controle sobre esse imaginário social, sobre os narcotraficantes e conseqüentemente as drogas. Sistematizar uma forma do outro lado vencer. Entretanto, agora era a vez de Pablo Escobar, como grande inimigo do governo, aparecer com uma imagem de derrota, afinal ir pelas rotas do crime não pode ser melhor que as “boas condutas” em sociedade.

Além disso, com o clichê de que o crime não compensa, advém o poder engrandecido da polícia e das autoridades que lutam na guerra, a qual encontrava na imprensa uma das mais modernas formas de manipular os imaginários sociais por intermédio das suas grandiosas representações nem sempre fiéis ou exageradamente construídas a partir de fatos.

A partir dessa conjectura, a foto abaixo é a que acompanha algumas das reportagens. Ela foi feita quando Escobar se encontrava preso. Essa imagem é acompanhada de algumas reportagens em tamanho grande, sempre centralizada. A origem da foto é da *Associated Press*. O detalhe vai para a legenda da foto: “Pablo Escobar Gaviria: no centro da crise colombiana”. Tal legenda é reveladora da situação (que era) vigente da Colômbia enquanto enfrentamento do crime organizado. Amiúde, a constante veiculação desta imagem revela que a imprensa consistia num importante mecanismo no manejo do imaginário a partir da criação de representações da temática.

Vejamos abaixo algumas das reportagens com a figura de Pablo Escobar:

Imagem 17: Recompensa por Escobar causa debate

12 São Luís-MA, 13 de agosto de 1992 - quinta-feira O ESTADO DO MARANHÃO

Recompensa por Escobar causa debate

Bogotá (AP) — O Senado abriu ontem um debate sobre a legalidade e justificação moral para oferecer 1 bilhão de pesos (mais de US\$ 1,4 milhão) em recompensa a quem oferecer informações para a captura de Pablo Escobar Gaviria, líder do Cartel de Medellín que está foragido. “Não é possível tirar tanto dinheiro do bolso dos colombianos para capturar um narcotraficante e o governo tem que oferecer uma informação verdadeira e satisfatória”, disse a senadora independente Regina Betancourt. Com a solicitação de Betancourt, os ministros da Fazenda, Justiça e de Governo foram citados para a próxima reunião do Senado. O Ministro da Justiça, Andrés González, revelou aos jornalistas que as recompensas em dinheiro “são um instrumento legítimo, previsto em lei, para lutar contra o crime organizado”. Acrescentou que a elevada recompensa é apenas um dos mecanismos que o governo está utilizando para levar de novo à prisão o narcotraficante. “As autoridades o estão procurando e ainda esperamos sua rendição incondicional. Não importa por que meio. O importante é capturá-lo”, disse o ministro. O Procurador-Geral da República, Gustavo de Greiff, expressou também sua esperança e que a alta recompensa seja um estímulo para que os colombianos colaborem com a Justiça em seu objetivo de capturar Escobar Gaviria.

Congressistas processados
A Procuradoria Geral da República Colombiana anunciou a formação de acusações contra 40 integrantes do congresso devido ao desfalque de milhões de pesos em seu orçamento. O Senado denunciou o pagamento de onerosas indenizações pela demissão de empregados falecidos ou que trabalharam poucos dias. A investigação da Procuradoria estabeleceu que de 1990 a 1991, funcionários do Congresso fizeram compras fictícias, gastos simulados, pagaram salários a funcionários inexistentes ou “fantasmas”, fizeram pagamentos irregulares de seguros e contratos e outras ações lesivas ao orçamento do Poder Legislativo. Cópia da investigação foram remetidas aos juizes para que iniciem os processos penais respectivos contra os responsáveis pelas fraudes aos interesses do Congresso, disse o informe da Procuradoria. O Congresso foi dissolvido no início de 1991 por uma Assembleia Nacional Constituinte, que redigiu uma nova constituição, para emprender uma profunda moralização de seus costumes e determinar um severo regime de poder aos congressistas.

Informar o paradeiro de Pablo Escobar rende prêmio



LEILÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DIA 22 DE AGOSTO DE 1992 AS 14h
NO PATIO DA FÁBRICA DO RIO ANTILLO, LONCATAMA, RUA
01, BAIRRO DO ANIL, SÃO LUIS/MA. DO HORARIO 08h

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

Fonte: O Estado do Maranhão. 13. 08. 1992, p. 12

Imagem 18: Operação de guerra caça Pablo Escobar



Fonte: *O Estado do Maranhão*. São Luís, 03. 03. 1993, p. 7

Nessa perspectiva, a procura implacável por Pablo Escobar se encerrou no dia 2 de dezembro de 1993 quando foi morto pelas forças colombianas e agentes norte-americanos. A notícia da morte de Escobar aparece na capa acompanhada de uma foto colorida que não se repetiu anteriormente. E ainda: a notícia não é longa e apresenta apenas os dados básicos de um assassinato “[...] Pablo Escobar, morreu ontem em Medellín juntamente com guarda-costas num tiroteio com a polícia, 16 meses depois de sua fuga da penitenciária de Evingado [...]” (*O Estado do Maranhão*, 03. 12. 1993, p. 17).

Ademais ao trazer a opinião das autoridades *O Estado do Maranhão* coloca um tópico que tem por título “Exemplo” no qual se tem a fala de De Graiff (uma autoridade norte-americana), ele profere “falei com o presidente César Gaviria e estamos satisfeitos com o fato do Estado ter triunfado sobre o crime. Este é um exemplo para a juventude, para que não se afaste da lei e da ordem” (*O Estado do Maranhão*, 03. 12. 1993, p. 17).

Imagem 19: Pablo Escobar Gaviria morre em tiroteio



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 03. 12. 1993, p. 17

Imagem 20: Túmulo de traficante permanece sob rigorosa vigilância militar



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 05. 12. 1993, p. 8

Depois da morte de Escobar aparecem mais três reportagens na qual é citado - uma em que trata sobre seu velório na qual o jornal retrata: "O caixão do legendário criminoso foi arrebatado por seguidores completamente ensandecidos". Nesse outro trecho da mesma notícia o impresso aponta:

Calcula-se que cerca de 20 mil pessoas compareceram ao velório de Escobar [...]. Milhares de pessoas, entre elas as que foram presenteadas por Pablo Escobar com cerca de 500 casas, deram ao líder do Cartel de Medellín uma despedida de herói [...]. Durante as operações de busca do inimigo número um da Colômbia, outros 29 membros do Cartel de Medellín foram mortos [...] (*O Estado do Maranhão*, 05.12.1993, p. 8).

Observamos que *O Estado do Maranhão*, ao tratar de Pablo Escobar, do Cartel de Medellín e do tema do narcotráfico contribuiu para a formação de um imaginário acerca da Colômbia como um lugar da América Latina dominada pelo tráfico de drogas. Além disso, o trecho da reportagem ressalta a característica do modelo criminoso de Escobar, mas o que foi muito ressaltado pela imprensa brasileira foi a construção da imagem de um “novo bandido”. Este possui a comunidade e armas poderosas nas mãos, pretendia ser uma espécie de Robin Hood, mas, ao mesmo tempo, estava articulado com bandidos menos visíveis do asfalto os quais seriam seus intermediários mais sofisticados (Nobre, 2005). Portanto, “os traficantes, não poucas vezes, são vistos como líderes da comunidade, que entendem os problemas da região fronteiriça em sua luta para sair da pobreza (Bragança, 2012, p. 106). Ademais, nesse sentido, “as fronteiras morais e os papéis recorrentes entre polícia e ladrão — o bom e o mau — tornam-se muito mais complexos se nos afastamos do âmbito jurídico-criminal baseado na dicotomia legalidade/ilegalidade” (*ibidem*, p. 106). Nesse entendimento, compreendemos que:

[...] o imaginário social ganha contornos instrumentais, tendo na ideologia um papel fundamental, uma vez que esta oculta os mitos e orienta novas técnicas de manipulação do imaginário. Tais técnicas, em constante refinamento e diferenciação, criam mecanismos mais sofisticados e especializados de manejo do imaginário, destacando-se, por exemplo, a propaganda moderna (Magalhães, 2016, p. 104).

A representação do traficante como sendo a do “czar da droga” (*O Estado do Maranhão*, 28. 12. 993) está presente nos jornais maranhenses, assim como em boa parte da imprensa mundial. Cabe destacar que a representação de Pablo Escobar nas notícias dos jornais tem origem - na maioria das vezes - na agência norte-americana AP e, por isso, os Estados Unidos também ganham destaque no que diz respeito às temáticas. Então Pablo Escobar enquanto principal chefe do narcotráfico colombiano apareceu nos jornais maranhenses como aquele que deveria ser caçado até as últimas consequências. Representava para o Brasil um risco, tendo em vista a atuação do Cartel de Medellín em território nacional. A declaração de guerra às drogas advinha dos discursos estadunidenses o qual pressionavam os governos latino-americanos para combater num esforço multilateral o narcotráfico. Partindo desse pressuposto, o jornal maranhense atuou de forma ferrenha na luta contra o inimigo comum.

A fama do narcotraficante mais procurado do mundo, visto muitas vezes como uma

figura admirada, traz a necessidade de consumir mais notícias sobre o tema. Essa necessidade de consumo reflete como os jornais maranhenses reproduziram a “narcocultura” que entre as décadas de 1970 e 1980 tinha alcançado um amplo espaço no cinema, música e nos próprios periódicos.

Dessa forma, os meios de comunicação de massa que acompanhavam as diretrizes moralistas nacionais criaram um repertório de imagens que reforçaram os preceitos condenatórios instituídos pela legislação em vigor. No entanto, o apelo para acompanhar essas narrativas ligadas ao mundo do crime e do consumo de drogas indicava que o interesse do público poderia ir além de uma mera recepção pedagógica, revelando também uma espécie de intimidade com aquele universo e um certo prazer pela perversão, pelo proibido que aquelas narrativas apresentavam (Bragança, 2012).

Assim a grande receptividade dos jornais maranhenses com as notícias acerca do narcotráfico não deve ser explicada somente de uma única maneira, mas, sobretudo, que vão além de uma preocupação estatal, tendo repercussão em relação a um “narcoimaginário” presente no seu público. As reportagens e imagens relacionadas ao consumo de drogas, “mesmo contendo um impulso moralista de condenação do vício, seduziam o espectador pelo prazer a que estavam associadas” (*ibidem*, p. 101). Ainda segundo Bragança (2012): “Esse imaginário pressupõe mobilização e predisposição coletiva como pressuposto para além das próprias narrativas relacionadas ao mundo do crime e ao narcotráfico” (*ibidem*, p. 103). Ou seja, o grande número de reportagens explica-se pela necessidade criada advinda dos aparatos da imprensa jornalística e de um anseio da população pelo objeto da notícia (resquício de auto-representação).

3.4 O SIGNIFICADO DO “GUERRA ÀS DROGAS” NO JORNAL MARANHENSE

Entre os diversos desafios enfrentados pelo Brasil na década de 1980, um dos mais significativos foi o crescimento do consumo e do tráfico de drogas em seu território. Nesse contexto, as drogas ilícitas assumiram um papel de destaque afetando a sociedade de maneira profunda, deixando marcas que perduram até os dias atuais. Ademais, o país passava também por intensas transformações sociais, econômicas e políticas; e parte dessas mudanças advém do fato do país ter vivido uma Ditadura Militar (1964-1985).

Tal período histórico brasileiro foi marcado por instabilidade política, inflação alta, desigualdades sociais e desafios econômicos. Essas condições socioeconômicas contribuíram para a fragilização de uma parcela significativa da população que se tornara mais vulnerável

aos problemas relacionados às drogas levando assim o tráfico de drogas e a violência urbana a se intensificarem.

Diante destas condições, o Brasil passou a ser rota para o tráfico internacional, especialmente de cocaína. Nesse contexto, não só o jornal *O Estado do Maranhão*, mas também *O Imparcial*, jornal também maranhense, passou a veicular uma mensagem de cunho proibicionista sobre as drogas, semelhante ao tom daquelas adotadas no jornal escolhido como fonte primária para este trabalho. Na reportagem abaixo intitulada: “Congresso dos EUA denuncia: Brasil é a capital da droga”, observamos que o discurso sempre está associado ao que interessa aos Estados Unidos. Logo, em muitas notícias usa-se o termo “da droga”, no singular, para se referir à cocaína e não a um conjunto de outras drogas, tais como a maconha, o crack. Segundo a reportagem:

WASHINGTON - O Brasil se transformou num país produtor de droga e num ponto para seu embarque e seu governo contribui apenas com recursos escassos para combater a produção. Tais informações estão no relatório divulgado ontem no congresso norte-americano. Os congressistas pedem que os Estados Unidos reduzam ou eliminem as cotas de açúcar, caso o governo brasileiro fracasse no combate ao tráfico de tóxicos (*O Imparcial*, 29. 07. 1988, p.?).

Percebemos, por intermédio deste jornal, que assim como outros países da América Latina, o Brasil sofria pressão econômica caso este não efetuasse uma campanha contra as drogas. Essa postura de expressar que o Brasil sofria ameaças dos Estados Unidos é suprimida no jornal *O Estado do Maranhão*, pois, talvez não fosse do interesse do grupo passar a imagem de um país dominado pelas drogas. Segundo ainda essa reportagem, cita ainda que o país era tanto produtor como também ponto de exportação de drogas. Esse tipo de represália era algo comum aos países da América do Sul o qual sofriam um tom de ameaça dos EUA.

Imagem 21: Congresso dos EUA denuncia: Brasil é capital da droga



Fonte: *O Imparcial*, 29.07.1988, p.?

A entrada dessas substâncias afetou principalmente áreas urbanas, onde se concentravam os principais mercados consumidores. O consumo de drogas ilícitas se popularizou neste período, atingindo diferentes camadas sociais; outro fator foi o aumento do desemprego, a falta de perspectivas levou muitas pessoas a buscarem nas drogas uma forma de escapar da realidade e lidar com suas angústias e frustrações. Além disso, a influência da cultura pop, como o *rock*, o movimento *hippie* também contribuiu para a normalização e certa “romantização” do consumo de substâncias entorpecentes.

É nesse contexto que as mídias, sobretudo, a imprensa apresenta-se como um campo de disputa no qual os vários agentes sociais envolvidos nesse processo negociam suas imagens a partir de políticas de representação que se erguem para além da dicotomia legalidade/ilegalidade (Bragança, 2012). As imagens, os textos que circulam na imprensa, superam a velha dualidade de serem ilegais ou legais e assim outros fatores passam a repercutir na lógica de representação sobre as drogas presentes nesses espaços:

As informações definidas no repertório de um veículo midiático se decidem pela audiência. É a aceitação ou rejeição do público que orienta os conteúdos difundidos pela imprensa. No entanto, isso não significa que existe uma ação midiática puramente neutra. Deve ser salientado que as informações difundidas pela mídia nem sempre são imparciais. Os meios de comunicação atuam como mecanismos de expansão e veiculação de medidas que podem assumir como finalidade garantir a manutenção de modos específicos de ser e agir, corroborando, muitas vezes, com os interesses dos conglomerados midiáticos e dos demais setores produtivos (Moscovici, 2012 *apud* Morera *et al.*, 2015, p. 1060).

Diante do exposto pode-se afirmar que a mídia não entende a droga como dispositivo de controle social apenas, ou mesmo reproduz as ocorrências da sociedade, parece assumir importante papel na construção de realidades por via das representações que cria. Por exemplo, o crescimento das drogas na sociedade brasileira teve consequências devastadoras para a saúde pública: a disseminação do HIV/AIDS pelo compartilhamento de seringas, a dependência química e o surgimento de doenças psiquiátricas associadas ao uso de drogas (*ibidem*, 2015).

Dessa maneira o Estado brasileiro teve que enfrentar o desafio de combater o tráfico e promover políticas públicas voltadas para a prevenção e tratamento do uso de drogas. Além disso, foram criadas leis mais rigorosas, intensificou-se a repressão ao tráfico. Foram também implementadas iniciativas de prevenção nas escolas e comunidades “dando contornos a uma fronteira que coloca em xeque um Estado-polícia forjado por paradigmas modernos” (Bragança, 2012, p. 96).

No entanto, essas medidas enfrentaram dificuldades para lidar com a dimensão e complexidade do problema e, assim, o governo passou a utilizar de artifícios mais pedagógicos

para lidar com tal situação. Na reportagem abaixo temos fragmentos de falas que José Sarney enquanto presidente do Brasil teria proferido sua preocupação com o problema do narcotráfico: “O narcotráfico é um problema moral e toda humanidade deve está engajada contra ele, e não apenas ao Brasil e a Colômbia”.

Imagem 22: Brasil ajudará luta contra narcotráfico



Fonte: *O Imparcial*, 09. 02. 1988, p. 10

Portanto a compreensão do seu significado na sociedade brasileira passa tanto pelas razões que o país tinha pela urgência de amenizar o aumento do consumo interno, mas também de atender uma agenda externa, muitas das vezes marcada por questões econômicas e políticas a qual almejava o chefe brasileiro no período: “O presidente Sarney falou do grande interesse brasileiro em importar carvão da Colômbia que, segundo disse, passará a ser o grande fornecedor para a indústria siderúrgica brasileira” (*O Imparcial*, 09. 02. 1988, p. 10). Mais uma vez reiteramos o interesse do Estado em tecer uma aproximação com a Colômbia, não somente no que diz respeito ao narcotráfico, mas num apoio ao combate do principal problema colombiano, pretendendo, então, estreitar as relações econômicas entre os dois países latinos.

Daí, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, notamos uma crescente complexidade relacionada à questão das drogas em vários países revelando que “as mesmas são também mercadorias e estão sujeitas a leis de oferta e procura, precificação e disputa de

mercados, especialmente quando inseridas em um contexto de ilegalidade” (Bastos, 2018, p. 13). Por outro lado, temos a emergência durante a década de 1980 da disseminação de um discurso de “guerra às drogas” por parte dos governos Reagan e Bush, numa tentativa de retomar o controle político-social e equilibrar a produtividade econômica interna para recuperar a hegemonia mundial (Santana, 1999).

No jornal, esses discursos são retomados, principalmente, a partir dos episódios violentos, dos atentados em que a imprensa expressa indignação com a brutalidade dos assassinatos e das explosões de carros-bomba que atingiam diversos inocentes. Portanto, o discurso de combate ao terror, para justificar a posição dos Estados Unidos em defesa de uma política de controle militarizado do narcotráfico, passa a ser adotado facilitando assim a sua “ajuda” aos países, nesse sentido:

Essa normatização da linguagem adotada pelos produtos da mídia ao tratar do universo das drogas incorporou a visão totalizadora do processo, integrada à funcionalidade dos grandes cartéis, marcando de forma objetiva e clara o inimigo comum. Isso veio ao encontro, a partir da década de 1980, de uma proposição do Estado de conferir ao tráfico uma intenção política: a relativa autonomia do campo do tráfico de drogas em relação ao poder público, em função de um desmoronamento da própria autoridade do sistema de partidos do Estado e do predomínio do Poder Executivo, foi encarada como uma questão de segurança nacional (Astorga, 2003 *apud* Bragança, 2012, p. 102-103).

As palavras “terror” ou “terrorismo” foram empregadas ao noticiar atentados a bombas com explosão e atentados a tiros englobando práticas relacionados ao chamado narcotráfico. Assim, os léxicos “narcoterrorismo” / “narcoguerrilha” foram incorporados aos discursos e às análises oficiais e da própria mídia sobre o fenômeno do narcotráfico na América Latina. A partir de então como duas faces de uma mesma moeda (Procópio; Vaz, 1997). Então:

Discurso de Bush: ‘[...] A mensagem que está sendo transmitida a governos e líderes da América Latina é que as controvérsias devem ter limites quando o perigo é comum e quando se arrisca perder não só o controle da economia senão também a interferência na vida política’ (*O Estado do Maranhão*, 06.09.1989. p. 8).

Para tanto, a estratégia norte-americana de criar uma força militar de combate ao narcotráfico foi rechaçada pela maioria dos países participantes de reuniões de cúpulas (Procópio; Vaz, 1997). Diante da postura dos países sul-americanos, os Estados Unidos adotaram “a guerra de baixa intensidade” que consistia em oferecer ajuda militar e econômica para o combate às drogas internamente nos países afetados, segundo Santos (2007, p. 180). Essa manobra fica evidente no texto da notícia abaixo, demonstrando também a resistência dos países tidos como fonte do narcotráfico. Veja o texto da reportagem na íntegra:

Imagem 23: Colômbia espera que EUA revoguem sanções



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 08. 01. 1988, p. 8

As falas do chanceler colombiano - Julio Londono Paredes - aparecem destacadas entre aspas. É comum nas reportagens os discursos de autoridades aparecem entre aspas para serem diferenciadas de quem escreve as notícias. Nos trechos abaixo o chanceler demonstra indignação com a forma como os Estados Unidos vinham tratando o povo colombiano, bem como os prejuízos/danos dos bloqueios econômicos, apreensões e intervenções dos norte-americanos vinham fazendo contra a Colômbia, para tanto:

A Colômbia espera que EUA revoguem sanções.

Bogotá - O chanceler Julio Londono Paredes expressou ontem confiança de que os Estados Unidos revogarão as "medidas arbitrárias de represália"⁴¹ tomadas contra os viajantes e o comércio de exportação da Colômbia pela libertação judicial do traficante Jorge Luis Ochoa Vasquez.

A Colômbia apresentou anteontem um protesto formal ao encarregado de negócios dos Estados Unidos, Philip McLea, pelas rigorosas inspeções contra os viajantes provenientes da Colômbia e a produtos de exportação perecíveis como flores, mariscos e bananas que chegam diariamente às cidades norte-americanas.

"Deve ficar claro perante a opinião pública nacional e internacional que é injusto, desproporcional, contrário aos princípios do Direito Internacional que um País adote uma série de medidas arbitrárias em represália contra crianças, mulheres e homens inocentes que viajam para os Estados Unidos que não têm participação nos assuntos que deram origem às retaliações, e afetar as exportações colombianas que são a base de nossa economia", disse o chanceler aos jornalistas no aeroporto antes de viajar à Costa Rica para se integrar à Comissão de Verificação dos Acordos de Paz na América Central.

⁴¹ Deixamos as aspas nesta citação para não retirar a originalidade do texto da reportagem que sempre usa as aspas para destacar falas de autoridades como por exemplo as do Chanceler Julio Londono Paredes.

"O governo da Colômbia espera que a administração do Presidente Ronald Reagan revoque esta ação contrária às normas e princípios que são a base fundamental nas relações amistosas entre os países do hemisfério", acrescenta o chanceler.

O ex-embaixador da Colômbia nos Estados Unidos, Francisco Posada de la Pena, pediu ontem ao governo que leve o caso à Comissão de Consulta e Negociação da Organização dos Estados Americanos (OEA), para obrigar o governo norte-americano cessar suas represálias (*O Estado do Maranhão*, 08. 01. 1988, p. 8).

O intuito das políticas repressivas ali implementadas tinha como objetivo principal a diminuição da oferta de drogas no mercado americano e, conseqüentemente, haver um aumento do preço. Enfim, uma diminuição do consumo. Na prática, essa política proibicionista não funcionou, pois, como fora dito anteriormente, o mesmo Estado que declara guerra contra as drogas é também aquele que financia ou importa boa parte dos insumos o qual são necessários para produção de drogas e manutenção das redes criminosas do narcotráfico (Santana, 1999). Por outro lado, essa represália aos países significava também um jogo geopolítico dos Estados Unidos numa tentativa de intervir em suas economias e também na administração política dos países:

É quando surge a ideia recorrente de que as organizações do crime relacionadas ao comércio da droga formariam uma espécie de 'Estado dentro do Estado', como forma de dar uma unidade a esse "inimigo comum", ao mesmo tempo que se tentava ocultar as relações entre os dois 'Estados'. Assim, o Estado militarizado precisava combater o narcotráfico e suas organizações como um inimigo político e, como estratégia de ação, viria intensificar a criminalização das manifestações culturais que insistiam em afirmar a permanência de um narcoimaginário (Bragança, 2012, p. 103).

Segundo Thiago Rodrigues (2004, 2012), no século XIX, as drogas ainda não tinham *status* de um problema social, mas devido a alguns fatores, como o aumento da população, alguns Estados começaram a adotar medidas mais severas que visavam controlar o uso pela população. A partir desta ótica, as drogas passaram a ser vistas como uma questão de saúde pública levando-as a receber um controle maior pelos Estados. Ademais, algumas drogas passaram a ter seu consumo ligados a algumas noções preconceituosas como o racismo, a xenofobia, principalmente nos Estados Unidos, onde eram vinculadas aos negros, imigrantes, prostitutas e outras minorias étnicas (Rodrigues, 2012).

Daí medidas sanitárias foram impostas, em vista que as drogas eram concebidas, inicialmente, como uma questão de saúde pública. A proibição, então, funcionou como estratégia, uma tentativa de manter os corpos sadios e bons para desenvolver atividades nos moldes capitalistas. A tentativa de conter o uso individual e coletivo dos psicoativos não surtiu o efeito esperado, mas impulsionou o crescimento e o aumento do submundo do crime organizado. Simultaneamente, a chamada "questão das drogas" ganhou destaque em várias

nações, principalmente na segunda metade do século XX. O “perigo” precisava ser combatido. Logo as drogas passaram a representar um problema de segurança internacional (Dalmiglio; Fingermann, 2021), passando da fase de caracterização de um problema de saúde pública para um problema de ordem social.

De acordo com esta visão, podemos reconhecer uma mudança importante no Brasil - se antes se negava a exercer um controle maior sobre as drogas, a partir da segunda metade do século XX muda sua postura aderindo à campanha internacional de combate às drogas, muitas vezes, influenciado pelas ameaças de possíveis represálias comerciais, como visto anteriormente. Então passou-se a incorporar o discurso de “guerra às drogas” nas suas leis na imprensa e outros mecanismos, reforçando os laços proibicionistas acerca das drogas.

No entanto, não simplesmente por ser conivente com os postulados internacionais, mas também porque em seu território se agravava (e aumentavam) os crimes ligados às drogas. Dessa forma as autoridades brasileiras se apropriaram das experiências que outros países já viviam para tentar vencer um inimigo que começava a criar fortes raízes no país, levando a população a clamar pela instauração de mais segurança pública, bem como o combate à violência ligada às drogas.

3.5 DROGAS, REPRESENTAÇÃO E IMAGINAÇÃO SOCIAL: “MOMENTO ALTO DE AFIRMAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POPULAR” NO MARANHÃO

Vimos no tópico anterior que a década de 1980 foi marcada por uma intensa transformação sociopolítica e até mesmo cultural. Um dos aspectos mais notáveis desse período foi a emergência e a disseminação do consumo de drogas ilícitas que desempenhou um papel significativo no imaginário social do período. Por isso, neste último ponto exploraremos a relação entre drogas e o imaginário social na década de 1980 analisando como esse fenômeno se refletiu na sociedade brasileira e maranhense.

Partimos da constatação de que o aumento do consumo e sua ampla cobertura na imprensa levou ao surgimento de um medo social, de sensação de perigo e paranoia associados às drogas, culminou com a criação de políticas repressivas bem como a criminalização. Porém, o desenvolvimento de um imaginário social sobre as drogas, não estava associado somente à imprensa, pois ele já vinha aparecendo em outros espaços e em meios de comunicação.

Podemos, nesse sentido, apontar que a música desempenhou um papel central na disseminação do imaginário social em relação às drogas nas décadas de 70 e 80. Neste período, gêneros como o *rock*, o *punk* e o *hip-hop* já refletiam em suas letras as experiências e

preocupações da juventude em relação às drogas, tanto como forma de reivindicação quanto como representação da realidade vivida. Não raro, artistas como David Bowie, Rolling Stones, Ramones, Bob Marley exploraram o tema das drogas em suas canções, transmitindo mensagens sociais e políticas. No Brasil, no período imediatamente anterior ao nosso recorte, a contracultura, marcadamente “Os meios de comunicação e as práticas artísticas passaram a ser considerados [...] como instrumentos de formação das práticas subversivas, envolvendo temas considerados desagregadores das famílias e dos valores sociais” (Rigoni Filho; Hoffmann-Horochovski, 2022, p. 389). Na América Latina, não obstante, outro gênero musical se desenvolvia e contribuía para o surgimento de um narcoimaginário, nos referimos aos chamados *narcocorridos*, estilo de música popular mexicana a qual tem uma abordagem acerca do narcotráfico, nesse sentido:

Os *narcocorridos* são músicas do repertório de bandas extremamente populares, de abrangência nacional, e por vezes internacional, como Los Tigres del Norte, Los Tucanes de Tijuana, Los Originales de San Juan, Grupo Exterminador e Luis y Julián, além de dezenas de outras que gravam para selos internacionais, como Sony e EMI. Carregam em si as marcas de uma tradição folclórica misturadas com o submundo tecnológico de rappers gangstar (Wald, 2001). Os corridos que trabalham com o tema do narcotráfico ganharam força no cenário musical mexicano a partir da década de 1970, mostrando que os velhos corridos de contrabandistas de álcool abriram caminho a uma série de novas canções sobre o contrabando. Los Tigres del Norte haviam começado essa nova moda com dois êxitos: *Contrabando y Traición* e *La banda del carro rojo*, no princípio dos anos 70. Cada uma dessas canções deu origem a um filme, que seguia a narrativa da música e que teve uma série de continuações (Bragança, 2012, p. 105).

Da mesma forma, o cinema também desempenhou papel importantíssimo na construção do imaginário social acerca das drogas na década de 1980 e também colaborou com uma abordagem policial sobre o tema. Filmes como *Scarface*, *Trainspotting* e *Requiem for a Dream* retrataram as realidades brutais do uso de drogas e suas consequências, influenciando a forma como as pessoas enxergavam esse fenômeno. Na América Latina temos uma produção conhecida como *narcocine*. Este se desenvolvia como também contribuía para o surgimento de um narcoimaginário no México, mas também teve forte influência em outros países. Ademais:

Essa produção, encontra-se um conjunto de filmes conhecidos como *narcocine*, uma espécie de subgênero mexicano das películas de ação de tema fronteiro. Esse repertório se desenvolve a partir de outro esquema de produção, distante dos grandes estúdios nacionais, em busca de formas mais baratas de realização dos filmes. O *narcocine* é sem dúvida um dos elementos da produção audiovisual mexicana que melhor traduz as marcas de uma narcocultura presente no imaginário popular, o que garante sua enorme riqueza cultural no intento de compreender, inclusive, a dimensão simbólica daqueles milhares de cadáveres que não param de surgir nas narcopaisagens fronteiriças [...]. A violência se estabelece como matriz da narrativa destes filmes, em torno da qual todas as formas de negociação se materializam, tanto no aspecto das

relações de poder desenhadas na trama quanto no sentido da legitimação de um Narcoestado, capaz de suportar o imaginário em torno do narcotraficante, chefe dos grandes cartéis (Bragança, 2012, p. 103-104).

A presença do narcotráfico nestes veículos sempre aparece acompanhada do poder policial para combater aqueles que subvertiam a ordem. Assim tanto nas letras de músicas, nas cenas violentas dos filmes listados e nas páginas dos jornais impressos aparece a resposta do Estado. Este enfatiza a repressão e a punição aos traficantes e usuários na direção da criminalização que provocou um aumento significativo das taxas de encarceramento relacionadas às drogas.

Essa abordagem na imprensa e demais meios de comunicação influenciou profundamente as políticas públicas moldando as percepções do público acerca das drogas, criando um estigma em torno dos usuários. Nessa perspectiva, “Os meios de comunicação de massa que acompanhavam as diretrizes moralistas criaram (...) imagens que reforçaram, a partir da linguagem do melodrama, os preceitos condenatórios instituídos pela legislação em vigor” (Bragança, 2012, p. 100-103). Esse repertório midiático criado em torno das drogas vai contribuir para uma visão distorcida do uso e dos usuários. Logo:

É por meio da polêmica, do pânico social, que as drogas se instauram como um mal da sociedade. Configuram-se, por meio do discurso midiático, com seu caráter epidêmico, contagiante. É a decadência de seus usuários que se sobressai como mote de preocupação pública. Essa narrativa sensacionalista tende a incitar o pânico, deixando em segundo plano a vulnerabilidade dos usuários e priorizando questionamentos de caráter pessoal aos que fazem uso de drogas (Wurdig; Motta, 2014 *apud* Acioli Neto *et al.*, 2022, p. 7).

Dessa maneira, o uso de drogas e a criação da necessidade de repressão foi se instituindo na imprensa, no imaginário coletivo ganhando as drogas *status* emergência global como um tema de grande proporção social. A imprensa, então, ganhou papel fundamental na cobertura desse fenômeno, moldando a percepção pública e influenciando a formulação de políticas. Assim, o jornal *O Estado do Maranhão*, meios de comunicação em geral, como revistas e programas de televisão, desempenharam uma função proeminente na cobertura do tema drogas, muitas vezes com enfoque sensacionalista e alarmista.

Essa postura adotada pela imprensa contribuiu para a criação de um imaginário social negativo em torno do uso de drogas, alimentando o medo e a estigmatização dos usuários. Não raro, a imprensa associava o uso de drogas a problemas sociais, criminalidade e decadência moral. Nesse sentido, as reportagens e matérias retratavam os usuários como marginais, viciados e, portanto, como ameaças à sociedade:

Essas realidades, portanto, adquirem sentido, entre outros, por meio da produção de representações sociais. Com o intuito de interpretar, nomear e definir os diferentes aspectos da realidade cotidiana se constroem representações sociais, o que permite a tomada de decisões e a possibilidade de se posicionar diante desse universo social. Ao serem construídas, as representações passam a compor um repertório de significações, que os sujeitos podem utilizar para compreender e dar sentido ao mundo. Desse modo, a representação social promove a elaboração de um objeto pela comunidade com o propósito de comunicar e agir (Moscovici, 2012; Wagner, 1998 *apud* Morera *et al.*, 2015, p. 1060).

Além disso, a cobertura midiática focava nos aspectos mais impactantes das drogas como violência relacionada ao tráfico e o surgimento de novas drogas - como o crack. Essas representações transmitiam uma imagem distorcida, estigmatizada e preconceituosa, contribuindo para a criminalização dos usuários e para a adoção de políticas repressivas. Desta maneira, o imaginário social construído pela imprensa teve um impacto direto na formulação de políticas relacionadas às drogas na década de 1980. Por conseguinte, o medo e um certo delírio midiático em torno do tema levaram a uma abordagem predominantemente repressiva e, como consequência, o fortalecimento das políticas de guerra às drogas. Essas notícias a respeito das drogas se correlacionam diretamente ao público do jornal, forjando assim o imaginário social maranhense sobre as drogas.

Para compreendermos melhor como se deu esse impacto das representações sobre as drogas no Maranhão selecionamos reportagens que tratam ou citam o Maranhão como uma das possíveis rotas do narcotráfico, além de notícias e imagens que mostram, denunciam o aumento do consumo de drogas na população maranhense. Como também teceremos algumas considerações a respeito da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do narcotráfico instituída no Maranhão em 1991 que, embora extensa e resulte num outro trabalho, nos traz informações relevantes para compreendermos o imaginário social maranhense em torno das drogas nos últimos anos do recorte desta pesquisa.

Essa reflexão, então, busca entender até que ponto as notícias refletem uma realidade do forte impacto das drogas no dia a dia das pessoas comuns, a sua repercussão midiática internacional e local a qual, como explicamos no capítulo anterior, obtinha essas informações de uma agência internacional, a AP. Acreditamos, diante o contexto, que a imprensa e os discursos analisados não se tratavam apenas de especulações midiáticas, mas uma realidade a qual estava sendo representada e construída, forjando uma imaginação social acerca das drogas. Portanto repercutir esse imaginário - por meio das representações da imprensa - foi um meio estratégico na luta contra o narcotráfico também, pois:

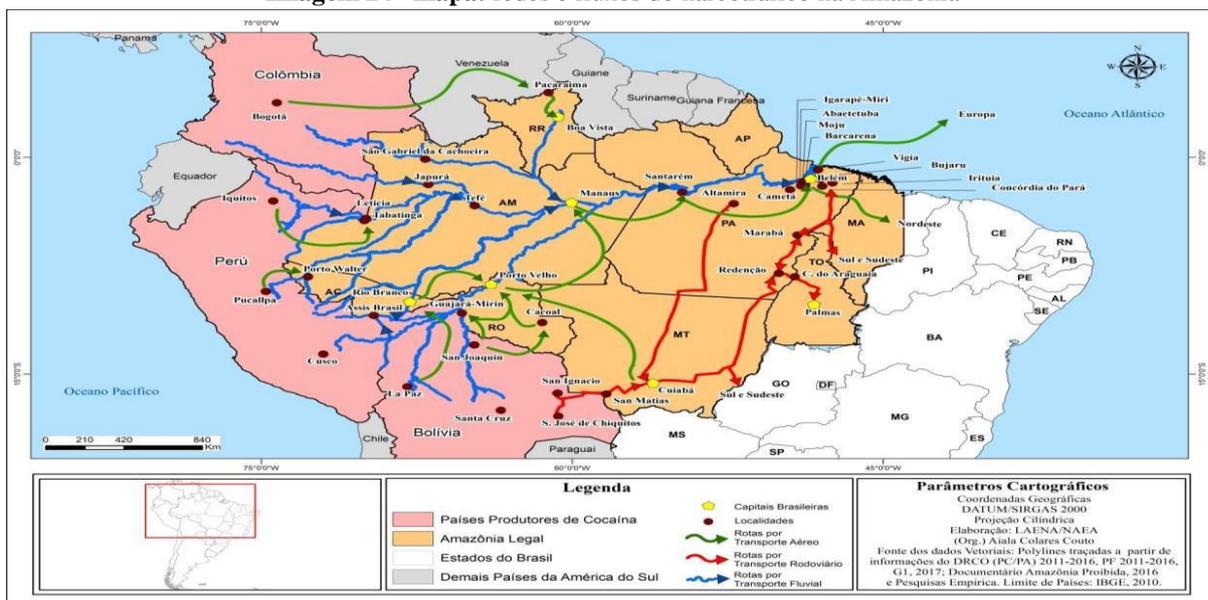
Em qualquer conflito social grave -uma guerra, uma revolução - não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria acção das forças em presença? Como é que se podem separar, nesse tipo de conflitos, os agentes e seus actos das imagens que eles têm de si próprios e dos inimigos, sejam eles inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade etc.? Não são as acções guiadas por essas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências? (Baczko, 1985, p. 298).

Ou seja, a imprensa maranhense atuou de forma primordial na construção da imagem mental representativa das drogas fazendo que o público criasse em torno da temática uma certa legitimidade das ações estatais empregadas contra os narcotraficantes e o uso de entorpecentes. Assim sendo a partir da noção de legitimidade desse conflito, as reportagens revigoram os pressupostos para a disseminação da criminalização contra as drogas bem como reforçaram os prejuízos causados pelo seu uso.

Reiteramos – dessa forma - que a presença marcante do narcotráfico nas páginas dos jornais maranhenses teve como fruto a construção de uma imaginação social no que tange as drogas, já presente no Estado e na vida de uma parcela significativa da população. Pois ao ter contato com as notícias se identificaram como usuário ou como sujeitos o qual precisavam alinha-se aos discursos estatais como também combater a ameaça que, naquele momento, se espalhava pela sociedade brasileira chegando aos locais mais distantes como o Maranhão.

Neste contexto esse estado nordestino passava a fazer parte das principais rotas do tráfico de drogas por via transporte rodoviário e aéreo que irão se desenvolver dentro do território nacional, como podemos observar no mapa abaixo:

Imagem 24– mapa: redes e fluxos do narcotráfico na Amazônia



Fonte: Polícia Federal/Pesquisa de Campo (2016) *In.* (Couto, 2020, p. 10).

No mapa acima, o estado do Maranhão possui em parte do seu território o que denominamos de Amazônia Legal (área em laranja) onde se firmou as principais rotas do narcotráfico ou as chamadas novas rotas do tráfico. Como já sabemos, após o bloqueio das principais rotas para os Estados Unidos, o Brasil se converteu num espaço, um “porto” para novas negociações e exportação da cocaína produzida na Pan-amazônia tornando-se também um problema além das fronteiras dos países.

Portanto, conforme exposto na imagem acima, o estado do Amazonas e do Pará passaram a funcionar como porta de entrada da cocaína. Porém o Maranhão – aos “olhos” do narcotráfico/narcotraficante - parecia um interessante destino para o escoamento das drogas para o mercado europeu e africano, ou mesmo para o Rio de Janeiro já que os Estados Unidos (maior consumidor da droga no período) tinham reforçado suas fronteiras e bloqueado as principais rotas de exportação da cocaína.

A droga começou – então, a adentrar o território maranhense pela região sul do estado que faz fronteiras com regiões paraenses importantes para a circulação dessa substância. Nesse contexto, cidades do Pará como Altamira e Marabá foram significativas como rotas terrestres e fluviais destinadas ao tráfico de drogas, pois:

A Amazônia brasileira cumpre importante função geográfica de conectividade do narcotráfico em nível nacional e internacional, pois ela representa uma área de trânsito da cocaína produzida nos países da Comunidade Andina, recebendo toda a atenção necessária do crime organizado e sendo utilizada como corredor de importação/exportação de cocaína, transforma-se em objeto de interesse dos altos comandos do crime organizado (Couto, 2020, p. 13).

Diante dessa realidade brasileira, nosso estudo sobre a atuação do narcotráfico visa compreender a partir de uma ótica transnacional, como já foi apontado em diversos pontos deste trabalho, pelo viés do Maranhão como um local situado dentro da Amazônia brasileira e também pertencente à chamada Pan-amazônia. Sendo esta uma região ampla chegando a abarcar outros países, inclusive os principais produtores de cocaína. Assim, destacamos a importância em se considerar importante uma análise de territórios-rede ou territórios em redes do narcotráfico na região supracitada.

Embora não só desse ponto de vista geográfico, mas, sobretudo histórico. Porque há pouquíssimas produções nessa perspectiva. Isso de certa forma, torna-se uma crítica a este trabalho que por muitas vezes precisa remeter à lógica maniqueísta estadunidense para explicar alguns pontos. Salientamos também que nesta pesquisa tivemos a preocupação em apresentar o narcotráfico a partir de suas relações de poder e não somente “à clássica visão de território do Estado vinculado à soberania política” (Couto, 2020, p. 13). Logo, sabemos que o poder do

narcotráfico ultrapassa as fronteiras e, ao fazer isto, acaba se deparando com as forças de segurança as quais atuam na defesa dos territórios. Dito isso:

É claro que estas ameaças impostas sobre o espaço amazônico legitimam, quando necessário, o ‘estado de exceção’, em nome da segurança e da defesa, pois as leis de exceção tornam-se regras, nas quais o ilegítimo torna-se legítimo. Julga-se também a extrema ameaça representada por estas atividades ilegais que são utilizadas como discurso (*ibidem*, p. 8).

Diante da ameaça significativa do narcotráfico sobre o território, o Estado exerce a sua defesa em nome da segurança pública. Convoca não só as forças policiais (que não conseguem sanar o problema), mas também envolve outros meios para validar a guerra contra esse inimigo, muitas vezes agigantado pela mídia e utilizado por ela para validar a luta e a guerra. Percebemos, portanto, que as ameaças representadas pelas drogas são utilizadas como discursos para legitimar a presença do Estado nesse negócio que vinha ganhando mais solidez no cenário nacional e local.

Na reportagem abaixo, por exemplo, temos uma página inteira dedicada ao tema na esfera local. A começar pelo título em negrito, em caixa alta ‘Cocaína’ com o tamanho da fonte da letra grande, gerando um grande impacto ao leitor do jornal. Abaixo deste título destacado encontram-se uma sequência de 4 (quatro) imagens (fotografias) que mostram respectivamente uma mulher embalando vários papétes de cocaína e colocando dentro de um saco grande; a moça que faz esse trabalho está sentada ao chão tem traços da população indígena andina; logo depois aparece uma jovem bem vestida de cor branca, ao que parece manuseando a droga para o consumo próprio. Em seguida, a imagem de um homem sem camisa com aparência de viciado, de pele morena consumido droga (ele fuma o que parece ser um cigarro) e a fotografia transmite a sensação de que ele sente muito prazer ao fazer usufruto daquela droga e, por último, na mesma sequência de foto aparece a imagem do que parece ser a apreensão de drogas com dois homens de ternos (policiais federais) e ao centro da imagem a droga apreendida:

Imagem 25: Cocaína



Fonte: *O Imparcial*, São Luís, 10. 08. 1986, p. 8

A sequência de imagens narra a visão de que se tinha das drogas desde o produtor até o consumidor final. Bem como demonstra a necessidade de mostrar a realidade acerca: do manuseio, do embalamento, do consumo, da sensação de prazer e, por fim, a polícia desmontando/mostrando o grande achado (apreensões) que, como sabemos, não resolvia o problema, todavia era preciso mostrar que o Estado estava vencendo a guerra contra as drogas ou pelo menos precisava de êxitos nesse combate.

Daí essas imagens vêm “revelando uma espécie de intimidade com aquele universo e um certo prazer pela perversão, pelo proibido que aquelas narrativas apresentavam” (Bragança, 2012, p. 100). Ainda segundo Bragança (2012) essas narrativas estavam presentes tanto nos filmes brasileiros e mexicanos quanto nos periódicos os quais tinham uma “necessidade de relação das imagens com os fatos reais sobre o crime” (*ibidem*, 2012.p. 100).

Por isso:

[...] esse interesse pelo crime se desdobrava no interesse pelo ilícito presente nos filmes que abordavam, especificamente, o universo das drogas. O ambiente de traficantes, usuários e polícia proveniente do universo das substâncias narcóticas, assim como imagens do consumo das drogas em si, construídas com fumaça, seringas, borrachas e pacotes para contrabando, seduziam o espectador pela curiosidade que causavam (Bragança, 2012, p. 100).

Na mesma notícia o jornal mostra outras duas imagens uma abaixo da outra: a primeira mostra um frasco contendo o pó da cocaína e possui a seguinte legenda: “O pó da cocaína custa 500 cruzados o grama”. Posteriormente, temos a foto de um homem cheirando cocaína. Na imagem ele está de olhos fechados com a mão posicionada sobre o nariz e transmite uma sensação de prazer pelo uso da substância psicotrópica. A imagem por sua vez possui uma legenda que diz: “Ele é viciado, dependente da droga maldita”. Essas imagens do consumo de droga, mesmo contendo um impulso moralista de condenação do vício, seduziam o espectador pelo prazer a que estavam associadas, segundo Bragança (2012):



Fonte: *O Imparcial*, São Luís, 10. 08. 1986, p. 8

Chama atenção que esse conjunto de imagens se encontram numa única página no caderno policial do periódico. A reportagem em si, trata de uma apreensão de drogas envolvendo duas mulheres e um homem, porém, segundo a reportagem, logo teriam sido soltos por serem réus primários: “O juiz afirmou que o tráfico de cocaína em São Luís é um fato que vem preocupando as autoridades do estado e (São Luís) vem provando a experiência com a cocaína. Depois a heroína. Isso será um caso para muitos pais de família” (*O Imparcial*, 16. 08. 1986. p. 8).

Embora a notícia seja do jornal *O Imparcial*, ela nos ajuda a compreender o quanto a temática se mostrava preocupante para as autoridades. Enquanto para o jornal *O Estado do Maranhão* também apontava para apreensões e a presença da temida droga no Estado, como podemos observar na notícia abaixo:

Imagem 26: PF prende traficantes e 7 kg de coca



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 22. 08. 1993, p. 8

Na reportagem acima, do jornal *O Estado do Maranhão* do ano de 1993, destacamos que a droga apreendida (7 quilos) veio de Imperatriz, cidade maranhense, tida como um grande “escoadouro” de cocaína vinda de países produtores como a Bolívia e Colômbia. Fato este que levou a Polícia Federal a acreditar numa “rota” da cocaína envolvendo três estados do nordeste: Ceará, Piauí e Maranhão (vide mapa da página sobre as rotas).

As investigações segundo o jornal ocorriam de forma sigilosa para não atrapalhar as investigações, porém as informações a respeito do local que levou às prisões foram descobertas por meio de escutas telefônicas realizadas pela Polícia Federal (*O Estado do Maranhão*, 22.08.1993). Entretanto, não encontramos historiografia no tocante ao tema, mas sabemos por intermédio de artigo, fruto de uma pesquisa de campo na área de geografia, a qual São Luís - naquele período de fato - já experimentava o uso dessas drogas tão nocivas oriundas de outros países:

No caso da Divinéia, a pedra do narcótico é importada de outro país (Paraguai (maconha), Colômbia ou Peru (cocaína)), segue pela região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) ou pela região Norte (Amazonas, com ênfase ao Pará) através das embarcações até chegarem a comboios de caminhão, ônibus ou mesmo carros ao Maranhão com maior destino a abastecer as bocas em várias partes da capital, estando compreendida a Rocinha no bairro. Isso permite também inferir que o bairro está praticamente situado dentro da rota do tráfico internacional sendo apenas uma diminuta parcela ou núcleo dessa rede articulada em escala internacional. É neste

subsistema Importação/Exportação/Atacado (IEA) que estão os verdadeiros chefes do tráfico (Fernandes, 2018, p. 303)

Complementando as informações expostas acima, temos a mesma notícia anteriormente citada na capa do jornal *O Estado do Maranhão* intitulada “Narcotraficantes presos em São Luís”. Tais informações complementam as ações de possíveis narcotraficantes ligados a uma rede do tráfico que ligava cidades importantes do Maranhão e do Pará às rotas internacionais da cocaína pela Amazônia. Vejamos abaixo:

Imagem 27: Narcotraficantes presos em São Luís



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 22.08. 1993, p. 1 (capa)

À luz dos pressupostos na reportagem e de acordo com o que acontecia em Timon, segundo Brito (2012), a capital do Maranhão, naquela época, não se diferenciava de outras cidades brasileiras que conforme Alba Zaluar (1998) já apontava na década de 1980 como um período em que ocorreu uma difusão do tráfico de drogas pelo Brasil, com a gradual inserção da cocaína no mercado como também o estabelecimento de novas rotas de tráfico, sendo assim:

A nível local, as notícias a respeito de apreensões de traficantes veiculadas nos jornais demonstram a ligação de Timon e Teresina com centros produtores de maconha do interior do Maranhão e do sertão de Pernambuco, cujos produtos chegavam à região por rotas diversificadas e constantemente alteradas para conseguir burlar um crescente cerco da polícia (Brito, 2012, p. 12).

De fato, havia redes e rotas conectadas do narcotráfico atuando nos estados do nordeste e do norte. Nesse sentido, podemos notar essa relação no texto da reportagem abaixo, na qual transcrevemos o texto para melhor leitura e entendimento:

Narcotraficantes presos em São Luís

Telefoto Objetiva Press

Agentes da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal do Maranhão desarticularam, em São Luís, uma quadrilha internacional de narcotráfico que vinha atuando no Pará, Amazonas e Ceará. Os policiais apreenderam sete quilos de cocaína pura, procedente de Letícia, na Colômbia, acondicionada em sacos plásticos e escondida em um comércio na Praia Grande. Foram presos pelos agentes federais os traficantes Daniel Lima, os irmãos Romel e Rodine Lima, e Firmino Castro. O chefe da quadrilha, o peruano Raphael Edmundo Borjas, foi preso em Fortaleza e transferido para São Luís.

Os integrantes da quadrilha revelaram que essa teria sido a primeira tentativa de colocar São Luís na rota internacional do narcotráfico. A droga procedente da Colômbia passava por Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza⁴² e era levada para o Rio de Janeiro, de onde seria embarcada para Frankfurt, na Alemanha. A quadrilha foi desarticulada no último dia 16 por uma operação conjunta das superintendências da Polícia Federal em quatro estados. Os agentes federais procuram, agora, outras ramificações da quadrilha no Rio de Janeiro. A Polícia acredita que o líder Raphael Borjas seja um dos integrantes do Cartel de Medellín (*O Estado do Maranhão*, 22. 09. 1993, p. 8).

Notícias de mesmo tom também eram comuns no jornal *O Imparcial*. Observe que não somente ao final do recorte, mas também essas denúncias nos jornais maranhenses acerca da presença do narcotráfico no território brasileiro já apareciam desde 1986:

Imagem 28: São Luís entra na rota da cocaína



Fonte: *O Imparcial*, 16.08. 1986. Capa, p. 1

⁴² Segundo consta neste importante trabalho “Trazidas de carro, por 11 passageiros nos ônibus interestaduais e até de bicicleta, a maconha (principalmente), era vendida em bocas de fumo nos bairros periféricos (Belo: 14), nas escolas teresinenses e até em motéis e consumida nas praças, nas coroas do rio Parnaíba e nos clubes de reggae (Belo: 14-15). A partir de meados da década, há indícios da presença da cocaína no mercado local (na opinião de Jean ainda restrita aos grupos de elite frequentadores de clubes da capital teresinense), além de comprimidos como o Rophinol e injeções dolatinas (Brito, 2013, 12).”

Diante dessa realidade observada nas nossas fontes procuramos documentos oficiais do Estado buscando compreender como o país estava lidando com a questão, já que não contamos com uma historiografia específica que trate de maiores detalhes. Neste aspecto, nos deparamos com o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, de 1991, que segundo consta no próprio documento tinha como objetivo investigar a impunidade dos traficantes de drogas no país, bem como o crescimento do consumo na sociedade brasileira. Esse relatório é um documento digitalizado de 101 páginas o qual poderá ser analisado com profundidade em outros trabalhos acadêmicos e que será usado de forma preliminar nesta pesquisa como uma fonte para nos subsidiar nas informações que os textos jornalísticos apresentam. Assim, em um dos trechos do Relatório da CPI do narcotráfico de 1991 aponta o seguinte:

O problema do consumo de drogas e do tráfico ilícito de Entorpecentes está exigindo em nosso País [uma] ação coordenada de todos os segmentos sociais, antes que o problema assuma aqui as dimensões trágicas com que convivem alguns de nossos vizinhos que se depararam com Verdadeiros Estados Paralelos (Trecho do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, de 1991, p. 68).

Ou seja, mais uma vez utilizamos a argumentação como base para a defesa de um ponto de vista de que os discursos presentes no jornal faziam parte de uma estratégia brasileira para resolver seus problemas e não era mera recepção passiva das ideologias estadunidenses. Em outras palavras, diante da situação em que se encontrava, o Brasil tardiamente procurava organizar as primeiras soluções, enquanto os países vizinhos já a mais de uma década estavam lutando contra as drogas e o narcotráfico. Nessa perspectiva:

A situação de abandono é flagrante e clama por solução da parte do Poder Executivo. Há que se priorizar ação governamental: a. aumentar o efetivo da Polícia Federal com a criação de novos cargos; b. Propiciar treinamento específico aos agentes; c. Aparelhar a polícia com veículos e armas; d. Fomentar a participação de policiais brasileiros em simpósios e encontros internacionais sobre o tema (Trecho do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, de 1991, p. 11).

Pelo entendimento desse documento percebemos que o Brasil no início da década de 1990 (final do nosso recorte) começava a despertar para a realidade que estava vivendo, talvez devido as inúmeras matérias que saíam na imprensa e a constante pressão popular. Destarte, a participação dos policiais brasileiros em simpósios internacionais com o intuito de treinar a Polícia Federal para agir internamente demonstra que o país não tinha a mesma experiência que seus vizinhos e, por isso, era necessário também investimentos urgentes na área, posto que esse

tema tinha entrado na agenda de prioridade do governo. Portanto a recepção das notícias sobre as drogas pelas autoridades brasileiras era um sinal de alerta. O que fez esses sujeitos apertarem os cercos repressivos. Mas para isso precisavam de uma política antidrogas mais incisiva, repressiva e participativa do próprio governo brasileiro, pois segundo demonstram os relatores da CPI:

Praticamente todos os recursos hoje empregados no combate aos traficantes têm origem Estrangeira. Predominantemente norte-americana. Este dado põe em relevo um fato de extrema gravidade: a política americana de combate às drogas em seu território implica o estímulo a mercados alternativos de consumo. Donde se pode concluir que o aumento do consumo em nosso país pode ser atribuído a termos deixado ao cuidado alheio algo tão grave quanto o combate ao narcotráfico. Neste aspecto não cabem quaisquer ilações de natureza política ou internacional. Apenas cumpre que assumamos como prioridade o combate as drogas como assunto nacional a fim de que o tema tenha o tratamento que exige (Trecho do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, de 1991, p. 11).

Daí podemos refletir o porquê dessa grande recepção pelo Estado brasileiro. Haja vista que não havia políticas públicas proporcionais ao problema do narcotráfico àquela altura tido como um problema de caráter transnacional. Logo, percebemos que havia uma vontade coletiva de resolução dos problemas enfrentados e a imprensa vai cumprir papel fundamental no que diz respeito à sua função de fazer valer os seus interesses, mas também em se demonstrar capaz de representar a vontade coletiva corroborando para uma imaginação social tendo fortes raízes na sua representação na imprensa.

Confirmando nossa observação temos por outro lado essa Comissão da Câmara dos Deputados pressionando o Estado brasileiro por uma postura mais dura frente aos desafios de da guerra até então estava à frente os EUA, por meio dos recursos financeiros. Os representantes das massas, por assim dizer, alertavam sobre o crescimento e avanço das drogas na sociedade: "Cresce o poder do narcotráfico. Esse poder ameaça, alicia, mata. Onde consegue chegar ao governo, destrói a democracia" (Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, de 1991).

A fim de verificarmos se essa discussão continuou nos anos seguintes, observamos os trechos da introdução da CPI do Narcotráfico instalada no Brasil, a partir de 1999, tendo em vista que a CPI funcionava como uma das estratégias governamentais no campo da segurança pública. Então esse período relacionado ao papel da imprensa junto a esse compromisso também se confirmou, muito em decorrência dos seus próprios interesses, mas também pelo seu papel social de informar, denunciar e cobrar uma postura do governo.

Neste sentido, podemos comparar as afirmações da imprensa junto à percepção dos investigadores da CPI. Esse movimento de inter cruzamento de fontes é necessário, porque não temos uma historiografia a qual pontue tais elementos, além das reportagens para constatar os fatos. Assim, abaixo temos alguns trechos da introdução da CPI que indicam a preocupação com o problema quando da chegada dos relatores ao Maranhão:

CPI do narcotráfico no Maranhão - As diligências no Estado do Maranhão tiveram por objeto crimes praticados por organizações criminosas, ligados ao narcotráfico, incluindo homicídios e contrabando de armas e roubo de caminhões de cargas, conforme depoimentos prestados aos membros da CPI em Brasília. A viagem ocorreu em 25 de outubro de 1999 a 27 de outubro de 1999) (CPI do Narcotráfico, 1999, p. 14).

Essa viagem foi realizada em 1999⁴³, porém ela demonstra o clima que a população maranhense encarava o tema. Para isso, gostaríamos de pontuar, sobretudo, a presença dos elementos essenciais para esta dissertação: a população maranhense, as autoridades e a imprensa. No trecho abaixo, percebemos o que já tínhamos pontuado antes sobre a imprensa (mídia) maranhense:

Oportuno registrar que, durante todo o tempo que a CPI esteve no Estado do Maranhão, os seus trabalhos receberam todo o apoio das autoridades constituídas e especialmente da população, que acompanhou atentamente as audiências públicas, transmitidas ao vivo por emissoras locais de rádio e de televisão, sendo que a Presidência da Assembleia Legislativa providenciou a instalação de um telão à frente do prédio, aglomerando-se, durante todo o tempo, centenas de populares nas imediações, que se manifestavam em vários momentos, inclusive por ocasião da condução, presos, de Prefeitos, ex-parlamentares, Delegados de Polícia que estavam depondo à CPI, ocasião em que, geralmente, entoavam os assistentes o Hino Nacional Brasileiro, **considerando a investigação do crime organizado e do narcotráfico que se realizava no Estado como momento alto de afirmação da representação popular**, cumprindo os parlamentares integrantes da CPI a sua tarefa de defesa da sociedade contra o avanço do crime organizado e do narcotráfico, cujos tentáculos se estendiam a diversos setores do próprio Estado, com participação 484 de agentes criminosos em funções preeminentes dos Poderes constituídos no Estado. Dia 25 de outubro de 1999. À noite (22:00h) (CPI do Narcotráfico, 1999, p. 14-19).

No trecho acima observamos claramente a participação não só das autoridades, como também da população maranhense engajada e participativa das reuniões/assembleias sobre o tema. Como também (a população) se mostrava atenta às audiências que eram transmitidas ao vivo pela imprensa local tanto de rádio como de televisão. Segundo o relato, foi colocado um

⁴³ Nosso recorte é até 1992, ano em que Pablo Escobar foi assassinado, mas optamos por utilizar parte do relatório da CPI, instituída no Maranhão em 1999, por que ela evidencia bem como o tema foi tratado durante o período e também porque foi fruto de uma ampla vontade coletiva de se combater esses elementos criminosos atuantes no território nacional.

grande telão para o acompanhamento e que essa população a todo momento se manifestava, considerando a investigação do crime organizado, do narcotráfico a qual se realizava no Estado como momento alto de afirmação da representação popular. Ou seja, o impacto de notícias das drogas aliado ao que provavelmente presenciaram nas comunidades levava a população maranhense a ter vontade e o desejo de findar o tráfico e o narcotráfico: “Desse modo, a mídia institui realidades, a partir da evidenciação de determinados objetos em uma matriz de sentidos culturalmente partilhada, que se conformam em regimes de verdade” (Foucault, 2008 *apud* Acioli Neto *et al.*, 2022, p. 3). Desse modo:

Essas realidades, portanto, adquirem sentido, entre outros, por meio da produção de representações sociais. Com o intuito de interpretar, nomear e definir os diferentes aspectos da realidade cotidiana se constroem representações sociais, o que permite a tomada de decisões e a possibilidade de se posicionar diante desse universo social. Ao serem construídas, as representações passam a compor um repertório de significações, que os sujeitos podem utilizar para compreender e dar sentido ao mundo. Desse modo, a representação social promove a elaboração de um objeto pela comunidade com o propósito de comunicar e agir (Moscovici, 2012 *apud* Acioli Neto *et al.*, 2022, p. 3).

A imprensa, portanto, viabiliza a materialização do narcotráfico como o principal objeto de suas notícias. Aquelas atividades ligadas ao tráfico que se consolidaram na década de 1980 ganhava forma, podendo ser assim compreendida e interpretada pelo público. Logo, o que antes parecia distante (internacional), agora se mostra presente na realidade, bem como no imaginário maranhense; e se mostra um fato concreto da realidade trazendo malefícios para usuários e suas famílias. Assim, por meio da imprensa o público consegue nomear o narcotráfico como um objeto significativo e real:

Compreende-se como objeto qualquer entidade material, imaginária ou simbólica que as pessoas nomeiam, atribuindo características e valores e, conseqüentemente, tornando-se aptas a falar sobre ele, sendo sempre um objeto para um grupo, sociedade ou cultura (Wagner, 1998). Esse objeto está implicado com os valores partilhados com os outros e que se concretizam na pertença a uma dada cultura (Acioli Neto *et al.*, 2022, p. 4).

O termo narcotráfico - assim como as drogas - são carregados de estigmas sociais consolidadas a partir de várias abordagens as quais as drogas sofreram ao longo do tempo. A imprensa, por conseguinte, teve função de suporte a fim de legitimar os discursos e as representações construídas no decorrer do tempo acerca dessa temática, dependendo do contexto histórico, daí:

Nessa perspectiva, a característica central que define todas essas ‘drogas’ analisadas nos distintos momentos históricos é o binômio risco-controle social que elas apresentam. Esse risco se constitui a partir de três componentes: 1) seus usuários; 2) os efeitos que ela produz, sejam sociais ou orgânicos; e 3) pelo contexto de uso, marcadamente evidenciado pela decadência. Assim, o controle social se justifica pelo risco que a droga oferece e, concomitantemente, dá sentido a tais ameaças. Existe uma relação de complementaridade entre esses dois elementos da representação (*ibidem*, 2022, p. 6).

Portanto os riscos como consequência das drogas, demandam a necessidade de controle daqueles que detém os meios para exercê-lo. Um exemplo desse risco apresentado é, por exemplo, a denúncia do aumento do número de usuários:

A droga se constitui como um risco aos usuários ao mesmo tempo que os institui enquanto uma figura de ameaça social. Esse sujeito se caracteriza por se tornar violento, com suas competências éticas rebaixadas, passando a ser uma ameaça social por se envolver em ações criminosas, como assaltos, assassinatos, sempre decorrentes da ação da droga (*ibidem*, 2022, p. 4).

A preocupação – nesse sentido - não se restringia somente com o exposto acima, mas também com a abrangência que o narcotráfico poderia alcançar implicando em vários outros crimes. Pois, embora o narcotráfico fosse apenas mais uma das formas do crime organizado, os seus tentáculos conseguiram aliciar várias outras áreas, tais como corrupção de menores, a polícia, envolvimento de políticos, roubos, furtos, assassinatos, etc. No Inquérito da Câmara dos Deputados, de 1991, essa visão é predominante e isso justifica a cobrança por uma ação mais efetiva do Estado brasileiro na mesma linha do que as notícias apresentavam até 1992:

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico foi instituída pela Câmara dos Deputados em função da existência, à época de sua criação, do sentimento (generalizado por toda a sociedade brasileira) de que os traficantes de drogas ilícitas vinham aumentando e intensificando seu campo de ação, dada a ineficácia da atuação estatal. Iniciada a investigação, logo a Comissão percebeu que a questão é muito mais complexa: se é verdade que o consumo de drogas se espalhou por toda a sociedade – particularmente junto aos jovens – e os traficantes não encontram grandes dificuldades em abastecer esse mercado, o narcotráfico, hoje, é apenas mais uma atividade, uma divisão (a mais lucrativa) de vastas redes do crime organizado. Essas redes exploram vários ramos criminosos (roubo de cargas, de automóveis e outros), ao mesmo tempo em que detêm negócios lícitos e incorporam, à sua área de influência, juizes, parlamentares, policiais e autoridades do Poder Executivo. Em alguns estados, estiveram e estão próximos de tomar para si o poder político. E a verdade é que a sociedade e o aparelho estatal nacionais não estão preparados para enfrentar essa ameaça (CPI do Narcotráfico, 1991, p. 14-19).

Nesse sentido, destacamos a importância deste trabalho que traz a concepção do imaginário social maranhense sobre as drogas naquele período em destaque e/ou evidência na imprensa. Não somente por ser um tema de repercussão transnacional, mas, sobretudo, porque

demonstra a participação da imaginação individual no fenômeno coletivo. Assim sendo, a sociedade maranhense elabora uma representação de si por intermédio da imaginação social acerca das drogas, produzindo uma forma de atribuir sentido àquilo que estavam vivenciando, procurando, então, formar a imagem dos inimigos, dos amigos, rivais e aliados, etc. de uma guerra diariamente repercutida na imprensa (Baczko, 1985). Nesse sentido, o imaginário social maranhense “é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais e potenciais e assim e assim elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma o seu ‘pessoal’” (Baczko, 1985, p. 309).

CONCLUSÃO

Ao realizar esta pesquisa no jornal *O Estado do Maranhão* entre os anos de 1984 e 1992 o estudante de História logo se admira com as muitas reportagens encontradas que trazem em seu corpo muitas informações sobre o que ocorre em vários países da América Latina. Notadamente, a presença do narcotraficante colombiano Pablo Escobar e a guerra às drogas impressionam pelo volume. O jornal admite a temática denunciando o alcance crescente das drogas entre os brasileiros. Então o que levou o jornal distante dos grandes centros de distribuição de informações a forjar a construção de um repertório de notícias sobre um traficante estrangeiro? Os maranhenses não teriam tido contato com esse universo antes? Ou se tratava somente de mera reprodução desse acervo midiático em torno da figura de Pablo Escobar?

No início da década de 1980 os narcotraficantes mais poderosos da Colômbia como Pablo Escobar, os irmãos Ochoa, Carlos Lehder dentre outros, criaram uma força paramilitar de direita denominada “Muerte a Secuestradores”, o MAS. Este grupo veio a público nas denúncias feitas pelo Ministro da Justiça - Rodrigo Lara Bonilla. Tal fato culminou com o assassinato do Ministro em 1984 a mando de Pablo Escobar. Isso significou uma nova onda de repressão ao narcotráfico e uma supervalorização da cocaína (Hylton, 2010).

Portanto, esta pesquisa procurou ao longo do primeiro capítulo fazer um levantamento historiográfico deste momento da história da Colômbia, procurando entender a especificidade deste país no que diz respeito à sua história e política. Por outro lado, também investigamos como aquela realidade marcadamente conhecida pela violência não só dos grupos narcotraficantes, mas pela violência de grupos para-militares, para-estatais, movimentos

guerrilheiros (denominados de narcoguerrilhas⁴⁴) se desdobrava para sustentar a democracia que tanto se orgulhava de nunca ter perdido. Logo, fizemos um levantamento conceitual sobre o narcotráfico como fenômeno, como construção histórica representativa de uma realidade, mas não a realidade como ela mesma era. Isto é, este trabalho pretendeu descobrir as conexões do narcotráfico tido pelos governos e imprensa como “inimigo público número um”. Fizemos a ressalva de que a realidade colombiana é muito mais complexa e, sobretudo, pouco conhecida pelos historiadores brasileiros. Pela imprensa maranhense, esse país sul-americano aparece como o país da cocaína e com sérias implicações nos países transfronteiriços. No entanto, esta é apenas uma visão estigmatizante da mídia que filtra os temas de maior relevância para seus interesses.

No capítulo seguinte foi feita uma análise do jornal maranhense a fim de desvendar quais os interesses desse periódico, bem com o interesse das autoridades brasileiras tinham na resolução desse conflito. Dessa maneira, no segundo capítulo, procuramos discutir a imprensa maranhense dentro do contexto nacional e internacional pertencente ao contexto específico da América Latina nos preocupando também com questionamentos e apontamentos que puderam aproximar sujeitos da nossa própria região que nos auxiliaram a compreender a receptividade do público maranhense com essa figura colombiana tão marcante e presente no impresso aqui estudado. Além disso, estabelecemos uma investigação a partir de uma perspectiva da história da imprensa conectada em que a AP foi um importante elemento na construção de representações e imaginários sociais em torno das drogas no Maranhão e no Brasil.

Por último, no terceiro capítulo, nos debruçamos na análise de como a imprensa ajuda a construir um imaginário social da Colômbia como uma realidade dominada pelo narcotráfico. Ressaltamos a emergência do narcotráfico no território nacional e como este fato foi utilizado para incutir na mentalidade brasileira representações sobre as drogas e seu uso. O que permitiu uma abertura para a implementação do modelo repressivo estadunidense na legislação brasileira que vinha sendo pressionada desde a Conferência de Haia em 1912. Por outro prisma, a presença das drogas na sociedade subsidiou a grande aceitação popular por intermédio das centenas de notícias veiculadas diariamente em diferentes impressos, pois a população já tinha certa experiência com os tóxicos, seja no campo do real ou do imaginário socialmente construído através da lente da imprensa maranhense que se conectava diretamente com os temas internacionais procurando inseri-los nacionalmente.

⁴⁴ “O embaixador dos Estados Unidos, Lewis Tambs, criou o termo ‘narco-guerrilha’, 1984, ano em que foi implementado o cessar fogo, sugerindo que as Farcas eram uma organização criminosa, não política e, portanto, não podia entrar em uma negociação” (Hylton, 2010, p. 109).

REFERÊNCIAS

ACIOLI NETO, M. de L.; SANTOS, M. de F. S.; SOBRAL, M. O.; PESSSOA, M. C. A droga como dispositivo de controle social: uma análise das representações sociais do álcool, maconha e crack na imprensa brasileira. **Psicologia em Estudo**. Maringá- PR. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.48860>. Acesso em: 23/06/2023.

AGUIAR, P. **Jornalismo Internacional em Redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101411/estudos20.pdf>. Acesso em: 11/ 09/ 2023.

ALBUQUERQUE, G. L. **Aspectos da História do Narcotráfico na Colômbia**. Recife: Ipad/Bagaço, 2004. v. 1. 98 p.

ALVES, M. H. I. **Ficção e Jornalismo**: como o fazer jornalístico atravessa a trama de “El Patrón del Mal”. 2021. p. 11. 75f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3968/6/MONOGRAFIA_Fic%20a7%20a3oJornalismoFazer.pdf. Acesso em: 10/ 09/ 2023.

ARBEX JÚNIOR, J. **Narcotráfico**: um jogo de poder nas américas. São Paulo: Moderna, 1993.

ARMITAGE, D. A virada internacional na História Intelectual. **Intelligere** - Revista de História Intelectual, vol. 1, nº1, p. 1-15.2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/download/108480/106800> Acesso em 12/03/2023. Acesso em: 11/ 08/ 2023.

ASTORGA, L. Notas críticas: corridos de traficantes y censura. **Región y Sociedad**, v. XVII, n. 32, 2005.

BARBOSA, A. **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira**, 2005. 229 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: teses.usp.br. Acesso em: 20/02/2022.

_____. W. N. **O lugar da história econômica entre as Ciências Sociais**. Palestra organizada pelo Centro de Estudos de História (CAHIS) do Departamento de História da FFLCH-USP, realizada em 13 de outubro de 2007 no Auditório Fernand Braudel (DH-FFLCH-USP). Publicada na Revista de Economia Política e História Econômica – REPHE, n. 18.

_____. Z. M.; ALMEIDA, D. L. A rota dos grandes projetos no maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. **Anais** - V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. ISSN 2177-9503 10 a 13/09/2013. Imperialismo, nacionalismo e militarismo na América Latina pág. 38-46. Disponível em: http://www.uel.br/grupo_pesquisa/gepal/v4_zulene_e_desni_GIV.pdf Acesso em: 31/03/2023.

BASTOS, B. C. **A economia das drogas ilegais: considerações a respeito da proibição versus descriminalização – o caso de Portugal.** 2018. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas.** São Paulo: Editora brasiliense, 1985.

BETANCOURT ECHEVERRY, D. **Los cinco focos de la máfia colombiana (1968-1988): elementos para uma história.** Red Académica, n. 2, jun. de 2003. Disponível em: <http://revistas.pedagogica.edu.co>. Acesso em: 20/10/2022.

_____. **Tendencias de las mafias colombianas de la cocaína y la amapola.** Nueva Sociedad, n. 128, p. 38-47, nov. 2003. Disponível em: <http://nuso.org/articulo>. Acesso em: 19/10/2022.

BITTENCOURT, D. S. **A trajetória política de José Sarney (1950-1970)** - UEMA, São Luís, 2019. 70 f. Acesso em: 03/07/2023. Disponível em: <https://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/Produto-Educacional-Drielle1.pdf>.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral.** 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

BOYD-BARRETT, O. News agencies majors: ownership, control and influence reevaluated. **Journal of Global Mass Communication**, v.1, n.1/2, p.57-70. Winter/ Spring, 2008.

BRAGANÇA, M. A narcocultura na mídia: notas sobre um narcoimaginário latino-americano. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, [S. l.], v. 39, n. 37, p. 93-109, 2012. DOI: 10.11606/issn.2316-7114.sig.2012.71261. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/71261>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Lei 6.368 de 21 de outubro de 1976. Diário Oficial, Poder Executivo, Brasília-DF, 22 de outubro de 1976.

BRITO, T. O. S. **Zaratustra Yáscara Douglas: a construção da fama de um “mito do crime”** (Timon, 1968-1992). 2012. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

CAPELATO, M. H. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: (Orgs.) VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas.** São Paulo: Humanitas: CAPES, 2000. p. 114-136.

CARDOSO, C; BRIGNOLI, H. **Os Métodos na História.** Rio de Janeiro: Graal, 1987.

CARVALHO, J. A Emergência da Política Mundial de Drogas: o Brasil e as Primeiras Conferências Internacionais do Ópio. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 7, nº 1, jan./jun. 2014.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COGGIOLA, O. **O tráfico internacional de drogas e a influência do Capitalismo**. São Paulo: Revista Adusp, 1996.

CORTÊS, O. H. D. G. **A política externa no governo Sarney**: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia. Brasília, FUNAG, 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/910-Politica_Externa_do_Governo_Sarney_A.pdf Acesso em: 19/07/2023

COSTA, R. B.; CONCEIÇÃO, F. G. As origens do jornal *O Estado do Maranhão*. **Revista PJ: Br** - Jornalismo Brasileiro [ISSN 1806-2776]. n.10. Disponível em: https://pjbr.eca.usp.br/arquivos/artigos10_b.htm. Acesso em: 15/11/2023

COUTO, A. C. **Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia brasileira**. GeoTextos, [S. l.], v. 15, n. 2, 2019. DOI: 10.9771/geo. v15i2.33820. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/33820>. Acesso em: 27 out. 2023.

_____. **N. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira**. Confins [Enligne], 44 | 2020, mis en ligne le 15 mars 2020, consulté le 21 juin 2023. URL: <http://journals.openedition.org/confins/25852>. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.25852>. Acesso em: 15/11/2023.

CUNHA, M. A. F. **Revisitando João Goulart por meio dos jornais maranhenses no cotidiano escolar**. UEMA - São Luís, 2018. Disponível em: <https://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/MANOEL-AFONSO-PRODUTO.pdf>. Acesso em: 11/07/2023.

D'ELBOUX, P. C. A trajetória comunicacional de José Sarney. **I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, s/d, s/r. Disponível em: <http://www.jornalismo.ufsc.br>. Acesso em: 15/11/2023.

DALMIGLIO, N. G. M.; FINGERMANN, N. N. Guerra às drogas na era Cardoso: Brasil, narcotráfico e a questão das fronteiras. **Leopoldianum**, ano 47, nº 131, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/1126> Acesso em: 12/09/2022.

DIAS, L. C. C. **Crime no Brasil**: fundamentos econômicos e sociológicos. 2015. 43 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - FACE/UFMG, Belo Horizonte, 2015, p. 43. Disponível em: <https://pet.face.ufmg.br/economia/wp-content/uploads/sites/7/2020/08/Crime-no-Brasil-fundamentos-economicos-e-sociologicos.pdf>. Acesso em: 17/03/2023.

ESPERIDIÃO, M. C. S. **Gigantes do telejornalismo mundial**: mutações editoriais e tecnológicas das agências internacionais de notícias. 2011.310 f. Tese (Doutorado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/947>. Acesso em: 12/08/2022.

FERNANDES, L. S. Geografia da criminalidade: o caso da territorialização do tráfico de drogas no bairro Divinéia em São Luís/MA. **Revista de Geografia** - Recife v. 35, nº. 3, 2018.

FERREIRA, P. E. M.; MARTINI, R. K. Cocaína: lendas, história e abuso. **Revista Brasileira Psiquiatria**. [online]. 2001, vol.23, n.2, p. 96-99. ISSN 1516-4446. Disponível em: <https://cetadobserva.ufba.br/pt-br/publicacoes/cocaina-lendas-historia-e-abuso> Acesso: 15/11/2023.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005. p. 147.

GALLEGO, M. C. **Marfia y narcotráfico en Colombia**: elementos para un estudio comparado. Clasco, Buenos Aires, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clasco.edu.ar>. Acesso em: 20/10/2022.

GAMBARATO, R. R. Signo, significação, representação. (Rev.) **Contemporânea**, n° 4, 2005. p. 205-214. Acesso em: 04/07/2023. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_04/contemporanea_n04_18_ReniraRam.pdf.

GUZZI, A. C. O combate ao tráfico de drogas nos governos Reagan e Bush. *In: As relações EUA-América Latina*: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção a produção e o tráfico de drogas ilícitas. São Paulo: PUC-SP/UNESP/UNICAMP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 25/11/2022.

HIRST, M. América Latina - EUA em tempos de pós-Guerra Fria. **Revista USP**, São Paulo, n° 84, p. 24-37, dezembro/fevereiro de 2009-2010. Disponível em: [https://www.revistas.usp.br > article > download](https://www.revistas.usp.br/article/download). Acesso em: 12/ 07/ 2022.

HYLTON. F. **A revolução colombiana**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 29-44; 105-118.

KOPP, P. **Économie de la drogue**. Paris: La Découverte, 2006.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: as 7 estratégias de redução de danos. **Psicologia: ciência e profissão**, vol. 33 (3), p. 580-595, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/xvTC3vVCqjDNYw7XsPhFkFR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12/08/2022.

MAGALHÃES, W. L. O imaginário social como um campo de disputas. **Albuquerque: Revista de História**, v. 8, n. 16, p. 92-110, 30 dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.46401/ajh.2016.v8.2164> Acesso em//; 15/11/2023.

MELO, J. R. F.; MACIEL, S. C. Representação social do usuário de drogas na perspectiva de dependentes químicos. **Psicologia: ciência e profissão** jan./mar. de 2016 | 36 (1), 76-87. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000882014> Acesso: 15/11/2023.

MERCADANTE, M. A. F. Da guerra às drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos Estados Unidos para a América do Sul. **Dossiê**: SimpoRI, volume VII, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/38789-134751-1-PB.pdf>. Acesso em: 12/08/2022.

MICELI, S. O papel político dos meios de comunicação de massa *In*: **O trânsito da memória**. SOSNOWSKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge (Orgs.) São Paulo: EDUSP, 1994. Acesso: 28/06/2023. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2199887&forceview=1>.

MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, São Paulo, n.55-56, p. 155-184, DOI: 10.1590/S0102-64452002000100007. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf>. Acesso 4/8/2023.

MORERA, J.; PADILHA, M.; SILVA, D. Aspectos teóricos e metodológicos das representações sociais. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, 2015. out-dez; 24(4): 1157-65. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/JHgShKjBcxLwfCGrkpjL5j/?lang=pt#Acesso: 13/05/2023>.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOTTA, R. P. S. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v.14, n.26, jan-jul. 2013, p. 62-85.

MUNHOZ, S. Guerra Fria: um debate interpretativo. *In*: SILVA, F. C.T. **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004. p. 261-281.

NOBRE, C. Direto do Fronte: notas sobre reportagem e narcotráfico no Rio de Janeiro. **ALCEU** - vol. 06-n. 11- p. 104 a 119 – jul/dez. 2005.

O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, jan 1984 – dez. 1992. Disponível em: Biblioteca Benedito Leite, Praça Deodoro, s/n - Centro, São Luís - MA, 65000-000.

O IMPARCIAL, São Luís, jan 1984 – dez. 1992. Disponível em: Biblioteca Benedito Leite, Praça Deodoro, s/n - Centro, São Luís - MA, 65000-000.

OLIVEIRA, A. S. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, nº38, p. 239-265, jan. /jun., 2003. Disponível em: periodicos.ufba.br. Acesso: 27/03/2023.

_____. Teresa Cristina Freitas. “Revolução e Evolução”: O “Milagre Maranhense” e o consenso do progresso no jornal do *Dia/O Estado do Maranhão* (1973/1974). *In*: PICOLLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015. p. 193-212.

ONG, A. **Flexible Citizenship: The cultural logics of transnationality**. Durham: University of North Carolina, 1999.

PINTO, E. C. Jornais em foco. *In*: **Plano Real: uma análise da imprensa maranhense (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno)** no período de 1994-1995. 2018. Monografia (Graduação em História) Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

PRADO, M. L. C. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, [S. l.], nº 153, p. 11-33, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i153p11-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19004>. Acesso em: 26 out. 2023.

PROCÓPIO FILHO, A. **Brasil no mundo das drogas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PROCÓPIO FILHO, A. VAZ, A. C. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira Política Internacional**. vol. 40, nº1, Brasília, jan. 1997. Disponível em: [www.scielo.br › scielo › pid=S0034-73291997000100004](http://www.scielo.br/scielo/pid=S0034-73291997000100004). Acesso em: 30/08/2021.

PURDY, S. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 1, p. 64-84, 2012. Disponível em: <http://www.ppghc.historia.ufrj.br/images/publicacoes/2012/numero-1/volume-6-n-1-purdy.pdf>. Acesso em: 20/03/2023.

REICHEL, H. J. O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947- 1955). **Diálogos**, v. 8. n. 1, p. 189-208, 2004.

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO NARCOTRÁFICO, da Câmara dos Deputados, de 1991. p. 1 a 101. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1243728&filenome=Dossie-PRC%2081/1991%20CPINAR. Acesso: 10/05/2023.

RÉMOND, R. Do Político. _____. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ FGV, 1996, p. 443-444.

RESENDE, P. A. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: a lógica do Dissenso na Transição para a Democracia. São Paulo, 2015, USP, **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, p. 36-46. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Downloads/4710-Texto%20do%20artigo-16427-1-10-20150429%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/4710-Texto%20do%20artigo-16427-1-10-20150429%20(1).pdf). Acesso em: 17/03/2023.

RIGONI FILHO, J.C.; HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. T. Entre o crime e a doença: as representações sociais do usuário de drogas durante a Ditadura Militar Brasileira a partir das páginas da Folha de S. Paulo - Universidade Federal do Paraná, **Revista Sociologias Plurais**, v. 9, n. 1, p. 386-403, jan. 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/89610-360195-1-SM.pdf>. Acesso em: 17/03/2023.

RODRIGUES, T. M. S. A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo, **São Paulo em Perspectiva**, vol. 16 n.2, p. 102-111, jun. 2002. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 05/10/2021.

_____. Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. **Contexto Internacional** – vol. 34, no 1, janeiro/junho 2012.

_____. Thiago. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTANA, A. A globalização do narcotráfico. **Revista Brasileira Política Internacional**. 1999, vol.42, n.2, p. 99-116. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000200006>. Acesso em: 23/10/2021.

SANTOS, M. A política de segurança dos EUA para a América Latina no pós-Guerra Fria. *In*: SANTOS, M. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

_____. M. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 53, n. 1, p. 67-88, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/6351> Acesso em: 15/11/2023.

_____. R. L. O projeto grande carajás - PGC - e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz. *In*: **II Seminário de pós-graduação em História**. UFG/UCG, 2009, Goiás. Anais de Evento. p. 1-22. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_RaimundoLitos.pdf. Acesso: 04/08/2022.

SARTI, I. A. Comunicação e dependência cultural: um equívoco. *In*: WERTHEIN, J. (ed.). **Meio de comunicação: realidade e mito**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 231-251.

SECMA. Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007. São Luís: Edições SECMA, 2007.

SEPLIARSKY, L. Alguns elementos para entender a economia do narcotráfico. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, 2018, 10(2), 301-322. Disponível em: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-201810208>. Acesso: 09/08/2022.

SEVERINO, M. M.; SILVA, S. M. M. Escrevendo história, produzindo sentidos: a obra de Elio Gaspari e a história midiaticizada. *In*: **XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2013, Natal. Anais de Evento. ANPUH, p, 1-14. Acesso: 04/ 08/ 2023. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/27/1364760234_ARQUIVO_ARTIGOANPUHMarcos.pdf.

SILVA, C. E. L. **Estado, sociedade civil e meios de comunicação**. São Paulo: Edusp, 1994.

SOARES, G. A. Dillon. A América Latina na Imprensa Brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, vol. X, nº 1, maio, 2004, p. 63-90. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762004000100003>. Acesso: 04/ 08/ 2023.

SOTANA, E. C. Agências internacionais de notícias, telegramas e política: expedientes e práticas dos jornais brasileiros no alvorecer da Guerra Fria. **Dimensões**, v. 41, jul-dez. 2018, p. 252-278. Acesso em: 03/07/2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/18313/15644/66628>

TENA, B. B. L. **La guerra de la cocaína: drogas, geopolítica y medio ambiente**. Madrid: Editorial Debate, 2000.

- TOTUGUI, M. Visão histórica e antropológica do consumo de drogas. *In*: BUCHER, R. (Org.). **As drogas e a vida**: uma abordagem biopsicossocial. São Paulo, SP: EPU, 1988. p. 1-7.
- TUFANO, S. Capítulo 3: Nuestra guerra no es de palabras: a política de paz durante o governo de Virgílio Barco. *In*: **Crise política, abertura democrática e processos de paz na Colômbia dos anos 1980**, São Paulo, 2016, p. 90-141. Disponível em: www.teses.usp.br/teses. Acesso em: 15/08/2022.
- VILLELA, P. O tráfico de drogas: uma ameaça à segurança do Brasil. Dourados. **Monções**: revista de relações internacionais da UFGD, v.2. nº3, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso: 10/10/2022.
- WAGNER, W. (*et al.*). Theory and method of social representations. **Asian Journal of Social Psychology**, v. 2, n. 1, p. 95-125, 1999.
- WALD, E. **Narcocorrido**: un viaje al mundo de la música de las drogas, armas y guerrilleros. New York: Harper Collins, 2001.
- WURDIG, K. K.; MOTTA, R. F. Representações midiáticas da internação compulsória de usuários de drogas. **Temas em Psicologia**, 22(2), 433-444, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2014.2-13>. Acesso: 10/10/2022.
- ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. *In*: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARZ, Lilia Moritz, (Orgs.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia de Letras das Letras, 1998. p. 246-318.